

rial

1.ª Secção

Guerra em 8 de Junho de 1867

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Circulo intimado, pelo seu Officio de 28 de Março ultimo, de que o Sr. Sapagato, um dos Capitães da tribo dos Camidós, que serve junto ás nossas forças em operações, em Miranda, mandado em exploração sobre a fronteira do Apa, conseguiu surpreender e bater um dos pontos fortificados que os Teraquayos conserva sobre esse rio; convido que se expiliasse as exploraciones com o concurso dos conhecidos daquellas paragens.

OS GUAIKURU-KADIWÉU NO CONTEXTO DA GUERRA DO PARAGUAI: FRONTEIRAS, RELAÇÕES INTERÉTNICAS E TERRITORIALIDADE

João Lustrora & C.º Baraungua

Cumpra-se e archiva-se.
17 de Dezembro de 1867.
Cruz

Maringá
2007

Presidente da Provincia do Mato Grosso

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CIRLENE MORENO CORRADINI

**OS GUAIKURU-KADIWÉU NO CONTEXTO DA GUERRA DO
PARAGUAI: FRONTEIRAS, RELAÇÕES INTERÉTNICAS
E TERRITORIALIDADE**

Maringá
2007

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CIRLENE MORENO CORRADINI

**OS GUAIKURU-KADIWÉU NO CONTEXTO DA GUERRA DO
PARAGUAI: FRONTEIRAS, RELAÇÕES INTERÉTNICAS
E TERRITORIALIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPH), da Universidade Estadual de Maringá (UEM), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: Política, Movimentos Populacionais e Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Lúcio Tadeu Mota

Maringá
2007

CIRLENE MORENO CORRADINI

**OS GUAIKURU-KADIWÉU NO CONTEXTO DA GUERRA DO
PARAGUAI: FRONTEIRAS, RELAÇÕES INTERÉTNICAS
E TERRITORIALIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPH), da Universidade Estadual de Maringá (UEM), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado em: 31/07/2007

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Lúcio Tadeu Mota (orientador)
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Prof^a. Dr.^a Hilda Pívaro Stadniky
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Prof. Dr. Gilmar Arruda
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Para minhas filhas e netas:
Marcela, Vivian e Martha
Maria Júlia e Helena

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela minha condição privilegiada de vida.

À minha família pelo apoio prestado.

Aos mestres, pelos conhecimentos acrescentados.

Aos amigos, pela troca de idéias e experiências.

À Universidade Estadual de Maringá, pela oportunidade.

Aos funcionários dos Arquivos de Cuiabá, pela preciosa atenção.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram na realização desta pesquisa.

*Irmãos, cantai esse mundo
que não verei, mas virá
um dia dentro de mil anos,
talvez mais... não tenho pressa.
Um mundo enfim ordenado,
uma pátria sem fronteiras,
sem leis e regulamentos,
uma terra sem bandeiras,
sem igrejas nem quartéis,
sem dor, sem febre, sem ouro,
um só jeito de viver,
mas nesse jeito a variedade,
a multiplicidade toda
que há dentro de cada um.
Uma cidade sem portas, de casas sem
armadilhas,
um país de riso e glória
como nunca houve nenhum.
Este país não é meu
nem vosso ainda, poetas.
Mas ele será um dia
o país de todo mundo.*

Carlos Drummond de Andrade

“Cidade Prevista”

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é demonstrar e analisar como e porque os Guaikuru-Kadiwéu se envolveram na guerra contra o Paraguai (1864-1870), a partir das relações interétnicas, tentando destacar os índios dessa nação dentro da História do Brasil, não como agentes passivos, que apenas sofreram e se conformaram às imposições do homem branco, mas como agentes ativos, que reagiram às políticas indigenistas do Império e ajudaram a construir a história, participando efetivamente do conflito e dando sua contribuição para a vitória brasileira. Portanto, não se trata de um estudo exaustivo do tema, mas de uma pesquisa bibliográfica e documental em busca de evidências para verificar como se efetuaram as alianças dos Guaikuru com outras etnias, entender as estratégias utilizadas em suas relações com os colonizadores e identificar o envolvimento desse povo no conflito. Essa abordagem metodológica propõe contribuir para o avanço das discussões em torno do enfoque dado à questão indígena, contemplando também os povos indígenas como autores da história. O recorte temporal e espacial do tema proposto é a região de fronteira entre o Brasil e o Paraguai, especificamente do estado do Mato Grosso, no período compreendido entre os séculos XVIII e XIX, principalmente de 1864 a 1870, datas oficiais do início e término da guerra contra o Paraguai.

Palavras-chave: Guaikuru-Kadiwéu, Etnohistória, Guerra do Paraguai, relações interétnicas

ABSTRACT

The aim of this research is analyzing how and why the Guaikuru-Kadiwéu got involved into the Paraguay War (1864-1870), through interethnic relations, trying to highlight this people's native Indians within Brazilian History not only as passive agents, who only suffered and agreed silently to the white man impositions, but as active agents, who reacted against the Empire's Indian politics and helped to construct history, participating effectively on the conflict and contributing to Brazilian victory. Thus, it is not a simple matter of an exhaustive study on the subject, but actually a bibliographical and documental research seeking for evidences to verify how Guaikurus faced other ethnics, and understand strategies utilized on its relationship with Portuguese and Spanish, identifying this people's involvement in the conflict. This methodological approach proposes to contribute to discussion stimulation on the focus given to Native Indian questions, also contemplating Native Indian peoples as history authors. The time and special cut out of the main theme is the boarder between Brazil and Paraguay, specifically Mato Grosso state region, during XVIII and XIX centuries, mainly from 1864 to 1870, beginning and end official dates of the war against Paraguay.

Key-words: Guaikuru-Kadiwéu, Ethnohistory, Paraguay War,.interethnic relations

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I - OS GUAIKURU E OS KADIWÉU: HOJE COMO ONTEM	21
1.1 Origem e localização.....	21
1.2 Modo de vida dos Mbayá-Guaikuru.....	27
1.3 As relações interétnicas.....	43
1.4 Terra e território para o indígena.....	53
CAPÍTULO II – A PROVÍNCIA DO MATO GROSSO DA CONQUISTA AO SÉCULO XIX.....	58
2.1 A conquista da região matogrossense.....	...59
2.2 Os primeiros povoados e as tentativas de aldeamento.....	...62
2.3 A província de Mato Grosso no século XVIII.....	...65
2.4 A política indigenista no século XIX.....	73
CAPÍTULO III – A GUERRA DO PARAGUAI: A ECLOSÃO E A PARTICIPAÇÃO DOS MBAYÁ-GUAIKURU.....	84
3.1 A iminência e eclosão da guerra.....	86
3.1.1 Recrutamento e participação dos indígenas.....	99
3.2 Os Mbayá-Guaikuru na Guerra do Paraguai.....	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS.....	111
ANEXOS.....	122

INTRODUÇÃO

A História do Brasil, feita de tantas formas e por tantos homens, de muitos atos justos e outros não, continua sendo escrita, permanentemente, tratando de inúmeros acontecimentos, povos e temas. Porém, sobre a participação dos Guaikuru-Kadiwéu¹, por exemplo, sabe-se pouco, embora o estudo sobre os povos indígenas² tenha despertado crescente interesse de pesquisadores de vários campos do saber.

Atualmente, tem-se tentado passar da ideologização desses povos para a efetiva realidade de vida e sua contribuição para a formação da história e da cultura brasileiras. Reconhece-se que, no decorrer dos séculos, os povos indígenas do Brasil têm resistido ferozmente à aculturação e extinção. Aqueles que, porventura, previam o desaparecimento desses povos num futuro próximo, testemunham o decorrer de um longo processo de resistência, iniciado no limiar

¹ Os Guaikuru-Kadiwéu são os últimos remanescentes dos Mbayá-Guaikuru, ainda existentes no Brasil contemporâneo, na literatura moderna designados por Mbayá/Kadiwéu e classificados lingüisticamente como Guaikuru (BOGGIANI, 1945, p. 17). Nesta pesquisa também se faz referência aos Guaikuru-Kadiwéu, utilizando-se os termos Mbayá, Guaikuru ou Kadiwéu. Obedecendo à “Convenção sobre a grafia dos nomes tribais”, da Associação Brasileira de Antropologia de 1953, o nome indígena Guaikuru-Kadiwéu está redigido com as primeiras letras maiúsculas, sem flexão de gênero e número, empregando-se a letra “k”, onde o som é “c”, e a letra “w”, onde o som é “u”. Portanto, nesta pesquisa, a grafia usada será Guaikuru-Kadiwéu, e não os guaicurus-cadiuéus.

² Nesta pesquisa, utiliza-se o termo “povos indígenas” por entender que esta classificação implica no reconhecimento tácito de entidades étnicas, ou seja, de que, no Brasil, há vários povos soberanos cultural e lingüisticamente muito diferentes entre si, ocupando cada um o seu território, ao passo que o termo “índios” refere-se a uma categoria racial e não étnica. Portanto, nesta pesquisa, os Guaikuru-Kadiwéu serão tratados enquanto um povo, uma etnia, com cultura própria.

do Novo Mundo (1500)³, que evidencia a determinação das nações indígenas para preservar sua cultura.⁴

Entre tantos povos indígenas, que participaram de conflitos na defesa de sua sobrevivência e da dominação estrangeira, destacam-se, em especial, os Guaikuru-Kadiwéu, grande exemplo de resistência e de luta. Aliados do Brasil na guerra contra o Paraguai (1864-1870), durante o Segundo Império, eles ajudaram o povo brasileiro a defender as fronteiras do Mato Grosso, quando ainda não se havia definido a questão dos limites do território nacional na região. Hoje, o Pantanal Mato-grossense, assim como o Estado do Mato Grosso do Sul, pertencem à nação brasileira.

Os Guaikuru-Kadiwéu, durante séculos, enfrentando e vencendo colonizadores, bandeirantes e monçoeiros, travando relações interculturais as mais diversas, apropriaram-se de novos artefatos e técnicas, tornaram-se mestres na arte de fazer política, em fim, incorporaram elementos culturais que lhes permitiram utilizar estratégias variadas para manter o domínio de seus territórios. Assim, estavam aptos para participar da Guerra do Paraguai, contribuindo significativamente para a vitória do Brasil.

³ Em *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, John Manuel Monteiro enfatiza que, na historiografia brasileira, os contatos interétnicos entre brancos e povos indígenas já são registrados, em 1550, pelo jesuíta Pedro Correia, que destaca os índios do Brasil como sendo, agora, mais guerreiros e maldosos do que deveriam ser (MONTEIRO, 1994, p.31). Na obra, o autor mostra os contatos, as alianças e os conflitos travados pelos indígenas, evidenciando o papel central que as populações nativas ocuparam na história social e econômica da colônia.

⁴ Exemplos de resistência, luta e determinação podem ser observados em artigos contemporâneos, que retratam a vida dos índios Xetá, habitantes das florestas do vale do rio Ivaí (MOTA, L.T.Os índios Xetá na província paranaense (1853-1889), In:*Pós-História*, Assis, v. 6, p.175-189, 1998), assim como dos Pataxó, habitantes do extremo sul da Bahia (VALLE, C.N. A questão da língua entre os Pataxó. In:*Universidade e Sociedade*, 2000, p. 51-56).

A opção por abordar aspectos importantes da realidade indígena, se justifica diante da invisibilidade quase total observada, em especial, nos Manuais de História do Brasil, do Ensino Fundamental e Médio, como também pela contribuição que poderá ser dada à historiografia nacional, aprofundando estudos sobre o assunto. Observe-se que:

Nos livros didáticos as culturas e os modos de vida das populações indígenas estão apresentados de uma maneira fragmentada e estática. Desconsidera-se o contato, as alianças, as uniões entre os diferentes povos indígenas como fatores capazes de agir sobre a permanência, mudança ou desaparecimento de determinadas etnias. As abordagens dadas para essas questões resumem-se à polarização índios x brancos (RODRIGUES, 2001, p. 113-114).

No que se refere à Guerra do Paraguai, há estudos que se configuram como grandes produções historiográficas, marcadas por diversos pontos de vista, no decorrer do século XX. Entre as décadas de 20 e 60, os historiadores deixavam passar uma visão mais nacionalista do conflito. Exemplos de uma visão patriótica e mítica do conflito são as obras de Augusto Tasso Fragoso, *A paz com o Paraguai depois da Guerra da Tríplice Aliança* (s/d) e *História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai* (1957).

A partir dos anos 60, estudos realizados seguem um pensamento mais voltado para a questão imperialista, revelando a inclusão da Inglaterra na aliança, como uma força a mais para destruir a nação paraguaia. Precursoras dessa visão são as obras de Leon Pomer, *Os conflitos do Prata* (1979) e *Paraguai: nossa guerra contra esse soldado* (1985) bem como de Júlio José Chiavenato, *Os voluntários da Pátria e outros mitos* (1983) e *Genocídio americano: a guerra do Paraguai* (1998).

Há ainda, nos anos 80, um terceiro enfoque, evidenciando a preocupação dos historiadores com relação às causas desse acontecimento, voltada a questão ativa do Rio da Prata, bem como análises menos tendenciosas e mais inovadoras sobre o fato. Configuram-se como obras típicas desse enfoque os livros de Francisco Fernando Monteoliva Doratioto, *A guerra do Paraguai: 2ª visão* (1991) e *O conflito com o Paraguai: a grande guerra do Brasil* (1996), assim como *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército* (1990), de Ricardo Sales.

As produções regionais, por sua vez, sofreram influência da visão nacionalista. No caso do Mato Grosso, especialmente após a criação do estado de Mato Grosso do Sul, essas produções acabaram por propagar uma versão da Guerra do Paraguai carente de respaldo teórico e metodológico, já que a principal preocupação “foi construir uma história na qual os grandes homens são uma presença constante, sendo resgatados, sobretudo, com o propósito de dar legitimidade às construções históricas que excluem todos os que não pertencem à camada dominante” (SQUINELO; REYNALDO, 2000/2001, p. 12-13).

Assim sendo, é necessário empreender esforços no sentido de produzir uma historiografia que privilegie não somente fontes tradicionais, que dão destaque aos “bravos heróis”, mas procure destacar a presença de outros sujeitos, ainda anônimos, especialmente as nações indígenas, que também participaram do conflito platino, pois que:

Cabe a nós, historiadores, debatermos essa temática polêmica e atual com o intuito de construirmos uma história menos mistificadora e tendenciosa que neste caso leve em consideração as questões intrínsecas ao contexto platino no século dezenove e, ao mesmo tempo, procure privilegiar os inúmeros outros protagonistas do conflito, como os escravos, as mulheres, os engenheiros militares, etc., sujeitos esses que, no caso da Guerra do Paraguai, permanecem ainda à margem (SQUINELO; REYNALDO, 2000/2001, p. 14).

Observe-se, porém, que esses autores, ao proporem uma discussão contemporânea de resgate das contribuições dos “anônimos da História”, continuam, ainda, ignorando o papel dos povos indígenas na Guerra do Paraguai.

Ora, porque não se destacar as contribuições dos indígenas na historiografia brasileira, especialmente na guerra contra o Paraguai, visto que muitas etnias povoavam a região por ocasião do conflito?

Neste sentido, vale destacar trabalhos recentes, realizados por pesquisadores empenhados em resgatar a historiografia indígena, tais como:

- Adriana Vargas Marques, em *Um exército invisível: a participação de indígenas na guerra contra o Paraguai*, evidencia e analisa o envolvimento, direto e indireto, de indígenas na guerra contra o Paraguai, entre os quais: os Guaikuru (com a mais evidente participação direta e efetiva), os Terena, os Guaná, os Coroados, os Chamacoco e os Guató.

- Edson Silva, em *Índios no Nordeste: história e memória na guerra do Paraguai*, resgata o recrutamento e a participação dos índios do Nordeste, os Xukuru e os Fulni-ô, do interior de Pernambuco, e os Xukuru-Kariri e os Wassu, de Alagoas, na Guerra do Paraguai.

- Giovani José da Silva, em *A construção física, social e simbólica da reserva indígena Kadiwéu (1899-1984)*, identifica valores que, ligados à Guerra do Paraguai, hoje marcam os limites da construção da identidade étnica dos Kadiwéu, legitimando seu “ethos” guerreiro e assegurando, na memória do povo, a reivindicação de direitos territoriais.

- Odemar Leotti, em *Corpos violentados: os índios e a guerra do Paraguai*, destaca a participação dos indígenas – Guaicuru, Caioá, Guaná, entre outros – no conflito, principalmente em missões de risco na fronteira, já no início da década de 1860.

- Marta Maria Lopes, em *A catequese dos índios em Mato Grosso e as relações com o exército brasileiro no século XIX*, através de documentação do Diretório Geral dos Índios, do período 1840-1850, identifica as relações existentes entre grupos indígenas da fronteira Brasil-Paraguai e o Exército Brasileiro, onde destaca a distribuição de patentes aos índios no Mato Grosso em época anterior à Guerra do Paraguai.

- Rosely Batista de Almeida, em *A presença indígena na guerra com o Paraguai (1864-1870)*, demonstra a participação dos indígenas da Província de Mato Grosso na guerra, destacando alguns grupos como os Guaikurú (Kadiwéu), os Txané-Guaná (Terena, Kinikinau, Layana e o sub-grupo Guaná), os Guató, os Kayapó, os Xamakoko, e os Bororo da Campanha.

- Vera Lúcia Ferreira Vargas, em *Os índios Terena e a Guerra contra o Paraguai (1864-1870)*, evidencia a participação desses índios no conflito e sua apropriação dessa participação como uma forma de reivindicarem os territórios que, tradicionalmente, ocupavam antes desse conflito, na região do então sul de Mato Grosso; hoje Mato Grosso do Sul.

Em face do exposto, o que se pretende com esta pesquisa é investigar uma outra face da história indígena. Ressalte-se a idéia de Florestan Fernandes, desmistificando a pseudo pacificação dos índios durante a conquista e a ocupação européia.

Ainda hoje mantém o ‘mito’ de que os aborígenes, nesta parte da América, limitaram-se a assistir à ocupação da terra pelos portugueses e a sofrer, passivamente, os efeitos da colonização [...] Todavia, nada está mais longe da verdade, a julgar pelos relatos da época. Nos limites de suas possibilidades, foram inimigos duros e terríveis, que lutaram ardorosamente pelas terras, pela segurança, pela liberdade, que lhes eram arrebatadas conjuntamente. (FERNANDES, 1960, p.11).

Os Guaikuru-Kadiwéu, em virtude das relações interétnicas estabelecidas no decorrer dos séculos, estavam preparados para participação efetivamente na guerra contra o Paraguai. No contato com os espanhóis, aprenderam a domesticar e a montar os cavalos. Durante aliança estabelecida com os Payaguá, de 1719 a 1768, aprenderam a usar as canoas. Assim, no confronto bélico desempenharam o papel de fronteiras vivas, atuando como cavaleiros, arte na qual eram especialistas, assim como canoeiros, sendo fundamentais na tarefa de reconhecimento e patrulhamento da região pantaneira, fato que, provavelmente, muito contribuiu para a vitória brasileira.

Quais foram, então, as reais contribuições dos Guaikuru-Kadiwéu no sentido de implementar a vitória brasileira na guerra do Brasil contra o Paraguai e possibilitar a conquista e incorporação do território em litígio ao Estado brasileiro? Segundo Mello (1968), essa nação cumpriu missões perigosas na região fronteira, área que mais preocupava o governo imperial no que diz respeito à consolidação de seus limites.

Na análise de documentos, resgatados junto ao Arquivo Público de Mato Grosso, constata-se que os Guaikuru-Kadiwéu foram um dos povos que tiveram maior significância na guerra contra o Paraguai. Este fato não causa surpresa, considerando-se que a política indigenista levou o governador geral do Brasil a assinar, em 1791, um acordo – Tratado de paz e amizade – com Guaikuru.

Nesta perspectiva, a presente pesquisa tem por objetivo principal demonstrar e analisar como e porque os Guaikuru-Kadiwéu se envolveram na guerra contra o Paraguai. Paralelamente, pretende-se compreender como se deram os enfrentamentos dos Guaikuru-Kadiwéu com os Guarani; entender as estratégias utilizadas pelos índios em suas relações com os colonizadores; identificar porque esses povos se envolveram ou se deixaram envolver no conflito; e, verificar como se processou esse envolvimento, se espontânea ou mediante convocação do Império brasileiro.

Quanto ao referencial teórico desta pesquisa, visando dar conta da complexibilidade dos objetivos a serem cumpridos, destaca-se a necessidade de atentar para a interdisciplinaridade, que nos permite formular reflexões mais aprofundadas sobre questões indígenas através da utilização de uma abordagem que se insere na interface entre Antropologia e Nova História, a Etno-história, cuja vitalidade:

[...] basicamente uma junção entre problemáticas antropológicas e métodos de investigação históricos, mostra-se plena na análise do destino das sociedades indígenas a partir de meados do século XIX, quando as tendências conservadoras buscaram manter o domínio semi-feudal nas fazendas e, inversamente, as liberais procuravam a modernização, com a destruição dos latifúndios e a expropriação das terras. [...] o fato é que após 500 anos de tentativas de abolir as populações indígenas, elas continuam existindo, recriando práticas ancestrais e reivindicando sua sobrevivência como sociedades específicas (MOTA, 1998, p. 10).

No Brasil contemporâneo, sociedades indígenas reinventam-se. O pantanal mato-grossense ganha vida, povoado ainda por muitos povos. Resgatar parte da história dos Guaikuru-Kadiwéu, marcada por confrontos étnico-culturais, especialmente no que se refere ao envolvimento na Guerra do Paraguai, é objeto

deste estudo, cuja metodologia adotada consiste de pesquisa bibliográfica e documental.

Para levantar fontes, em Cuiabá, foram visitados o Arquivo Público de Mato Grosso, a Biblioteca Central da UFMT, a Biblioteca Setorial, o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, o Museu do Índio Rondon e o Núcleo de Informação e Documentação Histórico Regional (NDHIR).

Entre as fontes encontram-se as crônicas dos séculos XVI ao XIX, destacando-se os relatos de Alexandre Rodrigues Ferreira⁵, Alvar Núñez Cabeza de Vaca⁶, Documento do Ministério dos Negócios da Guerra (1867a), Documentos microfilmados (1865-1875), Félix de Azara⁷, Francisco Rodrigues do Prado⁸, José Sanchez Labrador⁹, Livro 167 - Registro de Ofícios do Palácio do Governo de Mato Grosso (1857-1863), Livro 181 - Registro de Correspondência Oficial da Diretoria Geral dos Índios (1859-1862), Livro 191 - Registro de Correspondência Oficial da Diretoria Geral dos Índios com a Presidência da Província de Mato Grosso (1860-1873), Livro 200 - Registro de Correspondência Oficial da Presidência de Mato Grosso (1862-1864), Relatório

⁵ Naturalista brasileiro encarregado pelo Estado lusitano de realizar expedição científica nas águas e terras da Amazônia e do Pantanal. O resultado de suas incursões, um trabalho desenvolvido em quase dez anos, na modalidade das *Viagens Filosóficas*, foi concluído em 1792 e constitui um imensurável cabedal etnográfico das regiões percorridas, dando completa descrição da fauna, flora, povos e nações indígenas. Visitou os Guaikuru em 1791 escrevendo e, inclusive, fotografando momento histórico sobre eles: a assinatura do Tratado de Paz e Amizade firmado entre os Guaikuru e os portugueses.

⁶ Adelantado espanhol, célebre por suas expedições na América do Norte, que em 1542 cruza as províncias Mbayá e vence pela primeira vez a nação Guaikuru.

⁷ Comissário e comandante das fronteiras espanholas no Paraguai que durante o período de 1781 a 1801 manteve muitos contatos com os Guaikuru legando-nos uma descrição quase completa e bastante interessante desse povo.

⁸ Comandante do presídio de Nova Coimbra, forte português, situado no rio Paraguai, que escreveu seu relato, em 1795, dando parecer favorável ao aldeamento dos Guaikuru, em resposta ao capitão-general de Mato Grosso.

⁹ Jesuíta que viveu entre os Kadiwéu de 1760 a 1770. Fundou a missão Belém no rio Ipané, vivendo entre esses povos até pouco depois da expulsão da Companhia de Jesus das possessões espanholas, em 1767, e foi que, primeiramente, descreveu o estilo e a técnica da arte Kadiwéu.

oficial - documentos avulsos - assuntos militares (1860-1862) e Ricardo Franco de Almeida Serra¹⁰.

Os recursos bibliográficos incluem estudos etnográficos, realizados no século XX, por Ayron Dall'Igna Rodrigues, Branislava Susnik, Claude Lévi-Strauss¹¹, Cláudio Alves de Vasconcelos, Darcy Ribeiro, Egon Schaden, Emílio Rivasseau, Guido Boggiani¹², Herbert Baldus, Jaime Garcia Siqueira Junior, Manuela Carneiro da Cunha, Maria de Fátima Costa, Uacury Ribeiro de Assis Bastos, entre outros.

Assim sendo, a pesquisa fundamenta-se em cartas-tratados, decretos-leis, ofícios, pareceres e relatórios de presidentes de províncias da época, contextualizando-os com dados historiográficos de autores contemporâneos encontrados em livros e artigos.

Quanto à organização desta pesquisa, além desta introdução e das considerações finais, está dividida em três capítulos. O Capítulo I, trata basicamente da etnologia¹³ dos Guaikuru-Kadiwéu, evidenciando as relações interétnicas travadas por esse povo na região fronteira do Brasil-Paraguai,

¹⁰ Geógrafo brasileiro, comandante do forte português de Miranda, demarcador do Tratado de Madrid (1777), que escreveu parecer desfavorável ao aldeamento dos Guaikuru e também participou da assinatura do Tratado de Paz e Amizade firmado entre os Guaikuru e os portugueses, em 1791.

¹¹ Etnógrafo francês que, em 1935, visitou a aldeia Guaikuru, corroborando as observações feitas por Sanchez Labrador e Guido Boggiani sobre o estilo e a técnica da arte Kadiwéu e escrevendo principalmente sobre a arte e a cultura desse povo.

¹² Etnógrafo e pintor italiano, que viveu por três anos e meio no alto Paraguai, conviveu com os Guaikuru do sul do Mato Grosso, em 1892 e 1897, publicando sobre esse povo três importantes trabalhos, com destaque para **Os Caduveo**, considerado um dos documentos mais completos sobre a arte ornamental dos povos naturais deste continente.

¹³ Ao fazer distinção entre etnografia e etnologia, Baldus (1937, p. 17-18) afirma que a etnografia descreve o povo a partir da configuração exterior da cultura, enquanto a etnologia procura compreendê-lo em sua essência e conhecê-lo nas particularidades funcionais de sua cultura. Para esse autor, a etnografia tem por condição a estabilidade do momento da observação, ao passo que a etnologia examina a dinâmica desse momento; por isso, um dos problemas principais da etnologia é estudar a mudança contínua da expressão da cultura de um povo, assim como as causas dessa mudança.

desde os tempos coloniais até os dias atuais, com o propósito de assegurar a defesa de seus territórios, principalmente durante o período em que se deu o conflito bélico entre o Brasil e o Paraguai.

O Capítulo II, aborda aspectos do povoamento da região matogrossense, da política indigenista e da demarcação dos limites territoriais, destacando a resistência dos Guaikuru em se deixarem dominar e aldear, não obstante a assinatura do Tratado de Paz e Amizade.

Finalmente, o Capítulo III, investiga as relações interétnicas e as estratégias dos Guaikuru-Kadiwéu pela defesa de seus territórios durante a guerra do Brasil contra o Paraguai (1864-1870), priorizando documentos e relatos, contextualizando-os no intuito de demonstrar que, antes e no decorrer de todo o conflito, os Guaikuru-Kadiwéu estavam presentes.

CAPÍTULO I

OS GUAIKURU E OS KADIWÉU: HOJE COMO ONTEM

As primeiras informações sobre os Guaikuru-Kadiwéu datam de meados do século XVI, época que a América começou a ser visitada por expedições colonizadoras, viajantes e aventureiros em busca de novas conquistas territoriais e riquezas. Em relatos de cronistas da época, já se encontram ricas impressões sobre esse povo, evidenciando sua origem e localização, modo de vida e relações, não somente com os colonizadores, mas também com outras nações indígenas, como os Guarani, os Payaguá e os Guaná.

1.1 Origem e localização

Um dos primeiros informantes a observar como vivia uma centena de povos indígenas na planície inundável, conhecida hoje como Pantanal¹⁴, adaptando-se entre cheias e secas, foi o Adelantado¹⁵ espanhol Alvár Nuñez Cabeza de Vaca¹⁶, que registrou:

¹⁴ Até o início do século XIX, o Pantanal é conhecido como *Laguna de los Xarayes*, denominação dada, em 1601, pelo grande cronista das Índias, Antonio de Herrera, à paisagem sazonalmente alagável do Pantanal, que tem no Paraguai seu principal rio formador (COSTA, 2003, p. 66-67). Hoje, o Pantanal mato-grossense e sul mato-grossense se estende desde a foz do rio Jauru (MT) até encontrar o rio Apa (MS), totalizando 770 km de extensão e cerca de 80.000 quilômetros quadrados de largo (SILVA, 2002, p. 86).

¹⁵ Título dado aos conquistadores espanhóis que vinham à América como governadores do Paraguai.

¹⁶ Segundo Adelantado espanhol, célebre por suas expedições na América do Norte que, em 1542, cruza as províncias Mbayá e vence pela primeira vez a nação Guaikuru. O primeiro Adelantado foi Pedro de Mendoza que, pela *capitulación* de 21/05/1534, recebe o título e inicia a conquista.

Quando as águas estão baixas os naturais da terra adentro vêm viver na ribeira com seus filhos e mulheres a gozar das pescarias, porque são muitos os peixes que matam, e estão muito gordos; estão nesta boa vida dançando e cantando todos os dias e as noites, como gente que tem alimentação garantida; e quando as águas começam a crescer, que é por janeiro, voltam a procurar as partes seguras, porque as águas crescem seis braças sobre os barrancos, e aquelas terras se estendem mais de cem léguas terra adentro pelos planos, que parece o mar, e cobre as árvores e toda a vegetação que existe na terra, e os navios passam por cima deles; e isto acontece todos os anos [...] (CABEZA DE VACA, 1992, p. 218).

Nos relatos de Alvár Nuñez Cabeza de Vaca, os Guaikuru¹⁷ figuram como um povo chaquenho inimigo dos Guarani, cujos guerreiros são altos, ligeiros, muito fortes, em fim, os mais valentes, quando comparados aos de outras nações. Além dessas características, são considerados como uma nação dominadora, composta de senhores da terra, dos animais, dos rios e dos peixes. São, ainda, nômades e somente foram vencidos, pela primeira vez, no ano de 1542, por uma expedição comandada pelo próprio Cabeza de Vaca, sendo parte da vitória espanhola creditada aos cavalos usados pelos espanhóis e desconhecidos pelos indígenas que, assustados, abandonaram a luta e fugiram.

Originalmente, os Guaikuru-Kadiwéu ocupavam uma área chamada Grande Chaco, conhecida na geografia primitiva como *Tierra de los Mbayaes*, e localizado ao sul da Bolívia, oeste do Paraguai, norte da Argentina e uma pequena parte do oeste do Brasil. Na historiografia contemporânea, esses povos são considerados os últimos remanescentes dos Mbayá-Guaikuru, ainda

¹⁷ “Guaikuru” foi o nome dado pelos Guarani aos habitantes da margem ocidental do médio Paraguai, seus vizinhos hostis, ligando-se a um movimento migratório-expansionista que culminou em um padrão cultural típico de “caçadores-guerreiros-cavaleiros” do século XVII/XVIII. Esse movimento deveu-se a intensos deslocamentos e freqüentes migrações de diferentes povos chaquenhos, falantes da língua Guaikuru, “basicamente provocados pelo caráter sócio-político da conquista incaica e pela penetração hispano-colonial” (CARVALHO, 1979, p. 28).

existentes no Brasil, falantes da língua Guaikuru, pertencente às famílias menores.

A família Guaikuru tem, portanto, um representante no Brasil, o povo Kadiwéu, localizado ao longo da fronteira entre o Brasil e o Paraguai, se estendendo para o norte até a junção com a Bolívia. O grosso das línguas Guaikuru se encontra no norte da Argentina e do Paraguai. A família inclui Guaikuru, Pilaga, Toba, Mocoví, Albipón, além de algumas línguas extintas.

Em meados do século XVII, os Guaikuru-Kadiwéu começaram a se deslocar do Chaco para as margens do Rio Paraguai. Segundo Costa (2003), na passagem migratória do Chaco à bacia paraguaia, os Guaikuru enfrentaram e venceram a *huana*, mais conhecidos como Guaná-Txané-Arawak, os Guaná, com os quais fizeram uma aliança interétnica até os fins do século XIX, estabelecendo, segundo muitos autores, uma relação de vassalagem.

Após a migração, os Guaikuru montaram acampamentos em pontos estratégicos, próximos às fortificações, ora portuguesas, ora espanholas, vindo a se fixar, definitivamente, por volta de 1800, à margem esquerda, próximo ao local onde se encontram atualmente. Há mais de dois séculos, os Guaikuru-Kadiwéu ocupam uma área indígena que se situa em Porto Murtinho, no Pantanal Mato-grossense, tendo como limites a Serra Bodoquena (a leste), os rios Niutaca (norte/nordeste), Nabileque (oeste), Paraguai (sudeste) e Aquidabã (sul) (ver Anexo A).

Quanto à origem mitológica desse povo, foi assim explicada por um representante dos Mbayá-Guaikuru ao espanhol Félix de Azara¹⁸.

Deus criou a princípio todas as nações tão numerosas como são hoje, não se contentando em ter criado um só homem e uma só mulher, e as distribuiu sobre toda a superfície da terra. Depois pensou em criar um mbaíá e sua mulher. Como já havia dado toda a terra a outras nações, não havia ficado nada para distribuir, então ordenou à ave chamada caracará¹⁹ ir dizer, de sua parte, que estava muito pesaroso de não ter terreno para dar-lhes e que, por isso, só havia criado a dois mbaíá. Porém, para remediá-los, os ordenava andar sempre errantes pelo território dos outros e não cessar nunca de fazer a guerra a todas as nações, matar a todos os homens adultos e adotar as crianças e as mulheres para aumentar seu número (AZARA, 1969, p. 221).

A explicação Mbayá²⁰ para a origem do seu povo, criado à semelhança do homem, mas sem território e em número reduzido, justifica e estabelece o comportamento dos Kadiwéu enquanto guerreiros, predestinados por Deus a dominar todos os povos que conseguissem alcançar.

Outra representação sobre ser o Guaikuru o povo eleito para governar todas as nações do mundo aparece na descrição do mito de origem abaixo.

¹⁸ Comissário e comandante das fronteiras espanholas no Paraguai que durante o período de 1781 a 1801 manteve muitos contatos com os Guaikuru legando-nos uma descrição quase completa e bastante interessante desse povo.

¹⁹ Carcará é o mensageiro divino, o herói *trickster* da mitologia Kadiwéu, figura em que se mesclam todas as qualidades humanas, exprimindo a amarga experiência do homem na luta pela vida. É o oposto do criador: pérfido e egoísta algumas vezes, outras vezes bom e justo, mas principalmente astuto e malicioso, argumentando com inteligência contra os propósitos generosos e ingênuos do *Go-noêno-hôdi*. [...] O *Carcará* é a maliciosa explicação Kadiwéu para a realidade do mundo, o responsável pela transformação do paraíso original (RIBEIRO, 1980, p. 42-43).

²⁰ O apelido “Mbayá” identificava principalmente os grupos que habitavam a parte norte do conjunto etno-ambiental Guaikuru, no alto Paraguai, os “yegi-Guaikuru” ou Mbayá-Guaikuru (CARVALHO, 1979).

Deus fez os brancos, os negros e demais nações de índios e esqueceu-se dos Uiacurú's. Quando se deu conta de seu esquecimento deu licença ao pássaro 'Carcará' para criar os Uiacurú's. O 'Carcará' comeu uns peixinhos, que fermentados se transformaram em uma ninhada de Uiacurú's. Há uma variação do mesmo mito que afirma que o 'Carcará' pusera um ovo, e chocando esse ovo nasceu um homem. Este Homem desejou propagar-se e viu um buraco no caule de uma frondosa árvore e nele entrou. Algum tempo depois brotou do buraco que o homem tinha entrado um enxame de abelhas e outro de Uiacurizinhos. Quando Deus viu a perfeição da obra, concedeu ao 'Carcará' que desse por arma à sua criatura, a lança e o porrete e com elas conquistarem as outras nações e faze-las suas cativas, pois sobre todas elas lhe dava domínio e senhorio (SERRA, 1850, p. 358).

Nesta descrição os Guaikuru se originaram não de humanos, mas, sim, de peixinhos ou de borboletas que foram transformados em seres perfeitos e, portanto, poderiam ser armados para conquistar as demais nações, subjugando-as. Assim, novamente, se justifica a predestinação como sendo de origem divina.

Versão recente do mito de origem, elaborada por um Kadiwéu, refere que Deus ordenou aos Kadiwéu andar sempre errantes, fazendo guerra contra outras nações.

É verdade, tinha um buraco onde tinha todas as nações, primeiro Deus puxou o branco, segundo os Terena e a cada povo que tirava de lá dava uma função, um modo dele viver. Para o branco, dele ser trabalhador, para os Terena deu foice para mexer com a lavoura e por fim tirou os Kadiwéu e falou:

- Vocês vão ser umas pessoas que andam no mato, guerreando contra outras nações (Dominguinhos Kadiwéu *apud* SIQUEIRA JR., 1992, p. 9).

Nesta versão do mito de origem, narrada pelo índio Dominguinhos, o homem branco é destinado a realizar o trabalho, provavelmente, no comércio e setor de serviços em geral; os Terena deveriam exercer a agricultura e os Kadiwéu fazer guerra, dominando outras nações.

Outra versão recente do mito de origem, narrada por uma índia Kadiwéu, apresenta o território como fator diferenciador, ou seja, Deus deu a terra – como se arma fosse - a nação Kadiwéu e isso foi fato consumado, irrevogável.

Logo que Deus fez o mundo, lembrou de todas as tribos, todos os índios e também os Kadiwéu e deu a terra que é essa que estamos morando e que todos conhecem. Então é por isso que ninguém pode tomar a terra do índio. Porque logo que existiu o mundo, já existiam os Kadiwéu e cada tribo tinha seu jeito de viver e Kadiwéu era guerreiro e vivia da caça e da pesca.

Quando Aneotedroni (Deus) terminou de fazer cada tribo, ensinou o que eles poderiam fazer: deu enxada para Terena, foice para os brancos e para os Kadiwéu deu a terra, porque Kadiwéu não pode roçar, não sabe roçar. Por isso, ninguém toma a terra dos Kadiwéu, porque é a arma dos Kadiwéu, Deus deu (BASÍLIA KADIWÉU apud SIQUEIRA JR., 1992, p. 9).

Esta última versão, também na voz de uma Kadiwéu, parece contradizer as demais versões, porque coloca a terra como sendo a arma dos Kadiwéu e sugere que eles não precisam mais fazer guerra, defender seu território, mas ainda assim justifica, estabelece e define a diferença existente entre os Kadiwéu e os outros povos, pois Deus deu enxada para Terena e foice para branco e, para o ser superior, deu a terra, um bem precioso.

O caráter da diferenciação da humanidade, aparecendo os Guaikuru sempre como seres superiores, permanece em todas as versões do mito de origem. Esta explicação pode ser constatada não somente nos relatos de Azara e Cabeza de Vaca, como também nas crônicas de José Sánchez Labrador e Ricardo Franco de Almeida Serra e nos estudos etnográficos de Guido Boggiani, Herbert Baldus, Egon Schaden, Emílio Rivasseau, Uacury Ribeiro de Assis Bastos, Ayron Dall'Igna Rodrigues, Jaime Garcia Siqueira Junior, Claude Lévi-Strauss, Darcy Ribeiro, Cláudio Alves de Vasconcelos, Manuela Carneiro da

Cunha e Maria de Fátima Costa, que escreveram sobre os Guaikuru, dando ênfase à índole guerreira, à bravura e à astúcia militar, bem como aos combates eqüestres promovidos por esse povo com o objetivo de realizar a pilhagem e a captura de prisioneiros.

Na análise do mito de origem, Ribeiro (1980) utiliza-se das obras do missionário franciscano Francisco Mendes (1772), de Félix de Azara (1809 e 1904), de Francisco Rodrigues do Prado (1839), de Juan Francisco Aguirre (1898), de Francis de Castelnau (1850), de Ricardo Franco de Almeida Serra (1850), de Guido Boggiani (1895), do jesuíta José Sánchez Labrador (1910), de Vojtech A. Fric (1913), de Egon Schaden (1945) e de Kalervo Oberg (1949), entre outros, para demonstrar não somente a crença dos Kadiwéu em sua predestinação para dominar todos os povos que conseguissem alcançar, mas também, o predomínio de sua mentalidade senhorial, elementos que se refletem vigorosamente na mitologia Kadiwéu.

Neste contexto, enfatize-se que, desde o século XVI, os Guaikuru constituíram-se em inimigos reais dos castelhanos. Temidos por sua força e valentia, desde o Chaco, aprenderam a domesticar o cavalo²¹ e a montá-lo com maestria, ganhando grande mobilidade e tornando-se praticamente invencíveis. Dos povos chaquenos, os Guaikuru foi o que melhor se evidenciou no aspecto mobilidade. Antes de entrarem em contato com os povos andinos, os Arawak e os Guarani, os povos do Chaco eram simples coletores nômades, caçadores e pescadores. Entretanto, nas primeiras décadas do século XVII, aprendem a

²¹ O cavalo, introduzido no Prata e no Paraguai pelos espanhóis da expedição de Pedro de Mendoza, serviu de arma psicológica no início da conquista. A maioria das nações indígenas, ao verem estes animais serem montados, assustava-se, e algumas, apavoradas, fugiam ou rendiam-se. O fato de os Mbayá-Guaykurú, assim como outras nações chaquenas, ter conseguido domesticá-lo e usá-los na luta contra os conquistadores, demonstra um processo inverso.

domesticar os cavalos e dominam a técnica de montaria, introduzida nessa época e região pelos espanhóis, que se transformaria em um instrumento de luta e submissão de outros povos. Os Guaikuru são, a partir de então, conhecidos como os célebres “Índios Cavaleiros”.

1.2 Modo de vida dos Mbayá-Guaikuru

No século XVIII, a presença dos Guaikuru na região mato-grossense é marcante, sendo-lhes conferido um modo de ser etnocultural específico decorrente da aquisição de cavalos e mudança do módulo pedestre para o eqüestre.

Após domesticar o cavalo e dominar a técnica da montaria, os Kadiwéu conseguiram reorganizar sua cultura, porque os padrões culturais elaborados por essa comunidade:

[...] eram de natureza a favorecerem tanto a integração de elementos novos (uso do ferro e da prata, criação de gado bovino e lanígero, mas principalmente cavalos), como o aproveitamento destes no sentido de dar nova vitalidade à tribo toda – a ponto de se tornar genuíno povo de dominadores. Empregando o cavalo em suas expedições guerreiras, esses aborígenes conseguiram não somente manter a sua independência em face dos brancos, mas ainda subjugar total ou parcialmente outras tribos indígenas (SCHADEN, 1959, p. 61).

Conhecidos, desde o início do século XVII, como os célebres “Índios Cavaleiros”, os Guaikuru são descritos por Serra (1845) como os índios mais valentes do Brasil, porém, sempre errantes e com morada incerta, trazendo suas casas nos seus cavalos e atravessando o rio Paraguai, rapidamente, ao fugir durante as lutas que travavam com outras nações ou mesmo com os espanhóis. Mas, não é somente devido ao espírito guerreiro que não se fixavam. Era porque

realizavam muitas digressões entre a Serra de Albuquerque e a margem do rio Paraguai vizinha de Coimbra, visando encontrar pastagem farta para os milhares de cavalos que possuíam, além de abundância de alimentos.

Quanto à aparência física, eram bem feitos, todos “igualmente espadaúdos e quadrados, com os peitos largos e fornidos, o ventre plano, o dorso e os braços musculosos” (FERREIRA, 1974, p. 79). Eram vaidosos, cultuavam a beleza, exibindo seus corpos nus e bronzeados, cobertos por pintura, em diferentes formas e cores, assim como usavam adornos nas cabeças. Pintavam “todo o corpo com tinta de duas fructas silvestres chamadas urucu e genipapo; e na pintura guardam bastante symetria” (PRADO, 1839, p. 24), sendo provável que, para eles, as pinturas fossem suas verdadeiras roupas. Eram capazes de resistir muito à fome e sede, pois que eram bastante saudáveis, chegando muitos à extrema velhice. “No anno de 1793 vi no presidio de Coimbra um velho tão carregado pelo peso dos annos que mal se tinha de pé encostado em um bordão; porém com a memoria tão fresca de quanto tinha visto e passado na vida, que parecia outro *João dos Tempos*” (PRADO, 1839, p. 23).

Ferreira (1974) também relata que os Guaikuru, embora tivessem vida nômade, possuíam alguns alojamentos fixos, situados em serras circunvizinhas, nos períodos em que as enchentes do rio. Estes serviam de quartéis de inverno, onde eram alojados os decrepitos, os inválidos, as mulheres pejudadas e as paridas, que precisavam criar seus filhos. No verão, as aldeias se estabeleciam onde o tempo e o lugar eram mais favoráveis em relação à satisfação das necessidades alimentares, preferencialmente a base da palmeira macajuba e outras plantas com raízes comestíveis.

Nas aldeias provisórias dos Guaikuru, as casas, denominadas por Sánchez Labrador de habitações portáteis, eram construídas de acordo com certa organização e particularidade.

Todas as casas tinham o mesmo tamanho e altura, sendo dispostas uma ao lado da outra, de forma que o conjunto desenhava um acampamento semicircular; por razões de segurança e higiene os cavalos não entravam no acampamento. A primeira casa era dedicada ao chefe, com sua mulher e filhos; as seguintes, até o centro, aos parentes, o lado oposto era ocupado pelos criados e escravos. O interior do semicírculo era deixado livre, configurando-se como uma grande praça; era ali o espaço reservado para as diversões e os jogos comunitários, como por exemplo, o 'rigilete'. Esta brincadeira envolvia homens, mulheres e crianças, muito parecido com o nosso jogo de peteca. As 'petecas' [...] (COSTA, 2003, p. 75-76).

Nos acampamentos, as mulheres, acostumadas a acompanhar seus homens em suas andanças, viam-se segregadas da vida Mbayá e, para evitar o afastamento do marido, que passava a possuir uma segunda esposa, era comum a mulher ter apenas um filho, depois dos trinta anos. No matrimônio, os Guaikuru seguem “os antigos Romanos, isto é, se casam com uma só mulher, e fica ao alvedrio de ambos os consortes poderem separar-se e contrair nova aliança, quando não são contentes um do outro; mas estas separações bem raras vezes se vêem [...]” (PRADO, 1839, p. 25).

Contudo, a poligamia foi registrada como costume certo entre os Guaikuru, os quais ajuntavam-se “como os animais, voltando a mulher as costas ao seu marido. Todos são polígamos; se bem que comumente cada homem não tem mais de três até quatro mulheres” (FERREIRA, 1974, p. 79).

Estudo etnográfico posterior de Lévi-Strauss (1996) confirma que os Guaikuru praticavam a monogamia, embora adolescentes muitas vezes acompanhassem os guerreiros nas suas aventuras, servindo-se de escudeiros,

pajens e amantes, enquanto as senhoras nobres mantinham *chichisbeus* (cativos adotivos protegidos), que muitas vezes eram também seus amantes.

Se há contradição nos registros quanto às uniões matrimoniais que aconteciam entre os Guaikuru, o comportamento homossexual foi observado como certo, pois “há homens que affectam todos os modos das mulheres; vestem-se como ellas, occupam-se em fiar, tecer, fazer panellas etc. A estes chamam *cludinas*, nome que dão a todo o animal castrado; e verdadeiramente elles são as meretrizes desta nação [...]” (PRADO, 1839, p. 26-27).

As mulheres Guaikuru evitavam a gravidez e praticavam o aborto, assim que percebiam iniciada a gestação, pois tinham o costume de acompanhar os maridos em suas andanças. E, caso dessa gravidez nascessem gêmeos, eram obrigadas a desfazer-se das crianças, pois que mabaças, nascimento de gêmeos, para a crença Guaikuru, era sinal de mau agouro. Segundo Sánchez Labrador (1910), quando isso acontecia, a mãe tinha que abandonar seus filhos às feras da selva. A prática do aborto era tão comum e destrutiva à propagação entre esses índios que “não ha uma duzia de crianças nascidas entre elles n’este espaço de cinco anos [...]” (SERRA, 1845, p. 358).

A prática do aborto, aliada ao costume de a mulher ter apenas um filho, após os trinta anos, dá sustentação para defender a predominância da monogamia entre os Guaikuru. Também nos permite não estranhar outra realidade verificada entre os Guaikuru, a prática da captura de pessoas, principalmente de crianças, durante os combates, que deu a esse povo uma conformidade étnica bastante peculiar.

[...] um acampamento era, na verdade, o lugar de encontro e entrelaçamentos de povos distintos. A presença mais constante era a dos Txané-guaná; porém entre os Guaikurú costumava-se ter dezenas de escravos e escravas, numa mistura de várias etnias que, depois da conquista, incluía mulheres e crianças brancas e negras capturadas, ou dos espanhóis, ou dos portugueses (COSTA, 2003, p. 76-77).

Neste aspecto, Azara (1969) observa ter visto, entre aqueles índios, muitas mulheres espanholas capturadas, que não queriam voltar ao convívio familiar, pois que o bom tratamento que lhes dispensavam os Guaikuru favorecia o aparecimento de laços de amizade entre dono e escravo. Neste aspecto, o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, enfatiza:

Nós os chamamos de BÁRBAROS; porém eles nesta parte não desonram tanto a Humanidade, como as mais polidas Nações da Europa, que sem embargo de terem a Razão exercida pela Filosofia e iluminada pela Revelação, em se estabelecendo na América parece, que de propósito cogitam os meios de fazer mais pesado o jugo da escravidão dos Negros. [...] Tratam-nos indulgentemente, comem com eles; e cada Senhor se contenta de que como tal o reconhece o seu escravo (FERREIRA, 1974, p. 81).

Com esse modo de ser, os Guaikuru não somente dominaram, mas, também conquistaram muitos povos e se constituíram como uma mistura de várias etnias. Isso se explica e parece claro, já que o objetivo principal da expedição guerreira era obter crianças. Segundo Lévi-Strauss (1996), no início do século XIX, apenas 10% dos membros de um grupo Guaikuru faziam parte dele pelo sangue, de modo que a perpetuação do grupo se efetuava por adoção, muito mais freqüentemente do que por geração.

A mistura étnica que se observa entre os Guaikuru, possivelmente resultou na consolidação de uma sociedade bastante estratificada, posto que:

A nação Guaykurú se divide em três partes: a primeira é a dos nobres, a que chamam *capitães*, e as mulheres destes *donas*, título que também tem as filhas; a outra parte chamam *soldados*, que obedecem de pais a filhos; e a terceira, que é mais considerável, é a dos *captivos*, que assim chamam a todos aqueles que apanham na guerra, e a seus descendentes, aos quaes tratam com muito amor [...] (PRADO, 1839, p. 23).

Assim estratificados entre capitães e donas, soldados e cativos, e sendo o primeiro grupo a camada aristocrática da sociedade Mbayá-Guikuru, esse povo desenvolveu acentuadamente o caráter da mentalidade senhorial, pois que:

Los mbayás se creen la nación más noble del mundo, la más generosa, la más formal en la cumplimiento de su palabra con toda lealtad y la más valiente. Como su talla, la belleza y elegancia de sus formas, así como sus fuerzas, son bastante superiores a las de los españoles, ellos consideran a la raza europea como muy inferior a la suya (AZARA, 1969, p. 62).

Nobres, generosos, cumpridores de sua palavra e valentes. Belos, elegantes e fortes, sendo superiores aos espanhóis, considerando a raça européia inferior à sua. Assim se vêem os Guaikuru, cuja estratificação social aparece principalmente por ocasião dos casamentos, pois “No casan con sus hijas á los cautivos, aunque sean españoles, y lo tienen por punto de desdoro manchar su nobleza con la baja condición de sus criados” (SANCHEZ LABRADOR, 1992, p. 315). Na mesma linha de pensamento, Prado (1839, p. 23) observa “Ha porém a circunstancia de reputar-se vileza casar com escravo, a ponto de que o filho despreza a mãe que casou com escravo”.

A condição de nobreza permanecia por ocasião dos casamentos, quando as uniões se davam somente entre nobres, jamais se admitindo que as mulheres se ligassem a homens que eram considerados cativos. As núpcias entre um cacique Mbayá e uma mulher Chané, que inicialmente significou uma aliança

entre os agressivos guerreiros e as grandes aldeias cultivadoras, posteriormente, serviu para acentuar algumas tendências socioculturais dos Eyiguayegi-Mbayá como “la conciencia mbayá de su superioridad étnico-tribal, volviéndose la agresividad, la arrogancia de los ‘oquilidi-señores’ y la misma ambición de prestigio social y socioindividual em verdaderas pautas de conducta” (SUSNIK, 1981, p. 58).

Com base em relatórios antigos, Baldus (1937) também analisou o problema da estratificação social dos Guakuru-Kadiwéu, concluindo que esse povo formava uma sociedade constituída por camadas sociais claramente limitadas e distintas umas das outras, mas que haviam estabelecido tamanha harmonia entre si, que lhes permitiram fundir-se em uma verdadeira unidade política e cultural.

Essa unidade política e cultural, obviamente, tem raízes na relação sóciopolítica estabelecida com os Guaná/Chané que produziu novos aspectos na cultura Mbayá-Guaikuru como, por exemplo, “a obtenção fácil de bens de subsistência; novas formas de estratificação etnossocial; afirmação da dominância étnica e guerreira; certo impacto etnobiológico decorrente do intercasamento dos chefes e guerreiros Mbayá com mulheres Chané” (CARVALHO, 1979, p. 34).

Assim como, no aspecto da mobilidade, os Guaikuru assimilaram elementos da cultura espanhola, também no campo da arte, a cultura desse povo, provavelmente, tenha incorporado uma série de elementos possivelmente oriundos dos Guaná, cujos Terena são os últimos representantes.

Em 1845, Castelnau esteve por algum tempo em Miranda. Na ocasião visitou aldeias de três ramos dos guanás: os terenas, na época, uma

população de mais de 1.500 indivíduos, os laianas e os quinquinaus, todos tão industriosos como os de Albuquerque. Ainda, há relatos de que os “fortes de Coimbra e Miranda foram pontos de aglutinação de população guaná. Kinikinaus no primeiro e Terênas no segundo. Em torno das aldeias guanás gravitavam os Guaicurus” (BASTOS, 1979, p. 36).

É, portanto, bem provável que, depois do estabelecimento das relações Guaikuru-Guaná, homens e mulheres Kadiwéu trabalhassem entre os Terena na fabricação de vasos de barro. Os vasos dos Kadiwéu, conforme observa Colini (1894), embora semelhantes aos dos Terena, tinham forma mais variada e ornatos mais elegantes. Assim sendo, pode-se supôr que houve, além da incorporação de novos elementos culturais, também aperfeiçoamento da técnica do fabrico de vasos de barro, por parte dos Kadiwéu.

Mas, no que diz respeito à arte decorativa, sobretudo a cerâmica, há também um outro ponto de vista: “talvez seja produto da convergência de antigos padrões, desenvolvidos pela tribo antes da ligação com os Guaná, e outros, de origem aruak” (SCHADEN, 1959, p. 64).

Já no que se refere à arte corporal, a estirpe de nobre transparecia “através de pinturas corporais²², feitas com um molde, ou de tatuagens que equivaliam a um brasão” (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 170). As diferenças na tatuagem entre as “donas” e as “mulheres” eram acentuadas. A pintura do corpo distinguia a camada nobre da camada inferior, posto que:

²² No filme **Brava Gente Brasileira** (Brasil, 2000), ficção que se passa no Mato Grosso do Sul, dirigido por Lúcia Murat, a pintura de corpo dos Kadiwéu é bem destacada. Também se pode observar o comportamento homossexual, a prática do infanticídio e do rapto de crianças, assim como cenas do famoso ataque ocorrido ao Forte Coimbra, em 6 de janeiro de 1778.

Las mujeres tienen pinturas pasajeras y permanentes. La que son de la plebe se graban desde la frente hasta sobre las cejas con unas rayas negras que em su uniforme desigualdad remedan las plantas de un órgano. Otras añdran grabarse todo el labio inferior hasta la barbilla. Las cacicas y mujeres de capitanes se abren los brazos conel mismo aritificio formando muchos cuadrángulos y triângulos desde el hombro hasta la muñeca. Esta es uma de lãs señales indelebles que caracterizan su nobleza. Raríssima de estas señoras permite grabaduras de la cara; éstas son como la marca de sus inferiores y criadas (LABRADOR, I, p. 285-286).

Incorporando ou não elementos da cultura aruak e/ou Guaná, fato é que os Guaikuru, desenvolvendo a arte corporal e cerâmica, “criaram uma arte gráfica, cujo estilo não pode ser comparado com quase nada do que a América Pré-Colombiana nos deixou” (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 170), e que foi primeiro descrito pelo missionário Sanches Labrador e, posteriormente, por Guido Boggiani que, juntamente com Claude Lévi-Strauss, foi responsável por divulgar a arte Guaikuru-Kadiwéu nos museus europeus localizados na Itália, Suíça, Alemanha e França.

Certamente muitos elementos culturais passaram de um grupo para outro, sendo que os Terena foram os únicos Guaná que adotaram o cavalo “a modo de los Mbayáes, organizando incursiones Chaco adentro, cautivando especialmente o los “Ylai – Zamuco”. Esto no obstante, la incursión a caballo se identificaba estritamente con la adquisición de cautivos, no llegando [...]” (SUSNIK, 1981, p. 114).

Nas tribos, engajados numa unidade político-cultural, os cativos, especialmente os escravos dos Mbayá-Guaikuru, eram bem tratados. Não realizavam a caça e a pesca, nem participavam da guerra, trabalho viril, destinado aos homens jovens, não cativos. Segundo Serra (1845), entre os Guaikuru, os velhos, cativos ou não, executavam tarefas comuns como buscar lenha, água,

fazer comida e pescar. Os moços e vigorosos se divertiam, principalmente com as mulheres, e sempre estavam prontos para a guerra, cuja ação sempre era comandada pelo capitão mais moço. O trabalho geral de todos era cuidar dos cavalos, fazer canoas, remos, lanças e porretes, ou dar toda atenção à colheita do mel. As mulheres teciam panos e esteiras, faziam potes e panelas, além de diariamente pintarem o corpo e arrancarem algum cabelo que crescia das pestanas e sobrancelhas.

Quanto aos valores e a ética Mbayá-Guaikuru, observa-se nos relatos de Serra (1845) e Prado (1939) uma visão bastante idílica, pois que, nos acampamentos, cada Mbayá tinha de três a quatro escravos, os quais tratavam com ternura, nunca lhes dando ordens ríspidas, chamando atenção ou castigando, e:

[...] escolhendo logo das crianças umas mais lindas para serem tratadas como livres, e adoptadas como filhas, e outras mais torpes para as obrigações grosseiras, tudo com um condescendente modo: que quando estes lhes tiram os cavallos e pannos que lhes deram, não os chamam para as suas funcções, e ficam como abandonados á sua mesma inutilidade, o que cada um d'estes captivos conta como uma desgraça por não ter toldaria²³ a que se encoste, mulher e os bens que lhes tiraram, em pena de não entrar nas maximas, costumes e principios de todo da nação (SERRA, 1845, p. 372).

O costume de adotar cativos como filhos contrasta com a crueldade com que aniquilavam sua própria raça. É “incompatível com o extremoso mimo e amor com que tratam e criam algumas crianças que compram, e furtam às nações vizinhas, e maiormente aos próprios filhos, que raras vezes deixam nascer de suas mulheres” (SERRA, 1845, p. 205). Por outro lado, excluir

²³ No passado, as hordas Mbayá se dividiam em “tolderias”. A tolderia, onde havia uma casa coletiva, era a menor unidade política e econômica, que reunia a parentela de um “capitão” e os seus cativos (**Povos indígenas no Brasil**, 2001, p. 4).

dos princípios da nação aqueles que praticam o roubo, abandonando-os à própria sorte, condiz com o caráter peculiar do Guaikuru.

Na visão de Serra (1845, p. 378), o caráter dos Guaikuru, apresenta traços de vaidade, soberba, desconfiança, dissimulação, indisciplina e desobediência, de acordo com os métodos de controle empregados pela política portuguesa. Entretanto, segundo Prado (1939), quando não guerreando e/ou lutando pela sobrevivência no trabalho cotidiano, ou seja, quando quietos, os Guaikuru eram melancólicos, amavam-se afetuosamente e viviam em doce harmonia. Porém, ainda assim, eram tão soberbos que impunham respeito às nações Guaxi, Guaná, Guató, Caivaba, Bororó, Coroá, Caiapó, Chiquito e Xamacoco, tratando-as com desprezo e submetendo-as ao seu jugo tirânico.

Essa visão do Guaikuru como terno, atencioso, melancólico, amoroso, é ao mesmo tempo contraditória, já que apresenta vestígios de rebeldia em relação à política portuguesa e muito contradiz o fato dessa nação ser exaltada nas crônicas de Azara (1969) e Cabeza de Vaca (1992), assim como em estudos etnográficos realizados durante o século XX, como um povo guerreiro, astuto, malicioso, vingativo, capaz de assimilar novas técnicas e usar estratégias políticas as mais diversas, para subjugar outras nações e conviver entre duas nações inimigas, visando sempre conservar o domínio de seu território.

A nação Guaikuru, em função do mito de origem, era guerreira por natureza. De estilo de vida nômade, obrigava-se a fugir das cheias e a realizar migrações constantes, montando acampamentos em busca de alimentos e pastagens para seu gado, enfrentando muitos desafios e perigos, estando sempre preparada para os combates que serviam não apenas para a pilhagem e captura de

cativos, mas também para vingar agravos de outros povos, usando como principais armas o arco, a fecha e a lança.

Segundo Silva (2004), na sociedade Mbayá-Guaikuru a educação para a guerra era cumprida por meio de uma série de ritos, nos quais o jovem, simultaneamente, se tornava homem e guerreiro. A preparação do guerreiro, a princípio, implicava que o pequeno Guaikuru apenas pintasse o corpo de preto. Entre 14-16 anos de idade, já apresentavam agressividade e, posteriormente, a graduação exigia que os adolescentes soldados se pintassem de vermelho, sofressem escarificações pelo corpo, sem direito a manifestar nenhuma dor. Nesse estágio de preparo, já tinham permissão para participar das caçadas como guerreiros veteranos, o que significava estarem independentes dos cuidados dos adultos e aptos a se relacionarem sexualmente com as cativas. A partir dos vinte anos, o jovem Mbaya-Guaikurú atingia ao estágio de guerreiro, habilitado, portanto, para ser solicitado para as guerras.

Por ocasiões de guerra, pintavam o corpo de preto, mulheres e crianças permaneciam seguras nos acampamentos fixos e elegiam “para chefe o capitão mais moço, que está em idade de tomar armas, e os capitães antigos o acompanham como conselheiros”, usando da autoridade com moderação. E, para combater a superioridade bélica dos espanhóis, que utilizavam armas de fogo, lançavam mão de “uma camisa de couro de onça, que lhe dá pelos joelhos, a qual julgam impenetrável a todas as obras ofensivas, mesmo as balas” (PRADO, 1939, p. 31-32).

Surpreender em ocasiões especiais era outra tática usada para atacar os povoados, o que geralmente acontecia em épocas de festas religiosas, principalmente durante o Natal e a Semana Santa, ou ainda, preferencialmente,

nos períodos chuvosos, quando a pólvora tinha menor poder de fogo. Também introduziram em seus combates, o uso de facões – roubados dos europeus ou trocados por cavalos – que utilizavam para as degolas (COSTA, 2003).

Todos os indígenas de outras nações, aprisionados em guerra, após passar a conviver com os Guaikuru, eram considerados membros do povo e participavam de guerras a outras nações, formando um corpo unido, sempre pronto a guerrear e cativar outros índios.

Na questão religiosa, os Guaikuru tinham sentimentos bastante contraditórios. Segundo Prado (1939), essa nação desconhecia Deus e, nas calamidades, não recorriam a nada sobrenatural. Diziam mil desatinos a respeito da origem divina, porém, sabiam que Deus era bom e que havia demônios. Também ignoravam os prêmios e castigos da vida futura, acreditavam na imortalidade da alma e que, depois da morte, seus capitães e curandeiros se divertiam como errantes nos cemitérios. Mudavam de nome sempre que lhe morria um parente ou escravo, choravam e cantavam essas mortes.

A concepção da morte como separação de corpo e alma, é sempre resultado de uma violência, ou de que não há morte natural, sendo todas atribuídas a sortilégios dos *nidjienigi*²⁴, ou à atuação de fantasmas, faz parte do imaginário kadiwéu. A comunidade dos vivos e a dos mortos constituem as duas faces da sociedade, que se comunicam através dos *nidjienigi*, sendo estes contatos de grande importância na vida da tribo, já que tem por objetivos “aplar os espíritos que se arremetem contra os vivos, aliar-se a eles para obter

²⁴ Como curandeiros e como feiticeiros os *nidjienigi* firmam o seu prestígio alcançando retribuições às vezes muito altas (RIBEIRO, 1980:210).

poderes benéficos ou maléficos, disputar as almas que eles roubam e servir de intermediário e porta-voz dos ancestrais” (RIBEIRO, 1980:197).

Na religiosidade dos kadiwéu, bem e mal, impulsos de ajuda e perdição, associam-se tanto nos seres sobrenaturais como nos xamãs²⁵; os primeiros, às vezes, são forças malignas responsáveis por desgraças, outras, espíritos que protegem a sociedade dos vivos, advertindo de perigos e ensinando a evitá-los. Assim, em função da ambigüidade dos espíritos, a atuação dos xamãs pode ser benéfica ou maléfica, requerendo do grupo certos cuidados para se defender de uns e outros, sempre observando o comportamento dos *nidjienigi*, que os obriga a explicar atos suspeitos. Os *nidjienigi* têm atribuições variadas, sendo a principal delas, fonte de prestígio e riqueza, curar e causar doenças.

No que se refere à religião dos Guaikuru-kadiwéu, Ribeiro (1980) enfatiza que as manifestações religiosas dos kadiwéu constituem um conjunto de crenças em forças sobrenaturais e de práticas que procuram controlar estas forças, distinguindo-se três diferentes complexos:

1) as explanações etnológicas da mitologia, cujo caráter é mais filosófico do que dogmático, explicando por que os kadiwéu apareceram e a criação e transformação de todas as coisas;

²⁵ Os heróis-xamãs são os personagens mitológicos mais vivos para os Kadiwéu, suas histórias são narradas com grande riqueza de pormenores e elevada emoção. [...] Para os Kadiwéu, seus xamãs atuais são do mesmo tipo dos míticos, menos poderosos, naturalmente: crêem, contudo, que poderia surgir ainda hoje um *nidjienigi* capaz das mesmas proezas. [...] teoricamente, qualquer pessoa está sujeita a tornar-se xamã e que isto acontece independentemente de sua vontade, por iniciativa de forças sobrenaturais que a põem em contato com fontes de poder xamanístico (RIBEIRO, 1980, p.198 e 208-209).

2) a concepção do além-túmulo, que juntamente com a crença em forças sobrenaturais multiformes constituem a atitude religiosa dos kadiwéu, opondo-se à atitude filosófica expressa nos mitos de origem e

3) a noção de entes sobrenaturais multiformes, que permite explicar os fenômenos que escapam à lógica e às motivações comuns, constituindo uma dimensão especial da cultura.

Quanto à língua Guaikuru, esta, como ocorre com qualquer outra nação, lhe atribui verdadeira identidade, já que a língua é a manifestação da capacidade de comunicação através da linguagem. Assim sendo, o critério lingüístico é o mais adequado para a identificação das tribos chaquenhas, pois uma família lingüística geralmente representa “también el elemento étnico predominante y una cierta homogeneidad del padrón cultural fundamental, aunque los diferentes contactos culturales [...] algunas manifestaciones peculiares de vários grupos tribales, permitiendo éstas hablar de un complejo cultural chaquenho (SUSNIK, 1981, p. 1).

A língua pode ser então entendida como um sistema único de expressão, cuja característica principal é não somente refletir aspectos importantes da visão de mundo desenvolvida pelo povo que a fala, mas constituir “a única porta de acesso ao conhecimento pleno dessa visão de mundo que só nela é expressa” (RODRIGUES, 1986).

E a língua Guaikuru, apesar de ser apontada por Serra (1845) como inculta, permitia-lhes se comunicar muito bem com os sábios, mantendo com eles larga conversação, através de frases e imagens políticas e abundantes expressões, principalmente lisonjeiras. Na comunicação verbal, mulheres e

homens utilizavam diferentes palavras. Por exemplo, para dizerem morrer, os homens “dizem *aleo*; e as mulheres *gemá*. Para dizerem *vou para minha terra*, dizem *seragigo aypilo*; e ellas *seragigo yoi*. Ao beber dizem os homens *jaguipá*, e as mulheres *jaucá*: elles para dizerem *homem* dizem *hulegre*, e ellas *aquina*” (PRADO, 1839, p. 30).

Quanto à fonética da língua Guaikuru, “traz uma sensação agradável ao ouvido: uma fala precipitada de palavras compridas, todas em vogais claras, alternando as dentais com as guturais e uma abundância de fonemas molhados ou líquidos dão a impressão de um riacho [...]” (LÈVI-STRAUSS, 1996, p. 159).

A língua Guaikuru apresenta, portanto, um som mais gutural que nasal, sendo agradável de ouvir, pois que considerada por Lèvi-Strauss como música aos ouvidos, principalmente quando “à proporção do que querem encarecer, carregam sobre a voz, e com as mãos e gestos acompanham o discurso” (PRADO, 1839, p. 30).

Observe-se, porém, que a comunicação dos Guaikuru não ocorria somente por meio da fala, mas, também, através de gestos, mímicas e sons. Segundo Serra (1845), além da língua geral e vulgar, a comunicação se fazia também por gestos e movimentos das sobrancelhas, nariz, lábios e rosto, bem como sons de suas gaitas – música – e assobios, serviam para transmitir mensagens aos caçadores distantes ou para segredar algo, através de uma gíria particular, um código muitas vezes inteligível somente pela tribo que o adotava.

1.3 As relações interétnicas

Relações interétnicas conflituosas intensas se instalam no Chaco, desde a chegada dos primeiros colonizadores portugueses e espanhóis, já que a inimizade entre as tribos Mbayá-Guaikuru e Carió-Guarani, anterior à chegada dos espanhóis à região chaqueña, aparece como fator complicador das relações que se estabelecem entre esses povos.

A sujeição dos Guarani pelos espanhóis logo nos primeiros anos das incursões no Prata, fazendo desses índios guias, intérpretes e integrando-os como guerreiros em suas expedições, tem como contrapartida a hostilidade dos Guaykuru, contra os quais os próprios Guarani exigiam dos espanhóis “expedições punitivas”, das quais participavam de bom grado (CARVALHO, 1998, p. 467).

Avassalados aos espanhóis, não apenas como guias e intérpretes, mas ainda como guerreiros das expedições espanholas, os Carió-Guarani, à medida que exigiam de seus aliados, punição, aos ataques dos Mbayá-Guaikuru, contribuía para aumentar a hostilidade desses povos e provocar novos conflitos.

As relações que se estabeleceram entre os espanhóis e os Carió foram também de parentesco, ocorrendo “um processo de europeização de índios e de indianização de europeus, realizado em tempo mínimo que assegurou à sociedade paraguaia condições de sobrevivência [...] parentesco mais característico era o estabelecido pelo cunhadio, um mesmo espanhol era ‘cherobayá’ de vários índios (BASTOS, 1979, p. 59).

Habitantes do Chaco e ainda pedestres, os Guaikuru já mantinham relações de hostilidade com os grupos vizinhos, em busca de meios de

subsistência e aproveitamento dos recursos naturais. Aliados aos Payaguá²⁶, os índios canoieiros, cruzavam o rio Paraguai para atacar os campos cultivados dos Cário-Guarani em épocas de colheita.

Os conflitos entre as duas nações se intensificam com a chegada de Cabeza de Vaca a Assunção. Os Guarani, então vassalos da Coroa Espanhola, instigam o governador a fazer guerra aos Guaikuru. Conforme relata Cabeza de Vaca (1992), para manter a paz entre os espanhóis e os Cário-Guarani, o governador organiza uma expedição punitiva contra os Guaikuru, porém, a empreitada fracassa, pois não consegue fazer parar os ataques dos Guaikuru aos Guarani.

Os ataques dos Guaikuru às aldeias Cário-Guarani não pararam, porque tinham por objetivo não somente cultivos e lugares para obter a caça e a pesca, já que ali entravam e:

[...] proveyéndose de adolescentes para exigir abundantes rescates y obteniendo también algunos scalps para adquirir el derecho ‘al peinado’ del guerrero de prestigio o vengar la victimación antropofágica de alguno de los suyos. No se trataba de una ocupación permanente de las tierras carios, pero sí de su aprovechamiento periódico, especialmente en la época de grandes crecientes que dificultaban una plena subsistencia en la orilla chaqueña; los Carios, igualmente como luego los provinciales, abandonaban sus aldeas, buscando lugares menos expuestos a asaltos ‘guaycurúes’ (SUSNIK, 1981, p. 80).

²⁶ Segundo Susnik (1981, p. 93), os Payaguá pertencem à família lingüística Guaikuru, representando uma tribo com características destacadas de canoieiros-pescadores-corsários-fluviais, que na época do Paraguai colonial foram os verdadeiros dominadores do curso do rio Paraguai, percorrendo continuamente em suas canoas, manifestando sempre hostilidade e um trato astuto com os habitantes provinciais. Conforme observa (MELLO, 1960, p. 284-285), aliados aos Payaguá, os Guaikuru se tornaram o povo mais temido do médio-Paraguai, pois deles aprenderam “os segredos na navegação e o conhecimento dos intrincados labirintos de canais e baías da baixada paraguaia. Agindo em comum ou separadamente, tornaram-se o flagelo dos primeiros exploradores, dos missionários e das monções...”.

Pedido de regaste, obtenção de escalpes, vingança, eram outros objetivos dos ataques Mbayá, que sempre resultavam em abandono das aldeias por parte dos Carió-Guarani, pois que estes buscavam lugares mais seguros para viver.

Às práticas violentas de ataques aos Cário-Guarani somam-se as relações de violência constante travadas pelos Guaikuru com os espanhóis. Entretanto, aos períodos de hostilidade intercalam-se momentos de “paz”, quando os Guaikuru visitavam freqüentemente Assunção para vender ou trocar seus produtos, oferecendo peles e carnes silvestres, pescados e mantas. Observe-se, porém, que não raro as visitas amistosas eram feitas para preparar um futuro ataque. Boggiani (1945), por exemplo, reproduz algumas páginas do jornal que escreveu, relatando sua primeira visita ao Chaco, a Pôrto Casado, na região habitada pelos Sanapaná, proporcionando-nos uma idéia do terror que ainda por aquela ocasião os Guaikuru incutiam às tribos do Chaco.

Com a criação de cavalos e o domínio das técnicas de montaria, os Guaikuru adquiriram grande mobilidade, ampliam seu raio de ação e, ante a violência do avanço dos conquistadores europeus, obtêm uma resistência que outras tribos jamais ofereceriam. Como já comentado, a partir do roubo dos primeiros cavalos aos espanhóis, em 1672, os Guaikuru:

[...] se fizeram temíveis aos outros selvagens, e os mesmos Paulistas, que não saíam ao sertão senão com grande levada, receavam enconral-os em campo limpo, pelo modo com que eram acometidos. Tanto que os Guaycurús os viam, ajuntavam os cavallos e bois, e cobrindo os lados, os apertavam de sorte que, com a violencia com que iam, rompiam e atropellavam os inimigos, e elles com a lança matavam quantos encontravam diante. O unico remedio que tinham os Paulistas para escapar era o metterem-se no mato; e amparados das arvores, a tiro os derrubavam a seu alvo (PRADO, 1839, p. 22-23).

Organizados a partir da grande mobilidade que lhes proporcionavam os cavalos, os Guaikuru, agora uma sociedade estritamente eqüestre, aumentam sua atividade guerreira, cercando os bandeirantes paulistas e exterminando quantos pudessem, assim como saqueando povoados espanhóis e aldeias de outras tribos indígenas mais sedentárias. Eram guerreiros e já de longa data, pois:

[...] quando eram chaquenhos, só foram vencidos pelos espanhóis. No Pantanal dominaram e submeteram os Guaná, Guató e também os chaquenhos Xamacoco; em suas andanças ameaçavam até os Chiquitos. Em pleno século XIX foram temidos inclusive por expedições naturalistas, que com curiosidade científica passaram a reconhecer a região e seus habitantes (COSTA, 1999, p. 51).

Avançando do norte para o sul, após adoção do cavalo, os Guaikuru se fizeram temidos e respeitados, fazendo guerra a muitas nações e chegando às terras pantaneiras, juntamente com os Guaná, com os quais já haviam estabelecido uma relação peculiar, denominada por alguns autores como sendo de servidão, por outros de simbiose, outros ainda de vassalagem, ou, simplesmente, de aliança ou interação inter-tribal.

Embora guerrear com todas as nações vizinhas fosse o objetivo primeiro para os Guaikuru, havia uma exceção “con respecto a la nación guaná, con la qual están estrechamente unidos en una gran amistad. En efecto, los mbayás tienen siempre una multitud de guanás que les sirven como esclavos voluntaria e gratuitamente, que cultivam la tierra para ellos y les prestan otros servicios” (AZARA, 1969, p. 56).

Povo agricultor e pacífico, os Guaná, diante das dificuldades encontradas para se defender dos ataques e roubos dos outros grupos, aceitaram a proteção dos Mbaya-Guaikuru e, em troca, passaram a dividir com eles suas

colheitas, cerâmica e tecidos. Essa relação que se estabelece entre os Guaikuru e os Guaná, como já se observou, é descrita de formas diversas.

Segundo Carvalho (1998), os povos Arawak estavam avassalados por outros grupos em duas áreas distintas: ao norte do Chaco ocidental, os Chané, dominados violentamente pelos Chiriguano (Tupi-Guarani); e no alto Paraguai, grupos aparentados aos Chané, mas designados Guaná, avassalados pelos Mbayá, numa relação de *simbiose* não violenta.

Também Baldus (1937) aponta para uma espécie de simbiose, com vantagens mútuas, que havia na relação Guaikuru-Guaná, observando que essa relação contribuiu para a introdução da agricultura entre os Guaikuru. Além disso, dessa tribo aruak, provavelmente, mais tarde, proveio a camada de lavradores-escravos da organização social dos Guakuru, ou mesmo o caráter econômico que ela tomou.

Enquanto sendo uma relação de servidão, é explicada pelos casamentos realizados entre os membros das duas nações, já que “Algunos caciques ó capitanes Eyiguayegi se casaron á su modo con caticas ó capitanas Guanás. Los vassalos de éstas, muertas ellas, quedaron en un perpetuo feudo á los descendientes de los maridos de sus señoras” (LABRADOR, 1910, t. I, p. 267).

Enquanto uma relação de vassalagem, esta relação era marcada por profundas implicações sociais:

[...] si un cacique Mbayá se casaba con ha hija de un cacique Chané, adquiriría el derecho de disponer de toda la prentela y de toda la aldea perteniente a ese cacique Chané; con este status, realizaban

frecuentes visitas, sobre todo en época de cosechas, y siempre en son de señores frente a sus vasallos, comienzan así una verdadera discriminación etno-social (SUSNIK, 1983, p. 101).

Nessa relação de vassalagem, a supremacia dos Mbayá-Guaikuru sobre os Guaná era aceita devido aos arranjos feitos entre eles, como os casamentos interétnicos, trocas e visitas, que garantiam a sobrevivência pacífica de ambos. Através dos assaltos Mbayá a espanhóis e portugueses, os Guaná obtinham novos elementos culturais europeus: facas, machados e outros utensílios que necessitavam (OLIVEIRA, 1976, p. 33).

Para Costa (2003, p. 73) os Guaná deixaram-se adotar pelos Guaikuru, desde a passagem migratória para o Chaco até o início do século XIX, sendo a aliança interétnica exemplar e vantajosa para ambos. A autora discorda da existência de vassalagem entre as duas nações, já que não houve interferência substancial nas suas formas de vida; os Guaikuru continuaram caçadores-coletores, portanto, nômades, e os Guaná agricultores, cultivando e colhendo nos terrenos que ocupavam com suas aldeias.

Seja qual for a relação estabelecida pelos Guaikuru com os Guaná, relação bem distinta pode-se observar entre os Guaikuru e os Payaguá. De 1719 a 1768 perdurou a aliança entre esses dois povos. Durante esse período, os Cavaleiros aprenderam o uso das canoas e, terminada a aliança, muitos estragos e prejuízos causaram aos comerciantes que vinham de São Paulo para as minas de Cuiabá.

Durante o período da aliança Payaguá-Guaikuru, os portugueses, admirados e temidos em todo o mundo, se tornaram alvo de zombaria dos Guaikuru. Inúmeros registros de relatos apontam os perigos que estes índios

impuseram às frotas monçoeiras, pois foi praticamente impossível cruzar a região pantaneira: na água espreitavam os Payaguá, em terra, os Guaikuru. Essa união prejudicou muito a comunicação e o comércio das Minas do Cuiabá com São Paulo.

Unidos, os Guaikuru e os Payaguá, entre 1725-1728, destruíram frotas de canoas vindas de povoados, mataram centenas de pessoas – mercadores, portugueses e índios – e se apoderaram de armas como facões, facas e machados. O ataque maior ocorreu em 1730, quando, utilizando 80 canoas e 500 guerreiros, atacaram a expedição do ouvidor Dr. Antonio Alves Linha Peixoto, ferindo centenas de pessoas, deixando sobreviver apenas oito e perdendo somente cinquenta guerreiros. Senhores da situação, “começaram a lançar á agua os corpos semi-vivos, com o sangue dos quaes se mudou a côr das claras aguas do rio, tendo os mortos e vivos sepultura no ventre dos animaes aquaticos” (PRADO, 1839, p. 33). Quanto ao carregamento, ferro e 60 arrobas de ouro, destinados ao comércio, indo da vila de Cuiabá para São Paulo, também foi desprezado e lançado ao rio.

Por mais de três décadas os ataques Guaikuru-Payaguá persistiram, atingindo lugares distintos, como o Arraial Velho, próximo à vila de Cuiabá, em 1731; o distrito de Carandá, em 1733 e 1736; o reduto do Sapé, vizinho de Cuiabá, em 1743; e outros ocorridos em 1744, 1752 e 1753, todos narrados por Prado (1839). Pouco sucesso obtinham as expedições que lhes faziam guerra, assim como as tentativas de paz, que somente aconteceram no ano de 1768, quando se separaram os Guaikuru e os Payaguá, indo estes últimos viver na cidade de Assunção, capital do Paraguai.

Dissolvida a aliança, em função de terem aprendido com os Payaguá o uso de canoas, por conta própria, os Guaikuru continuaram a causar muitos estragos e prejuízos aos comerciantes das monções e também passaram “a hostilizar os ribeirinhos do Paraguai e seus tributários, mediante assaltos atribuídos ainda aos paiaguás, como o de Croará e Jauru” (CORRÊA FILHO, 1994, p. 93). A partir desse momento, a nação Guaikuru senhoreou, sozinha, o médio Paraguai, assim como todo o Pantanal, ensinando seus descendentes a serem, ao mesmo tempo, cavaleiros e canoeiros, conforme as circunstâncias, e conservando acesa a hostilidade aos portugueses.

Para conter os ataques Guaikuru, em 1775, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, então governador das capitâneas de Mato Grosso e Cuiabá, manda construir o presídio Real de Nova Coimbra no local conhecido por Fecho dos Morros, porém, o capitão Matias Ribeiro da Costa edificou a construção dezesseis léguas abaixo da foz do rio Taquari, ou seja, no estreito de São Francisco Xavier, local alagado quase sete meses por ano, havendo época de inundação de até dois anos, tornando-a vulnerável as investidas dos indígenas, sendo que:

[...] pouco póde o presidio servir para embaraçar a passagem dos Hespanhóes, e nada para evitar a fuga dos Portugueses ou dos seus escravos. Comtudo, depois da sua fundação, os Guaycurús e Payagoás não tornaram a insultar os Portugueses: só os primeiros fizeram uma grande mortandade na guarnição deste presidio de Nova Coimbra... (PRADO, 1839, p. 36).

O episódio a que se refere Rodrigues do Prado, ocorreu na madrugada de 6 de janeiro de 1778, quando um grupo de homens e mulheres Mbayá-Guaikuru chegaram ao presídio, trazendo cavalos e bovinos para comerciar e foram recebidos por soldados que se empolgaram com a presença feminina. Enquanto as mulheres entretinham os militares, os Guaikuru sondaram

as condições frágeis do posto militar e, em seguida, atacaram matando quase toda a guarnição, retirando-se e, depois, desaparecendo da área portuguesa. Seguindo estratégia de guerra, já bastante desenvolvida entre os Guaikuru, esse famoso ataque ao presídio de Nova Coimbra foi planejado, pois que, depois de muito vigiar o local, em 29 de novembro de 1777, um grupo de trinta índios visita a edificação com o intuito de efetuar uma sondagem e arquitetar um plano de ataque. Foram bem recebidos pelo então comandante, sargento-mor Marcelino Camponês, e despediram-se prometendo voltar, em um mês, com artigos para negociar. Contudo, retornaram somente em 6 de janeiro de 1778 para colocar em prática o plano. Nesta noite, a partir de um sinal – um assobio – iniciou-se a matança, onde morreram 54 soldados da guarnição do presídio.

Após esse trágico episódio para os portugueses, durante doze anos, os Guaikuru apenas rondavam o presídio, deixando aos sobressaltos guarnição e viajantes entre Coimbra e Cuiabá, até que em 1790, nova mentalidade parece conduzir as negociações entre portugueses e esse povo rumo ao tratado de paz e amizade.

De parte das autoridades lusitanas, temendo a aliança dos Guaikuru com os castelhanos, há total interesse na prática uma política de aproximação que culminará, em 1791, na assinatura de um tratado de paz e amizade. Segundo Serra (1845), interesses diversos, necessidade, temor e até mesmo a própria segurança foram as principais causas que levaram os Guaikuru a buscar espontaneamente a amizade portuguesa.

Das negociações, assim como da assinatura do contrato de paz e amizade firmado entre os Guaikuru e os portugueses, participaram Ricardo Franco de Almeida Serra e Alexandre Rodrigues Ferreira. Este último teve o

gosto de vê-los, quando chegou ao presídio de Nova Coimbra e, posteriormente, também assinou aquele contrato, onde o cacique Caimá, em nome do seu povo, submete-se à Coroa Portuguesa e, a partir de então, fixa as aldeias Guaikuru-Guaná nos terrenos contíguos ao referido presídio.

Porém, passados alguns anos, a paz é quebrada, pois os Guaikuru:

[...] interesseiros e maliciosos, não lembrados dos danos e mortes que experimentaram dos hespanhoes, e igualmente esquecidos, revoltosos e ingratos aos nossos beneficios e amparo, romperam inconstantes nos fins de 1800, e principio do seguinte anno todas as medidas e cautelas tomadas, para a sua conservação e tranquillidade d'esta fronteira, indo occulta e depois publicamente a Bourbon, S. Carlos e Villa Real, dando credito a quanto os hespanhoes lhes diziam contra nós, e cedendo por ultimo ás suas suggestões, só a elles engrandeciam, e só os portuguezes lhe eram suspeitosos, os portuguezes com quem vivem ha doze annos na mais intima amizade, de quem não têm recebido aggravo algum, de quem tiram cada anno por um calculo medio de 16 até 20 mil cruzados (SERRA, 1845, p. 384).

Assim, buscando sempre defender seu território, os Guaikuru, desde o século XVII até meados do século XVIII, não somente fizeram guerra a outras nações indígenas, mas, também, hostilizaram portugueses e espanhóis. No intuito de expulsar os invasores coloniais, tornaram-se mestres na arte de fazer política, colocando-se ao lado, ora dos portugueses, ora dos espanhóis, conforme os interesses a defender no momento presente. Destacando as dificuldades para civilizar os Guaikuru, Serra (1845) observa o convívio desses índios entre portugueses e espanhóis, que pretendem atraí-los para a sua amizade, pretensões contrárias, que eles manejam com bastante sagacidade, alcançando o que querem de uns e outros, sem trabalho nem submissão. Com relação a estes últimos, Azara (1969, p. 58) afirma: “Falto bien poco para que no exterminaran a todos los españoles del Paraguay”.

Em contrapartida, portugueses e espanhóis também procuravam se aproveitar em benefício próprio e, a partir de meados do século XIX, os índios do baixo Paraguai se vêem envolvidos ou deixam-se envolver em conflitos entre os Estados brasileiro e paraguaio, que tentavam dominar seus territórios. O mais significativo foi a Guerra do Paraguai (1864-1870) que, entre outros povos, teve a participação dos Guaikuru-Kadíwéu e Terena do lado do Brasil. Compreender essa participação implica explicitar o significado dos conceitos de terra e território para as nações indígenas.

1.4 Terra e território para o indígena

Para os indígenas, os conceitos de terra e território são peculiares, pois entre eles não há a propriedade privada. Nas sociedades indígenas, o território apresenta a particularidade de ser coletivo, ou seja, pertencer igualmente a todo o grupo. O acesso à terra se efetiva “através do trabalho e de ocupação de fato de determinada porção do território tribal” (FERNANDES, 1993, p. 81). Assim sendo, para a comunidade indígena, possuir “um território comum, geralmente isolado ou semi-isolado, cuja posse e exploração autônoma é condição essencial para a sobrevivência do grupo étnico (RIBEIRO, 1987).

Os conceitos de terra e território variam de uma sociedade indígena para outra, pois dependem da percepção que cada uma tem da terra e do entorno. Os grupos indígenas têm “diferentes formas de percepção de seu território. Alguns, fundamentalmente sedentários, estabelecem fronteiras definidas. Outros, como é o caso dos povos Jê do Brasil Central, têm (ou tiveram) suas fronteiras em constante expansão em função de atividades guerreiras, ou de caça e coleta” (FERNANDES, 1993, p. 81).

Em geral, os critérios que definem os territórios indígenas diferem de sociedade para sociedade, pois essas definições não ocorrem somente com base em critérios históricos, mas também em critérios culturais, próprios dos grupos que o habitam, mapeado a partir das necessidades de sobrevivência, não simplesmente no sentido material, mas amplo (OLIVEIRA, 1998). Em consequência, para os povos indígenas, o conceito de território engendra duplo aspecto: como meio básico de produção e também sustentáculo da identidade étnica.

Em termos jurídicos, a terra se define enquanto meio básico de produção, lugar onde se realiza o trabalho agrícola, mas:

[...] o conceito de terra é, insuficiente para designar o habitat indígena. Para precisar melhor essa noção usa-se o conceito de território indígena.

Falar em território indígena significa dizer que este é um espaço da sobrevivência e reprodução de um povo, onde se realiza a cultura, onde se criou o mundo, onde descansam os antepassados. Além de ser um local onde os índios se apropriam dos recursos naturais e garantem sua subsistência física é, sobretudo, um espaço simbólico em que as pessoas travam relações entre si e com seus deuses. Há que se ressaltar, ainda, que a apropriação de recursos naturais não se resume em produzir alimentos, mas consiste em extrair matéria-prima para a construção de casas, para enfeites, para a fabricação de arcos, fechas, canoas e outros e, ainda, em retirar as ervas medicinais que exigem determinadas condições ecológicas para vingarem.

Para que um povo possa sobreviver e se reproduzir, necessita de muito mais terras do que as que utiliza simplesmente para plantar. E é justamente esse espaço da sobrevivência, com tudo que ela implica, que denominados território (FERNANDES, 1993, p. 81).

O conceito de território indígena implica na produção da vida material e cultural, pois se apoderando dos recursos naturais os índios produzem alimentos, habitação, remédios, utensílios, armas, artesanato, em fim tudo que necessitam para se garantir e reproduzir a sobrevivência do grupo.

Assim sendo, enquanto o conceito de terra implica em um determinado espaço geográfico, destinado a fixar uma comunidade ou pessoa em função de critérios exclusivamente agrários e, portanto, não contempla os sistemas produtivo e sociocultural de um grupo indígena, o conceito de território consiste em um espaço “imprescindível para que o grupo indígena tenha acesso aos recursos naturais que tornam possível a sua reprodução material e espiritual, segundo características próprias de organização produtiva e social” (SILVA, 2004, p. 23).

Isto é reforçado também pela antropóloga Berta G. Ribeiro, para quem:

[...] o território tribal abrange não só a terra necessária para as atividades agrícolas, de caça, pesca e coleta - designada geralmente área de perambulação do grupo -, como também os locais das antigas aldeias com os respectivos cemitérios, os lugares sagrados ou míticos, assinalados, em alguns casos, com inscrições rupestres ou acidentes geográficos, que simbolizam os locais de origem de seus ancestrais. Esses componentes simbólicos de sustentação da identidade tribal, a par da adaptação ecológica - não raro milenar - a um território, respondem pelo apego do índio às suas terras e explicam sua dispersão por todo o território nacional (RIBEIRO, 1987, p. 163).

O território indígena, muito além de mero espaço de sobrevivência, representa um lugar de significação social e simbólica e também de apropriação de todo um processo que engendrou a definição dos seus limites físicos, geográficos e espaciais, e são os componentes simbólicos que dão sustentação à identidade tribal. Para os indígenas, a perda de territórios implica na “perda das condições de subsistência, de traços culturais, da autonomia” (FERNANDES, 1993, p. 83). Daí a importância do território para os povos indígenas e a explicação do envolvimento do Guaikuru-Kadiwéu na Guerra do Paraguai.

É dos antecedentes políticos deste conflito, que trata o próximo capítulo, buscando explicitar as questões do povoamento da região pantaneira e da política indigenista brasileira, bem como da demarcação dos limites territoriais e os fatores que levaram à iminência daquele confronto armado.

CAPÍTULO II

A PROVÍNCIA DO MATO GROSSO DA CONQUISTA AO SÉCULO XIX

A região que delimita o espaço ocupado pela antiga Capitania de Mato Grosso, compreendendo hoje os Estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, no século XVIII foi território que despertou grande interesse político e econômico, constituindo objeto de conflito e estabelecendo uma relação indissociada de poder entre Colônia e Metrópole.

Uma das maiores fronteiras geopolíticas do Brasil, a formação do oeste de Mato Grosso, segundo Araújo (2001), engendra uma imagem produzida historicamente na dinâmica do movimento da conquista, da fortificação e do povoamento dos espaços vazios, determinando uma relação entre o colonizador e o colonizado, que se projeta em forma de tratados e acordos diplomáticos.

Agindo sob a ação das forças econômica, administrativa e missionária, a colonização da região mato-grossense foi imposta às sociedades indígenas e, de acordo com Balandier (1993), a análise de suas condições específicas pode revelar não somente os processos de adaptação e recusa, as condutas inovadoras nascidas da destruição das estruturas tradicionais, mas também as resistências e os comportamentos dos povos colonizados.

Trata-se, portanto, de reconhecer, através de um contínuo esforço crítico, a real situação resultante da relação colonizador/colonizado. Trata-se de explicitar a coexistência da produção de várias fronteiras, “fronteira da civilização (demarcada pela barbárie e que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da História e

da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano” (MARTINS, 1997, p. 13). Trata-se, no caso dessa pesquisa, de inserir o povo Guaikuru-Kadiwéu como fronteira viva dentro do contexto da iminência da Guerra contra o Paraguai.

2.1 A conquista da região matogrossense

Situações de fronteira já se instalam na região mato-grossense, desde meados do século XVI até a demarcação das suas fronteiras, nos últimos anos do século XVIII, engendrando uma história marcada por episódios de destruição, revolta, resistência, protesto, mas também de sonho e esperança, impulsionados por relações travadas por etnias bem distintas.

Pelo Pacífico, os espanhóis ocupam a região dos Andes e avançam para a área delimitada pelo Tratado de Tordesilhas enquanto pelo litoral do Atlântico, os portugueses rumam em direção ao interior do Brasil. Ambas as correntes pioneiras confrontam-se, travam batalhas para vencer a resistência dos povos indígenas e assegurar a posse do “seu” quinhão do território “conquistado” (ARAUJO, 2001).

O Tratado de Tordesilhas definira o espaço interior da bacia do Alto Rio Paraguai, onde se localiza a *Laguna de los Xarayes* (atual Pantanal), como região pertencente à Espanha. Determinar os limites de Tordesilhas gerou discussões que perduraram até a sua revogação pelo Tratado de Madri (1750), mas que somente se consolidaram, definitivamente, em 1801, por meio do Tratado de Badajoz.

O território do atual Pantanal — região da bacia do Alto Rio Paraguai —, já no início do século XVI, é visitado por europeus que atraídos pelo mito do Rio da Prata, ambicionavam conquistar a região, dando vazão aos seus sonhos de riquezas, assim como relatando as primeiras *notícias*²⁷ sobre suas descobertas. Entretanto, realizar esse empreendimento implicava vencer um grande obstáculo: combater a presença dos índios, principalmente dos Guaikuru e dos Payaguá (COSTA, 1999).

A conquista da região pantaneira, conforme relata Costa (1999), se iniciou com a viagem do famoso cosmógrafo e primeiro piloto do rei da Espanha, Juan Díaz de Solís. Em 1515, Solís atingiu as águas do Paraná-Guaçu, mas juntamente com alguns de seus companheiros, foi morto e comido pelos índios Charrues, do povo Guarani, na costa do Uruguai. Um dos sobreviventes da expedição de Solís, Aleixo Garcia, alia-se aos Guarani e a alguns companheiros, formando nova expedição, composta por mais de mil índios, chegando, nos primeiros anos de 1520, as *Tierras de los Mbayaes*, o Gran Chaco, sendo porém expulsos pelos índios. De volta ao Paraguai, Aleixo faz chegar aos seus companheiros, Enrique Montes e Melchior Ramírez, três arrobas de prata, acompanhadas de cartas, nas quais narrava os êxitos da viagem ao retirar tamanha riqueza das fronteiras incaicas.

No final de 1526, o grande navegador veneziano, Sebastian Caboto, a serviço da Espanha, chega à ilha de *Yuruminrin*, hoje Santa Catarina, onde toma conhecimento das aventuras de Juan Díaz de Solís e Aleixo Garcia e deixa-se seduzir pelo sonho de enriquecer com o ouro e a prata da serra do Rei Branco. Troca então o itinerário de sua viagem: ao invés de alcançar o Oriente

²⁷ No século XVI, informações sobre lugares fabulosos e ainda não conquistados eram chamados *notícias*.

através do estreito de Magalhães e chegar às Molucas, adentra as águas platinas, subindo e reconhecendo o Paraguai. Nesta viagem, Caboto travou a primeira batalha fluvial de europeus com índios do Pantanal, os Payaguá, derrotando-os.

Sebastián Gaboto, preparando o necessário, assestou as colubrinhas que levava, e tendo ao inimigo a tiro de canhão, fez disparar às esquadras de canoas, que a maioria delas foi afundada e transtornada pelos tiros; e aproximando-se mais aos inimigos, e brigando com eles, os espanhóis, com seus arcabuzes e balestras, e os índios com suas flechas: vieram quase às mãos, e chegados aos costados dos navios, com suas lanças [picas, no original] e outras armas, mataram grande quantidade de índios, de maneira que foram desbaratados e postos em fuga os que escaparam, ficando os espanhóis vitoriosos com perdas apenas de dois soldados [...] (Guzmán, 1986, p. 93-94) (tradução nossa).

Após este episódio, enquanto Caboto ainda estava no rio da Prata, a Coroa espanhola envia outra expedição sob o comando de Diego García. Assim, em junho de 1530, Caboto retorna para Sevilha com Montes e Ramírez, levando peças de ouro e prata e difundindo ainda mais o mito da Serra da Prata por toda a Europa.

Mas, esta conquista, esclarece Costa (1999), fora já empreendida, no final de 1520, por Francisco Pizarro que, atravessando a *Cordilheira Nevada* (atual Andes), conquista o Alto Peru (hoje Bolívia), sem saber que as *notícias* dadas por Solís à Coroa espanhola eram do mesmo lugar. Em janeiro de 1534, Hernando Pizarro, irmão de Francisco Pizarro, retorna à Espanha e, exibindo o tesouro conseguido nas terras peruanas, desperta o interesse privado. Assim, dom Pedro de Mendoza resolve empregar toda sua fortuna pessoal para descobrir, conquistar e colonizar a região do Prata.

Com a *capitulación* de 21/05/1534, Pedro de Mendoza recebe o título de Adelantado e se aventura em busca da Serra da Prata e do Rei Branco,

avançando agora na conquista do Pantanal, seguido por vários outros conquistadores, como Juan de Ayolas, Domingo Martínez de Irala, Alvar Núñez, Cabeza de Vaca, Félix de Azara, Hernando de Ribeira, Núnfio de Chaves, Henando de Loma Portocarrero e Ruy Díaz de Gusmán.

Terminada a fase inicial da conquista da região pantaneira, o interesse pela posse do território coloca a necessidade de direcionar, ainda no século XVI, a formação estratégica dos primeiros núcleos de povoamento, bem como as tentativas de aldeamento dos povos indígenas, que já davam mostras de brava resistência à presença do conquistador.

2.2 Os primeiros povoados e as tentativas de aldeamento

A partir de meados do século XVI, com a chegada dos primeiros missionários jesuítas da Companhia de Jesus, inicia-se oficialmente a história indígena, justificada pela necessidade de conversão do “gentio”, unindo a Igreja Católica e a Coroa portuguesa na missão de desenvolver um trabalho de redução dos povos indígenas, não raro, segundo interesses divergentes.

Durante todo o período colonial, o Governo português, no que concerne à legislação sobre os indígenas, oscilou entre os interesses dos colonos, que desejavam escravizar os índios, e os esforços dos missionários, tinham por objetivo convertê-los ao cristianismo. Tanto isso é verdade que um das primeiras disposições do Governo português com relação aos indígenas, constante do regimento trazido pelo primeiro Governo-geral do povoamento do Brasil, já continha esta contradição. Em tal regimento se dizia que a conversão dos indígenas é que constituía o motivo do povoamento do Brasil, recomendando que fossem bem tratados e que, se sofressem algum dano, lhes fosse concedida toda reparação, punindo-se os responsáveis. Mas o mesmo documento permitia que se desse combate aos índios que agissem como inimigos, que se os matassem e fossem feitos prisioneiros (OTÁVIO, 1946, p. 186).

Na época colonial, os missionários eram vistos pelos colonos como obstáculo a ser vencido na competição pela mão-de-obra indígena que pretendiam escravizar, sendo os choques entre civis e missionários uma constante e colocando-se a Coroa portuguesa, ora na defesa de colonos, ora ao lado dos jesuítas, conforme o grupo de pressão envolvido.

Com relação aos indígenas, durante o período colonial, muitas leis foram promulgadas, todas de conteúdo contraditório se comparada à anterior e apresentando, sempre e de algum modo, alguma ressalva de cerceamento da liberdade dos índios, pois sua natureza dependia da influência que, ora os colonos, ora os missionários, exerciam sobre os governos.

No caso do governo espanhol, em 1593, Ruy Díaz de Guzmán fundou, na região dos Itatins²⁸, Santiago de Jerez²⁹, a primeira cidade pantaneira, mais tarde trasladada para acima do rio Mbotetey - hoje Miranda - e onde os espanhóis se estabeleceram, escravizando índios até 1632, quando a localidade é abandonada, pois não conseguira prosperar devido à inexistência de comércio regular, a difícil comunicação com Assunção e aos ataques constantes dos Payaguá e dos Mbayá-Guaikuru.

²⁸ Todos os povos que habitavam a região - Nuarás, Niguara, Guasaropó entre outros, todos Guarani -, desde o rio Miranda (antigo Mbotetey) até o Apa, eram chamados Itatins. O jesuíta Guevara descreve a região como de “*amenas e deliciosas campiñas*”, denominando-a *Campos de Xerez* (COSTA, 19994, p. 43).

²⁹ Uma tentativa frustrada de fundação da primeira cidade pantaneira ocorreu em 1561, quando Núnfio de Chaves, desobedecendo ordem dada por Irala, decide por conta própria fundar Santa Cruz de la Sierra como capital da nova província de Chiquitos, aproximando-a do Peru e causando uma mudança de eixo na ocupação do Paraguai, pois quase toda população de Assunção quis transferir-se para a nova capital, seduzida pelos sonhos de riqueza (COSTA, 1999, p. 42).

O ano de 1632 foi também o marco inicial do estabelecimento das missões jesuíticas³⁰ no Itatim, ao sudeste de Xarayes. Nestas aldeias, por dezessete anos, o padre Diego Ferrer e seu irmão, Mateo Fernandez, exerceram a difícil tarefa de catequizar os índios, enfrentando os ataques das bandeiras paulistas, a fome e até mesmo uma peste, que mata Ferrer e coloca a aldeia praticamente em extinção, em 1639.

Mas, a Companhia de Jesus envia novo missionário e seguem-se anos de relativa prosperidade e organização nas aldeias, moldadas conforme as reduções Guarani, situadas no Paraguai. No entanto, o avanço das bandeiras paulistas muda o curso da história, trazendo os Guaikuru para o domínio do território pantaneiro.

Em 1647 e 48 o bandeirante Raposo Tavares invade e ataca as missões do Itatim; apesar da resistência oferecida pelos jesuítas e índios, ele consegue vencê-los [...] O golpe final foi dado pelo governo espanhol quando, neste mesmo ano de 1648, expulsa pela primeira vez os jesuítas do Paraguai.

Abandonada pelos inacianos, a antiga província das missões do Itatim passa a receber os chaquenhos Mbayá-Guaykurú que, apossando-se do gado deixado nas terras jesuíticas e tendo aprendido a dominar o cavalo introduzido pelos primeiros conquistadores, tornam-se senhores deste trecho do Pantanal. Durante quase dois séculos, os guerreiros Guaykurú impõem-se e, ameaçadores, dominam o território pantaneiro (COSTA, 1999, p. 47).

As primeiras missões da chamada Província do Itatim, se situaram entre os rios Taquari (ao norte) e Apa (ao Sul), afluentes do rio Paraguai, numa área hoje pertencente ao Mato Grosso. Abandonada pelos jesuítas espanhóis, a região passou a ser ocupada pelos Guaikuru que, se apossando do gado,

³⁰ No início do século XVII (1607), antes da entrada dos paulistas, a pedido do governador paraguaio, Hernando de Arias de Saavedra (Hernandarias), missionários jesuítas, vindos de Lima, instalaram-se no Paraguai, para evitar os abusos praticados pelos colonos espanhóis contra os Guarani. No entanto, na região do Itatim, as missões se fixam somente a partir de 1632.

domando cavalos e unindo-se aos Payaguá, serão apontados, nos relatos de inúmeros monçoeiros³¹, como defensores imbatíveis da região pantaneira, um território dominado pela presença dessas duas temíveis nações guerreiras.

2.3 A província de Mato Grosso no século XVIII

Até o final do XVIII, a bacia do Alto Rio Paraguai foi de difícil penetração, devido principalmente aos ataques dos Mbaya-Guaikuru. A real supremacia dos Guaykuru sobre o território ocupado na região pantaneira evidencia-se em função da renomeação sofrida pela geografia do país, visto que em seus domínios, “os rios *Corrientes* e *Piray* passaram a ser *Apa* e *Aquidabam*; o distrito que correspondia a *Pitun*, *Piray*; *Itati* passou a ser *Agaguigo*; o *Monte de San Fernando* ganhou o nome de *Ytapucú-Guazú*; o rio *Guasarapo* tornou-se *Guaché*” (COSTA, 1999, p. 51).

A presença dos Guaikuru na região pantaneira, embora tenha dificultado muito o avanço dos bandeirantes, não os deteve. Os efeitos do avanço das bandeiras paulistas, para o oeste do Estado do Mato Grosso, começam a se fazer sentir e ganham força a partir de 1719, quando a descoberta de ouro³² e diamante na antiga Província de Mato Grosso³³, faz com que a ocupação de terras e territórios indígenas por colonizadores portugueses seja orientada para a

³¹ Francisco Palácio, D. Antonio Rolim de Moura, Gervásio Leite Rabelo, Rodrigo Moreira César de Menezes, Teotônio José Juzarte, entre outros (COSTA, 1999).

³² Pela estimativa de Calógeras, a produção do ouro na Capitania de Mato Grosso, em meio século de atividade estonteante, de 1719 a 1770, teria montado a 4.000 arrôbas ou 60.000 quilogramas, à razão de oitenta arrôbas por ano (CORRÊA FILHO, 1994, p. 49).

³³ José Gonçalves da Fonseca alistou-se oficialmente para efetuar diligência de caça aos índios em Cuiabá, jamais imaginando que fixaria andejos sertanistas naquelas paragens. Chegando a planície da parte oposta aos campos dos Parecis, avistaram matas virgens, de arvoredo muito elevado e corpulento que entrando a penetrá-lo, apelidaram de Mato Grosso, nome que ainda hoje conserva todo aquele distrito (CORRÊA FILHO, 1994, p. 55).

conquista e defesa das fronteiras, a localização dos veios auríferos e diamantíferos e o escoamento da produção rumo aos portos litorâneos.

Após a destruição das missões do Itatim por Raposo Tavares, a bacia do Alto Rio Paraguai começa a ser penetrada por mamelucos paulistas, monçoeiros, visando encontrar minerais e escravizar índios, cuja mão-de-obra, de baixo custo monetário, se comparada à africana, era bastante desejada na Colônia. Com essa intenção, a expedição do bandeirante Pascoal Moreira Cabral subiu os rios do Alto Paraguai, encontrou ouro e criou um núcleo de povoamento minerador em Cuiabá.

A exploração do ouro cuiabano inseriu o Mato Grosso na História do Brasil ao tornar conhecido o primeiro Arraial, denominado Forquilha³⁴ e situado às margens do rio Coxipó do ouro, região da Chapada, que passa a ter importância econômica para a Coroa portuguesa. Nesta fase, o ouro, encontrado na Forquilha e mais tarde às margens do ribeirão Prainha (hoje região central de Cuiabá), bem como na região do Guaporé, na bacia amazônica, transforma o cenário político e econômico³⁵ da região.

O rio Guaporé, cujo percurso total atravessa parte dos Estados do Mato Grosso e Rondônia, configura-se junto ao rio Paraguai, fazendo parte de uma imensa fronteira natural. A descoberta do ouro em sua bacia implicou no desbravamento das comunicações entre Mato Grosso e Pará, através dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, abrindo importante linha de comunicação entre as

³⁴ Forquilha significa o local da bifurcação do rio Coxipó do ouro em dois braços, evocando uma relação de origem (GUIMARÃES, 1992).

³⁵ O projeto de expansão territorial lusitana aspirava ao estabelecimento de um controle político e econômico efetivo sobre a região, visando à exploração das minas de ouro descobertas nessa área, na década de 1730, e à articulação do comércio desta fronteira interior com a metrópole (DIENER, 2003, p. 115).

minas de Mato Grosso, às margens do Guaporé, e o porto de Belém do Pará. Segundo Costa (1990), no momento da delimitação de fronteiras, essas rotas serviriam à Coroa portuguesa na estratégia de ocupação das terras auríferas. Soma-se a isso a abertura dos caminhos monçoeiros, com o surgimento das Monções, que passaram a ligar Cuiabá às minas de Goiás.

As viagens feitas pelas frotas monçoeiras, embarcações pesadas e tocadas a remo, chegavam a demorar até seis meses, seguindo roteiros que apresentavam muitos perigos e percalços, cachoeiras e corredeiras, se alternando entre terra e rios, convívio com febres, mosquitos e ainda o confronto belicoso principalmente com os Guaikuru e os Payaguá. As Monções, especialmente de 1719 a 1768, período em que durou a aliança Guaikuru-Payaguá, foram vítimas dos ataques constantes dessas duas nações guerreiras.

Enquanto os jesuítas mantiveram a missão de Itatim, os Guaikuru e os Payaguá estavam contidos na fronteira Sul. Após a destruição desta aldeia pelos bandeirantes paulistas, migraram para a região do atual Estado do Mato Grosso do Sul, aproximando-se das expedições monçoeiras que rumavam de São Paulo para Cuiabá, atacando-as “para defender o avanço do branco sobre os territórios que, historicamente, lhes pertenciam” (SIQUEIRA, 1990, p. 272).

No aspecto político, a descoberta do ouro cuiabano deslocou o eixo do núcleo colonizador empreendido pela Coroa lusitana, engendrando a necessidade de povoar o território conquistado. Assim é que, em pontos estratégicos da região, ao longo do século XVIII, entre 1727-1781, se formam vilas, povoados e fortes, visando desenhar o traçado da fronteira.

A capitania de Mato Grosso e Cuiabá, por exemplo, foi desmembrada de São Paulo e oficialmente criada em 1748. Em seguida, D. João V incumbiu seu primeiro governador e capitão-general, D. Antonio Rolim de Moura, a construir sua capital, Vila Bela da Santíssima Trindade, á margem esquerda do rio Guaporé³⁶, visando “organizar o movimento econômico e comercial dessa zona mineira, inaugurando uma via de comunicação no Centro-Oeste pela bacia amazônica, a partir do Guaporé e através do Mamoré e do Madeira” (DIENER, 2003, p. 115).

Assim, no auge das discussões do Tratado de Madri, Vila Bela se transforma em Capitania de Mato Grosso (Vila Bela da Santíssima Trindade), com organização político-administrativa coerente com o caráter de determinação pretendido pela metrópole portuguesa, ou seja, delimitar a fronteira, deslocando o limite posto pelo Tratado de Tordesilhas.

Entre a assinatura do Tratado de Tordesilhas e o Tratado de Madri, Portugal e Espanha tentaram resolver a questão da demarcação das fronteiras entre as porções portuguesa e espanhola, por meio de intermináveis processos diplomáticos, sem chegar a nenhum consenso. Em 1750, o Tratado de Madri, pela primeira vez, compõe equipes mistas de demarcação dos dois reinos

³⁶ [...] o Guaporé refletia a concepção da fronteira que se definia basicamente pela conquista, o povoamento e a defesa. Os capitães-generais inúmeras vezes procuraram estimular o estabelecimento de uma agricultura de subsistência e da criação de gado, sendo seu objetivo unicamente a auto-suficiência e não o comércio [...] Pela sua concepção, a construção lusitana da fronteira não efetivou o povoamento, porque inviabilizou a criação de mercados produtores e consumidores. Por outro lado, pela sua concepção de *conquista*, os lusitanos delimitaram, de fato, um território definitivo, criaram e mantiveram a fronteira oeste do domínio português (MEIRELES, 1989, p. 199 e 201).

— as *partidas*³⁷ — para reconhecimento da verdadeira fronteira interior entre os domínios portugueses e espanhóis da América Meridional.

Enquanto a terceira *partida* busca demarcar os limites territoriais de Portugal e Espanha, objetivo só alcançado definitivamente em 1801, aos primeiros governadores já haviam sido dadas “instruções”, não somente com relação à localização estratégica das fundações das vilas, povoados, fortes e cidades, assim como no sentido de criar privilégios e isenções, visando povoar a nova capital, mas também com relação à nomeação de localidades e renomeação de rios, a exemplo do que fizeram os próprios Guaikuru.

Além de determinar a criação da nova capital da Capitania do Mato Grosso nessa região, as autoridades também trataram de criar leis protecionistas, estimulando uma população marginal a habitar Vila Bela da Santíssima Trindade³⁸ por um período que oscilava entre mais de um ano a três anos de residência.

Outra política adotada pelos primeiros governadores da Capitania de Mato Grosso e Cuiabá, principalmente, Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, visando combater a resistência das nações indígenas, especialmente dos Guaikuru e dos Payaguá, foi se empenhar “em utilizar os índios, abundantes

³⁷ Expedições demarcadoras de limites criadas pelos tratados assinados por Espanha e Portugal, que entre 1750 e 1801, passaram a ter presença nas áreas onde as duas metrópoles européias tinham fronteiras sigilosas, com o intuito de resolver a questão dos limites das possessões espanhola e portuguesa na América Meridional (COSTA, 1999, p. 56).

³⁸ A escolha da localização da capital da capitania de Mato Grosso e Cuiabá, em área de altitude escassa, permanentemente exposta a inundações, criando um ambiente terrivelmente mórbido e insalubre chegou a ser traço da identidade de Vila Bela, intimidando a imigração, apesar das regalias oferecidas a quem pretendesse se estabelecer ali. A capital teve vida efêmera e se extinguiu com o esgotamento das minas de ouro e a definição das fronteiras, transferindo o *status* de sede do governo a Cuiabá (DIENER, 2003, p. 116).

em toda capitania, como povoadores e elementos que poderiam guardar a fronteira colonial portuguesa” (SIQUEIRA, 1990, p. 275).

Neste sentido, segundo Meireles (1989), faz-se necessário entender a mentalidade dominante no século XVIII com relação às nações indígenas, pois que esta distinguia nitidamente as “nações” bárbaras das mansas, sendo considerado “bárbaro” o povo de “natureza má”, que se recusa a aceitar a conquista e a catequese.

Essa visão do índio como guardião natural da fronteira caracteriza muito bem a mentalidade da elite do Guaporé setecentista. Nesse sentido, os governantes formaram alianças e firmaram acordos “fundamentais para dificultar ou favorecer os movimentos expansionistas na fronteira. Por outro lado, perseguiram implacavelmente os povos considerados aliados da metrópole inimiga” (MEIRELES, 1989, p. 149-150).

A luta contra o índio insere-se dentro dessa mentalidade de expansão da fronteira. E, exatamente por se tratar de uma região de fronteira, a população, fosse portuguesa ou espanhola, esteve sempre mobilizada para a defesa territorial, sendo objetivo principal de ambas as metrópoles transformar os índios em guardiões naturais da fronteira.

Considerando-se que as nações indígenas não se deixavam dominar, tornou-se necessário “amansar”, “domesticar”, principalmente os Guaikuru e os Payaguá, os “selvagens” que aterrorizavam cidades, pessoas e frotas monçoeiras. Neste contexto, surgem medidas legais para orientar a política dos primeiros governadores de capitanias.

De todas as medidas legais, o regimento aprovado em 1758, regulamentando as últimas leis promulgadas pelo Governo do Marquês de Pombal, ficou famoso por reconhecer os índios como livres, capazes de ocupar cargos públicos, usar e gozar de seus bens e não serem cunhados de caboclo. Essa legislação retirou dos missionários o poder temporal sobre os indígenas e criou o cargo de *diretor de índios*³⁹. Assim, proibida a escravidão indígena, os índios deveriam ficar concentrados em povoações sujeitos a um administrador que, teoricamente, deveria zelar pelos seus interesses e pela sua educação, preparando-o para a vida “civilizada”. Nas aldeias, denominadas Diretórios, a língua portuguesa foi imposta como obrigatória e a utilização do índio como trabalhador foi admitida. Também houve “grande incentivo aos casamentos mistos, através de um alvará e da doação em prêmios, armas e dinheiro ao soldado português casado com índia” (MEIRELES, 1989, p. 155).

Indiferentes a qualquer medida legal, quer fosse essa favorável ou desfavorável à sua situação, os Guaikuru continuavam resistindo, tanto ao domínio espanhol quanto ao português. A resistência oferecida aos portugueses foi objeto de sérias preocupações dos colonizadores, que tentavam sempre estabelecer aproximação com os “índios cavaleiros”. Com esse objetivo, em 1777, o governador da Capitania de Mato Grosso e Cuiabá, Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, enviou uma expedição à região do rio Paraguai, visando realizar um “acordo de comércio” com os Guaikuru. Os resultados da “sondagem” são descritos em documento enviado ao Rei de Portugal, cujo parte do teor é reproduzido abaixo.

³⁹ O diretor de índios seria nomeado pelos governadores de cada aldeia, a fim de orientar os indígenas no sentido da adoção dos costumes dos civilizados. Contudo, em 1798, irregularidades e abusos dos diretores levaram à extinção do regime de diretórios. No mesmo ano, em 12 de maio, uma carta régia atribuiu ao índio a condição de menor, visando garantir e defender seus direitos.

[...] da ordem do dito senhor e das consequentes instrucções minhas com a valeroza nação dos índios Guaycuruz ou Cavalleiros que habitão perto d'aquellas margens em grande número, rezultando desta communicação uns principios de commercio que sendo possível aperfeçoar bem se vê que elle poderia vir a ser ainda da maior utilidade ao fim principalmente de conservar e mesmo extender os adjacentes territorios que pertencem ao Real Dominio Portuguez...⁴⁰

Em trechos desse documento do governador Luiz de Albuquerque endereçado ao Rei de Portugal, pode-se observar a intenção dos portugueses de ganhar a confiança dos “índios cavaleiros” como meio auxiliar para assegurar a posse de territórios para o domínio colonial luso-brasileiro, já que este era constantemente ameaçado, na fronteira do sul do Mato Grosso, devido a presença espanhola. Embora atacando, ora portugueses, ora espanhóis, os Guaikuru, com certeza, poderia ser elementos importantes na conquista colonial.

O tratado de paz e amizade, assinado em Vila Bella, em 1791, entre os Mbayá-Guaicuru e o governo português, mesmo sendo posterior à queda de Pombal (em 1777), pode ser considerado fruto da política adotada pelo capitão-general Antonio Rolim de Moura, seguidor das diretrizes pombalinas. Numa região onde os índios representavam o grosso da população, o governo procurou incentivar as relações amigáveis com promessa de proteção⁴¹ (MOREIRA NETO, 1971).

Mas, nem mesmo a assinatura desse contrato de paz e amizade assegurou a harmonia na região. Anos depois, a paz é quebrada. Contudo, dada a importância da amizade dos Guaikuru, para concretizar os objetivos da Coroa

⁴⁰ Diário da expedição que ultimamente se faz desde o Prezydio de Nova Coimbra pelo Rio Paraguay abaixo... e onde principalmente se relatão algumas conferências que se fizerão pela gente da mesma expedição com o gentio Guaycuruz ou Cavaleiro em 1777. Brasília: Dedoc/Funai, 1777. Manuscrito do IHGB.

⁴¹ De acordo com a Lei Pombalina de 6 de julho de 1755, os índios deveriam ser mantidos no inteiro domínio e pacífica posse das terras (...) para gozarem delas per si e todos os seus herdeiros (MEIRELES, 1989, p. 154-155).

lusitana, várias tentativas de aldeamento dos “índios cavaleiros” foram empreendidas. Todas foram infrutíferas e só podem ser compreendidas dentro do contexto da política indigenista levada a efeito durante o século XIX.

2.4 A política indigenista no século XIX

O interesse da Coroa portuguesa pela pacificação dos Guaikuru, já no início do século XIX, é explicitado em determinação ao capitão-general da capitania de Mato Grosso e Cuiabá, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, para que estudasse a possibilidade de aldeamento desses índios que conviviam com os portugueses e habitavam as regiões adjacentes dos fortes de Coimbra e de Miranda, de modo a torná-los úteis à agricultura e à mineração. Este estudo foi confiado a Ricardo Franco de Almeida Serra e Francisco Rodrigues do Prado, comandantes daquelas posições na fronteira sul, que se manifestaram como segue a respeito do assunto.

Prado (1839) considera os Guaikuru passíveis de serem cativados através da religião e da educação. Acredita ser possível conquistar-lhes a confiança e amizade, para então aproveitá-los no povoamento e defesa da fronteira sul. Assim, envia ao capitão general Caetano Pinto parecer favorável ao aldeamento dos Guaikuru e Guaná em Miranda, onde eram abundantes as pastagens para o gado indígena e eles se sentiram mais seguros em relação aos espanhóis, já que amparados pelo presídio.

Serra (1845), embora reconheça a necessidade de conservar a aliança e amizade Guaikuru, visando, igualmente, assegurar o domínio efetivo na fronteira sul, posiciona-se contra o aldeamento dos Guaikuru, pois os vê como

propensos a aceitar acordos, sempre com o propósito de defender apenas aos seus costumes e interesses.

De parte de Caetano Pinto, dois grandes obstáculos concorriam, impossibilitando o aldeamento das nações indígenas: a falta de homens prudentes que soubessem abrandar sua selvageria e a dificuldade em reduzir e aldear esse povo “entre duas nações rivais, que reciprocamente embaraçam e destroem os meios que qualquer delas poderia empregar para o dito fim” (MELLO, 1959, p. 59-62).

Enquanto se discutia a questão do aldeamento dos Guaikuru na região dos presídios de Coimbra e Miranda, com o objetivo principal de utilizar a experiência guerreira da nação para o domínio efetivo da fronteira sul contra possíveis invasões dos inimigos, principalmente espanhóis, a Corte portuguesa se transfere para o Brasil. A sede da Administração da colônia se instala no Rio de Janeiro e, em 1808/1809, D. João VI, promulga três cartas régias⁴², decretando novamente a “guerra justa”⁴³ aos índios de Minas Gerais e de São Paulo que se opunham às concessões (invasões) de seus territórios às famílias nobres emigradas.

Observe-se, porém, que as ações violentas cometidas contra os índios eram cautelosas, pois, vigoravam de 1755 a 1798 as medidas adotadas no

⁴² O teor das cartas, promulgadas em 1808, encontra-se descrito em Vasconcelos, 1999, p. 38-39.

⁴³ Tal como no Alvará de 17/10/1653, considerava-se “guerra justa” nos seguintes casos: ajuda aos inimigos do reino; faltar aos cumprimentos das obrigações que lhes foram impostas; não obediência quando fossem chamados aos serviços reais para pelejar contra os inimigos; prática da antropofagia, em relação aos súditos portugueses; estar preso à corda para ser comido ou já ser escravo no próprio meio (SIQUEIRA, 1990, p. 276); Autorizava-se à redução dos prisioneiros à escravidão por um período de 15 anos, a partir do batismo, tornando-se a conversão uma espécie de condenação (RIBEIRO, 1983, p. 82).

período do Diretório Pombalino, que protegiam os índios considerados senhores naturais da terra.

Após a Independência do Brasil, continua a vigorar as disposições da legislação anterior. Nessa época, a população da província de Mato Grosso era de apenas 30.000 habitantes, sendo que, aproximadamente, 87% (oitenta e sete por cento) desse contingente concentrava-se em Vila Bela e Cuiabá, havendo somente 12% (doze por cento) de “brancos”. Isso, em uma região de fronteira, representava um grave problema, principalmente porque sua posse ainda não estava garantida, implicando na necessidade de “domesticar” os povos indígenas, haja visto diversas tentativas frustradas de aldeamento.

Neste sentido, já em 1823, propostas com acentuada conotação nacionalista, visando melhorar a situação dos indígenas no país, são apresentadas por José Bonifácio de Andrade e Silva, sendo submetidas à Assembléia Constitucional em projeto que objetivava a integração do indígena à construção do Estado nacional brasileiro. Os princípios fundamentais⁴⁴ apontados por Bonifácio para atingir esse objetivo eram: justiça, brandura e constância, abertura do comércio aos bárbaros, promoção da paz com índios inimigos e favorecer os matrimônios entre índios e brancos.

Como o projeto de José Bonifácio não foi incorporado à Constituição imperial outorgada em 1824, durante 1820-1830, as medidas adotadas pelo governo visaram atender reivindicações de uma ou outra província.

⁴⁴ O projeto de Bonifácio não foi adotado imediatamente, mas seus princípios orientaram e integraram a política indigenista que vigorou até o período republicano (VASCONCELOS, 1999, p. 40); Os princípios do projeto de José Bonifácio também nortearam a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, criado pelo Decreto nº. 8.072, de 20 de julho de 1910, instituição federal inicialmente dirigida pelo Marechal Cândido Rondon (RIBEIRO, 1977, p. 137-138).

Tais medidas referiam-se aos conflitos travados entre a população em geral e os vários grupos indígenas, bem como ao cativo, ao aldeamento, à maneira como deveriam ser tratados os índios, à expedição de bandeiras contra os selvagens, à proibição de meios violentos contra os índios e ao estabelecimento de paróquias para a civilização de índios.

Nessa década não houve por parte do governo a aplicação de uma proposta política de ação global para a civilização do indígena. Os decretos e determinações do governo imperial eram expedidos ao sabor das circunstâncias. As leis eram produzidas a partir dos acontecimentos e das reivindicações, variando de estilo e conteúdo, de província para província (VASCONCELOS, 1999, p. 42-43).

Contudo, algumas atitudes do governo central revelaram claramente novas diretrizes políticas em relação ao índio. Para manter a ordem no interior, foi indicado o recrutamento de pessoal para servir no Arsenal da Marinha da Corte (serviço militar). Em Cuiabá, por exemplo, quando da criação do Jardim Botânico, em 1825, para cultivo e preparação de plantas exóticas e indígenas, uma ordem da Secretaria de Estado dos Negócios do Império determinava empregar exclusivamente indígenas neste trabalho.

Não obstante essas visíveis mudanças, em geral, a ação política no início do governo imperial, com poucas exceções, caracterizou-se por determinar perseguição e castigo para os índios bravos, arredios e selvagens, e integração ao Estado, via concessões a particulares ou a projetos estaduais, para os pacificados. No geral, neste período, a política do governo central seguia uma diretriz global: oscilava de província para província, permitindo a algumas atuar contra os índios selvagens e, ao mesmo tempo, proibindo outras de usar meios violentos.

Essas medidas, a exemplo do que já ocorrera no período colonial, eram ditadas por posições contraditórias, atendendo ora aos interesses dos colonos, ora de missionários e, agora, de acordo com os anseios de cada província. Somente em 1831, no período regencial, são revogadas as leis de

1808/1809, ou seja, as Cartas Régias que justificavam a guerra aos índios e a escravidão daqueles que fossem capturados.

Nem mesmo a criação do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, em 1838, e o *Programa para domesticação dos índios*, elaborado pelo Cônego Januário de Cunha Barbosa, um de seus fundadores e na época seu secretário perpétuo, imprimiu alterações significativas na política indigenista inicialmente adotada pelo governo imperial. Comparando-se o programa do Cônego com os apontamentos de José Bonifácio, pode-se observar que não houve progresso algum no pensamento corrente sobre a catequese e a civilização indígena.

Na província de Mato Grosso, as primeiras experiências de catequese com missionários capuchinhos, vindos da Itália, foram efetivadas no Distrito do Baixo Paraguai, onde os Guaná e os Guaikuru mantinham relacionamentos amistosos com a população da região. Mas, já em 1851, insatisfações com o *Regulamento das Missões* de 1845 levam o Frei Mariano de Bagnaia a denunciar a um superior a presença de um intermediário entre ele e o Presidente, inviabilizando a catequese

No Mato Grosso, a Diretoria Geral dos Índios foi criada pelo decreto de 07/12/1846, sendo nomeado Joaquim Alves Ferreira como seu primeiro Diretor Geral. Em seu primeiro relatório, datado de 02/01/1848, pode-se resgatar parte da história indígena e do indigenismo na província de Mato Grosso.

Com base nas informações detidas, e levando em consideração o grau de subordinação das sociedades indígenas, o primeiro Diretor Geral dos Índios elabora uma classificação das diversas sociedades em três

“categorias” assim descritas: “1^a. *as que vivem sob as nossas vistas; a 2^a. as que vivendo ainda no primitivo estado de independência, todavia relacionão-se conosco, e a 3^a. as que nos hostilizão e mostrão-se não dispostas a mudarem seu modo de existencia*”. [...] Nesta primeira categoria estão incluídos grupos indígenas que se fazem presentes desde as primeiras décadas do século XVIII, nas rotas monçoeiras do sul como os Guaycuru [...] concentrados próximos aos Fortes e presídios como os de Albuquerque (hoje Corumbá) e Miranda, atual cidade que conserva o mesmo nome. Foram alvos de uma ação militar que se volta para a conquista e garantia da soberania portuguesa na região de fronteira (BARROS, 1989, p. 186-188).

As categorias enumeradas por Joaquim Alves Ferreira, classificavam os indígenas como “mansos” a “bravos” ou “hostis” e permitia nortear estratégias para a política indigenista. No caso dos Guaikuru, nação inserida na segunda categoria, as instruções são no sentido de manter relações de amizade e fazer doações de brindes, pois o aldeamento dos grupos indígenas dessa categoria no futuro seria de vital importância para a redução de outros grupos. Já se cogitava então a possibilidade de se utilizar os Guaikuru como “guerreiros”, servindo ao lado dos portugueses contra outros grupos, possivelmente, os paraguaios.

Pelo *Regulamento das Missões*, os índios poderiam prestar serviços públicos e serviços nas aldeias “mediante salários, e também ao serviço militar, mas sem que fossem coagidos a isso. Não poderiam sofrer detenção por mais de oito dias, se fosse infligida por seu diretor, e nos casos de faltas graves seriam entregues à justiça” (OTÁVIO, 1946, p. 188). Esse regulamento configurou-se como um antecessor lógico das medidas tomadas posteriormente pela Lei de Terras - Lei nº 601, de 18/09/1850, regulamentada a partir de 1854.

A Lei de Terras autorizou a reserva de terras para a colonização e aldeamento de indígenas considerados selvagens, determinando sua distribuição mediante alienação, a partir do momento em que o governo do Imperial, por ato

especial, reconhecesse que os índios já estavam civilizados. Por essa lei, o território do Brasil foi dividido em terras públicas, de domínio do Estado, e terras particulares, nas quais se inseriam as que fossem concedidas às nações indígenas, desde que, como as demais terras particulares, fossem “[...] provenientes de um título legítimo de propriedade ou de uma simples posse legalizada” (RIBEIRO, 1983, p. 83).

Tal providência foi prejudicial aos indígenas, pois, não estando em condições de saber o que fazer para promover as medidas necessárias a fim de assegurarem a consolidação de seus direitos, segundo a lei, acabaram, em muitos casos, perdendo o direito a que a elas tinham, para o que colaborou também a astúcia e má-fé de seus vizinhos (OTÁVIO, 1946, p. 188).

A partir de então, há uma mudança no tratamento dado pelo governo à questão indígena, que deixa de ser vista como uma questão de mão de obra, como acontecera no período colonial, para tornar-se essencialmente em uma questão de terras. Isto se reflete na política de desterritorialização e reterritorialização dos grupos indígenas, iniciada no período imperial, que incidiram sobre os povos indígenas, obrigando-os a uma adaptação, não raro violenta, de suas culturas e de suas formas de serem, para que continuassem existindo enquanto uma etnia.

A Lei de Terras de 1850, também reservara, nas terras pertencentes ao Estado, áreas para a colonização indígena, atrelada a um regulamento minucioso, determinando a maneira de estabelecer aldeias de índios nessas áreas. Em seu Art. 1, parágrafo 1, a lei manda: “Indagar os recursos, que oferecem para a lavoura, e comércio, os lugares, em que estão colocadas as aldeias; e informar ao Governo Imperial sobre a conveniência de sua conservação, ou remoção ou reunião de duas ou mais em uma só” (CUNHA, 1992, p. 18).

Segundo Otávio (1946), este artigo engendra a possibilidade de transferência da aldeia, de acordo com a conveniência do colonizador, assim como o confinamento em um mesmo espaço de terras, não raro, bastante distante do local tradicionalmente escolhido pela comunidade indígena. Por essa razão, muitas das aldeias criadas, foram abandonadas, caíram no domínio público e acabaram sendo cedidas em locação a particulares.

Mesmo após a regularização do regime de propriedade territorial no Brasil, no Mato Grosso, persiste o objetivo da catequese. As concepções de Augusto Leverger, preocupado fundamentalmente com o controle dos indígenas ferozes e arredios, leva à publicação do *Regulamento das colônias indígenas do ano de 1857 - Províncias do Paraná e Mato Grosso*⁴⁵, cuja finalidade seria orientar a organização de colônias para a catequese de índios com o objetivo de facilitar a navegação fluvial entre as duas províncias. Comparado ao *Regulamento das Missões* de 1845, este “não apresentou mudanças ou inovações significativas quanto ao método a ser empregado para a “catequese” dos índios” (VASCONCELOS, 1999, p. 84). Entretanto, inova num aspecto bastante importante: concede autoridade máxima aos missionários, encarregando-os das questões religiosas e administrativas, ou seja, este não estava mais submisso a diretores leigos, mas ganhou a função de missionário diretor.

Não obstante esta inovação, este Regulamento também não dá os resultados esperados. Já em 1863 apresenta sinais de ineficácia, pois os conflitos entre leigos e missionários, missionários e dirigentes da província se manifestam mediante denúncias de irregularidades observadas nas aldeias. Então, Ferreira Penna, na época, presidente da província de Mato Grosso, justifica a desintegração de aldeias por falta de verba e elogia índios pelos serviços

⁴⁵ Em CUNHA, 1992, p. 241-251, há uma cópia completa deste Regulamento.

prestados à sociedade, inclusive os Laiana e os Terena, da aldeia de Miranda (VASCONCELOS, 1999).

Quanto aos Guaikuru, continuaram a viver dispersos pela região pantaneira, ao sabor de suas enchentes e secas, bem como a frequentar o Forte de Coimbra. Em 1864, por ocasião do ataque paraguaio a esse forte, vários deles acompanhavam o cacique Laxagate, cooperando na defesa e, quando a guarnição abandonou a localidade, sumiram no Pantanal (MELLO, 1959). Assim como aconteceu no século XVIII, também no século XIX nenhuma missão religiosa realizara uma só pacificação de tribo hostil.

[...] os métodos utilizados punham tudo a perder. Velhos erros repetidos através de gerações levavam uma tribo após outra ao mais alto grau de desajustamento, sem que os missionários tomassem consciência do papel que sua própria intolerância representava no processo. Em quase todas as missões haviam estourado conflitos entre índios e missionários que eram atribuídos, de forma simplista, à rudeza do índio mal-agradecido e irremediavelmente inapto para a civilização (RIBEIRO, 1977, p. 133).

Enfatize-se que a experiência aldeadora sempre foi um insucesso. Durante a República a política indigenista também fracassou. Segundo Oliveira (1978), contrário à idéia defendida por Herman von Ihering da total impossibilidade de pacificação dos Kaingang, do Estado de São Paulo, que no início do século XX resistiam aos trabalhadores da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, o Governo republicano optou por seguir a tese do Marechal Rondon e, para viabilizar a pacificação daqueles aborígenes, criou o Serviço de Proteção aos Índios, em 1910. A pacificação foi um sucesso, mas a proteção assistencial, não.

Entre 1911 e 1957, várias populações tribais foram pacificadas: os Krenak, de Minas Gerais; os Kaingang, de São Paulo e os Nambikuara de Mato

Grosso; os Koklém de Santa Catarina; os Umotina, de Mato Grosso; os Parintintin, do Amazonas; os Urubu, do Maranhão; os Xavante, os Kuben-Kranken, os Xirkri, os Mentuktire, todos do Brasil Central, nos Estados de Mato Grosso e Pará; os Suruí e os Asurini, os Paka-Nova de Rondônia e os Gaviões do Pará; e os Kokraimoro, tribos todas em processo adiantado de extinção. Essa experiência provou que a atração dos grupos tribais é possível. Também demonstrou a incapacidade do governo e das missões religiosas em assegurar a sobrevivência das populações pacificadas, despreparadas biológica e culturalmente para enfrentar a dureza do contato interétnico. Dos 230 grupos indígenas existentes no começo do século XX, 87 foram extintos até a sua metade (OLIVEIRA, 1978).

Em sua nova fase, instituída a partir de 1845, a política indigenista também não obteve sucesso, não somente devido à incapacidade dos missionários na condução dos relacionamentos efetuados com leigos, índios e autoridades das províncias, ou à interpretação dada, na prática, pelas sociedades indígenas ao modelo único de “catequese” imposto pela política imperial, que desconsiderava a peculiaridades culturais de cada nação. Grande parte desse insucesso pode ser creditado a um fato inusitado deflagrado na região do baixo Paraguai, a Guerra do Paraguai, que utilizou grupos indígenas em missões de risco na fronteira do Mato Grosso. “O controle das autoridades provinciais sobre os índios tornou-se, com o advento da Guerra da Tríplice Aliança, quase nulo. O trabalho de aldeamento implantado pela Província, a partir da invasão paraguaia, ficou à mercê das tropas paraguaias [...]” (LEOTTI, 21, p. 40).

Os Índios Cavaleiros, assim como os demais, considerados pelos missionários, irremediavelmente inaptos para a civilização, estavam potencialmente preparados para combater.

No curso da Guerra do Paraguai, os Guaikuru lutaram ativamente ao lado das tropas brasileiras, “mas sempre independentes, como uma força à parte, movida por motivações própria e exercendo a guerra a seu modo” (RIBEIRO, 1977, p. 82). O envolvimento desse povo guerreiro no conflito bélico é objeto de estudo do próximo capítulo.

CAPITULO III

A GUERRA DO PARAGUAI: A ECLOSÃO E A PARTICIPAÇÃO DOS MBAYÁ-GUAIKURU

A Guerra do Paraguai (1864-1870), cujas raízes encontram-se no período colonial, é considerada como um “divisor de águas”, já que marcou significativamente o processo histórico da antiga província mato-grossense, não somente em relação à ocupação territorial, mas também às transformações posteriores observadas devido à internacionalização dos rios platinos.

Este acontecimento, que envolveu o Brasil, a Argentina e o Uruguai contra o Paraguai, nos últimos anos foi objeto de vários estudos, inúmeras pesquisas e diversas abordagens. Hoje, o conflito é visto como uma disputa entre os países envolvidos pela hegemonia na região do rio da Prata, privilegiando novos enfoques e discutindo temas como formas de recrutamento, imagens do confronto belicoso, assim como a participação de escravos, libertos e mulheres.

Excetuando-se alguns trabalhos, a presença dos indígenas ainda é pouco abordada, enfatizando somente as relações de conflito. Essas abordagens reproduzem e realimentam uma visão preconceituosa com relação às sociedades tribais, prescindindo de uma análise mais significativa das relações de aliança e do papel desempenhado pelo indígena no processo de conquista e colonização de Mato Grosso.

No que diz respeito à Guerra do Paraguai, a participação das nações indígenas tem sido negligenciada pela historiografia brasileira, não

colocando em evidência que os indígenas, antes vistos como problema, no período do confronto belicoso, transformaram-se em aliados de vital importância para a vitória do Brasil contra a nação paraguaia, já que foram, mesmo antes da deflagração do conflito, responsáveis pelo patrulhamento e defesa da região fronteiriça, realizando um trabalho de “sondagem” da situação pré-guerra, conforme já destacado na introdução deste estudo.

Que povos de distintas etnias – Guaikuru, Terena, Quinquinao, Laiana, Guató, Chamacoco, entre outras — se envolveram na guerra contra o Paraguai, não há argumentos contra. Mas, por que, quais os motivos que levaram cada uma ao envolvimento no episódio?

Compreender a razão principal que motivou os países beligerantes a se envolverem na guerra não é difícil, já que o objetivo era defender, sobretudo, um interesse comum, isto é, o domínio da região platina, pois a internacionalização dos rios platinos implicava em livre comércio com os países europeus.

Quanto à participação das nações indígenas, especialmente dos Guaikuru no confronto armado a razão parece óbvia. Essa nação habitava, oficialmente, a região do Alto Rio Paraguai, desde meados do século XVII. Ora, exatamente nesse território se desenrolaram os acontecimentos do conflito. Portanto, não há dúvidas de que os Guaikuru foram movidos pela necessidade de garantir a posse de seus territórios, agora ameaçados não mais pelas presenças dos colonizadores e/ou dos bandeirantes paulistas em busca de mão-de-obra e riquezas minerais, mas, sim, pela invasão paraguaia.

Por ocasião da guerra contra o Paraguai, os Guaikuru estavam despreparados para defender legalmente seu direito a terra, já que de acordo com o regulamentado na Lei de Terras, a nação não era civilizada e, também, não possuía título legítimo de propriedade ou de uma simples posse legalizada. Ademais, desde os primórdios do século XVI até meados do século XIX, viu-se obrigada a lutar para permanecer na região pantaneira, lugar onde, indiscutivelmente, já exercia significativo domínio e controle.

Assim, os Guaikuru se envolveram e, simultaneamente, se deixaram envolver no conflito bélico, pois as relações interétnicas travadas ao longo dos anos tinham lhes tornado aptos a formar uma aliança vantajosa, tanto para eles como para os brasileiros, para enfrentar a guerra.

Os Guaikuru sabiam usar cavalos, canoas e armas, conheciam pontos estratégicos da região, por terra ou por rios, eram temidos por outras nações indígenas, além do que sabiam fazer política, colocando-se ora ao lado de espanhóis, ora de portugueses. Usando dessa estratégia para sobreviver, se equilibravam entre as duas nações inimigas e buscavam tirar proveito em defesa de seus interesses. Assim, posicionaram-se ao lado dos brasileiros para, evidentemente, continuar sobrevivendo, sobretudo, em seus territórios, não permitindo que os paraguaios se apropriassem e tomassem posse daquilo que lhes pertencia: suas terras.

3.1 A iminência da guerra

Já nos primeiros anos da década de 1860, os agentes brasileiros empenhados no aldeamento indígena pressentiam a presença do conflito e

enviaram integrantes da sociedade Guaikuru, temidos por sua tradição guerreira, em missões de reconhecimento a lugares inabitáveis e perigosos, com o objetivo de observar a existência ou não de movimentações de paraguaios na fronteira. Neste sentido, e também visando se preparar para um possível confronto armado, as autoridades imperiais se empenharam bastante, embora não se possa precisar ao certo com quantos integrantes da nação Guaikuru o governo poderia contar.

Segundo Silva (2004), desde 1797, as imediações do Forte de Coimbra já eram habitadas por integrantes da nação Guaikuru. Em 1775, Luiz de Albuquerque criou o Forte de Nova Coimbra no Fecho dos Morros, localizado na margem oriental do rio Paraguai, que recebeu em suas cercanias tribos Terena e Kirikinau, e, mais tarde, no governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro (1797), mais de 500 índios Guaikuru.

Segundo o relato de Florence, os Mbayá Guaicuru, em meados do século XIX, momento que esse viajante esteve em Mato Grosso, contavam com 4 mil homens em armas. Esse exército Guaicuru, apesar de não portar armas de fogo, ainda era suficiente para intimidar os colonos, se considerarmos que esse número de Guaicuru em armas era quase a população branca da Capitania de Mato Grosso, que segundo Ricardo Franco, em 1800, somava 4242 pessoas (SANTOS, 2002, p. 98).

Outra fonte sobre o número de Guaikuru nas imediações dos rios Paraguai e Mondego é o primeiro relatório do primeiro Diretor Geral da Diretoria Geral dos Índios, Joaquim Alves Ferreira, datado de 2 de dezembro de 1848, que aponta 1500 indivíduos (BARROS, 1989).

Não obstante a imprecisão acerca do número exato de integrantes Guaikuru que poderiam se engajar no conflito armado, ao lado Brasil, pode-se supor que eram centenas e que boa parte desse contingente, provavelmente, se envolveu na guerra contra o Paraguai, pois, conforme relata Leotti (2001), já

antes da eclosão da guerra, alianças feitas pelos dois lados beligerantes, com grupos indígenas distintos — Brasil com os Guaikuru e Paraguai com o Kaiowá ou Kaiguá —, fizeram com que ambos cumprissem missões de patrulhamento e reconhecimento da fronteira entre os dois países. Além disso, havia os conflitos provocados em função das rivalidades existentes entre distintas nações indígenas como aliás, já foi enfatizado no Capítulo I.

Em documentação pesquisada no Arquivo Público do Mato Grosso foi possível resgatar a participação, direta ou indireta, dos Mbayá-Guaikuru na guerra contra o Paraguai. Um dos primeiros documentos resgatado, datado de maio de 1860, é um ofício enviado pelo comandante do Forte de Coimbra, Capitão Joaquim Antonio Mendes, após receber a visita do Cacique Taquidauana, representante dos Guaikuru, ao Presidente da Província do Mato Grosso, Coronel Antonio P. de Castro, sugerindo ao dirigente provinciano que:

[...] seria conveniente fazer o arrolamento destes índios, com designação de suas idades, pouco mais ou menos de cada hum, afim de que no caso de ter o Governo necessidade delles em qualquer emergência com nossos vizinhos. Se V. Ex.^a achar razoável este meu parecer, poderei em poucos dias ir a aldeia d'elles para aquelle fim.⁴⁶

No texto do ofício do comandante do Forte de Coimbra observa-se a preocupação com um eventual ataque dos paraguaios, que aliados a outros grupos indígenas ameaçavam a tranqüilidade de todo o forte. Note-se que os paraguaios não utilizavam somente os serviços de oficiais ou funcionários do governo, exercendo as funções de espiões, mas também a força indígena.

Outros documentos denunciam o clima de intranqüilidade. No ofício do comandante do Forte de Coimbra, de 8 de fevereiro de 1862, parte do

⁴⁶ Lata (1860). E. Documentos avulsos. Maço - Assunto Militar. Nº 3. APMT. Cuiabá – MT.

texto diz que “se presentaron ante él tres indios de la nación Chamacoco, que decían venir de parte de su jefe, para pedir transporte con el fin de trasladar su aldeamiento a aquel fuerte, ‘debido a que constantemente eran hostilizados por indios e otras naciones’”.⁴⁷

Clima de intranqüilidade e sondagem da movimentação de paraguaios nas terras brasileiras faz parte do conteúdo oficial de relatório ordenado pelo governador da Província. Em 30/04/1862, o tenente Antonio João Ribeiro, comandante da Colônia Militar dos Dourados, oficializa que:

Esta colonia presentemente não gosa de tranquillidade em consequencia de haverem os doze indios da tribu Gauycyrús, que deste ponto partirão no dia 20 do mez proximo passado acomettido as da tribu Caiwá, aliados dos paraguayos, a informação que deu-me o capitão Antonio da silva Carvalho, chege d’essa partida [...] depararão com a tribu acima referida Caiwá; depois das suas guerrilhas fizeram prisioneiras a duas Indias (terão mais ou menos 15 anos de idade) tiverão junto a si huma força de vinte homens paraguayos, commandados por hum de sua nação que lhe disse ser o capitão Casimiro, esse capitão ao encontrar-se com a força dos 12 Guaycurús, ameaçou-a querendo dar-lhes fogo, então ordenou o capitão Carvalho á sua gente que se fizesse na mesma attitude; fez com isso que os paraguayos suspendessem o que tentavão contra elles, dando-lhes signal de paz, approximando-se os dous capitães e abraçãõ-se: teve o cuidado o capitão Casimiro de interrogar o capitão Carvalho, perguntando-lhe qual era o fim de sua missão n’aquelle ponto e por quem fora mandado, então este lhe respondera que fôra mandado pelo tenente coronel commandante do districto militar, sondar á ver se tinha paraguayos no territorio brasileiro; ouvindo o capitão Casimiro, com toda attensão ao que lhe informarão, attendeu mais aos lamentos que fazião este doze homens de estarem inteiramente desprovidos de viveres, offertando-lhes em signal de generosidade hum novillo [...] retirou-se o capitão Casimiro, com a sua força para irem buscar o que havião prometido; causando suspeita ao capitão Carvalho, por uma prompta philanthropia, que aquillo fosse huma traição que lhes querião fazer; retirarão-se a toda pressa conduzindo suas duas prisioneiras e aqui apresentarão-se no dia 23 do corrente: ora á vista d’isso não é possível estar-se tranquilo os dessa colonia,

⁴⁷ Livro 191, Registro da Correspondência Oficial da Diretoria Geral dos Índios com a Presidência da Província 1860-1873, p. 22. Mss. APMT.

principalmente lembrando estar mui longe de receber quaesquer socorros.⁴⁸

Do texto oficial depreende-se que os índios eram utilizados em missões de sondagem do movimento paraguaio em território brasileiro, sofrendo privações até mesmo de alimentos e que fugiam desconfiados mediante oferta de ajuda do suposto inimigo. Isto demonstra que, nas funções de patrulhamento, pouco antes do confronto armado, foram utilizadas, não somente as alianças feitas entre paraguaios-Kaioá e brasileiros-Guaikuru, mas também as rivalidades interétnicas, que poderiam causar problemas para os dois lados. No caso relatado, por exemplo, a prisão das índias Kaioá, sociedade que mantinha relações amistosas com patrulhas do Paraguai, segundo militares da tropa imperial, poderia trazer problema para o lado brasileiro.

A Diretoria Geral dos Índios também compartilhava dessa opinião, conforme documento oficial no qual lê-se: “En agosto del mismo año de 1862, de acuerdo con un informe del Director General de los Indios de Mato Grosso, los Guaikurú de Nabilek ‘atacaron voluntariamente a los indios de Paraguay, con autorización del delegado de policía del Término, e hicieron prisioneras a dos Cayuás, que se llevaron como cautivas’”.⁴⁹ Está explícito no texto que, para a Diretoria Geral dos Índios, os ataques dos Guaikuru aos índios do Paraguai poderiam comprometer a política internacional do Império.

Um segundo relatório oficial encontrado no Arquivo Público do Mato Grosso confirma que as forças indígenas atuaram em data próxima do conflito. Referência à presença dos grupos Guaikuru e Kaioá se observa nos relatórios do tenente Antonio João Ribeiro, de 31/05/1862, onde se lê:

⁴⁸ Lata (1860). E. Documentos avulsos. Maço - Assunto Militar. Nº 3. APMT. Cuiabá – MT.

⁴⁹ Livro 191, Registro da Correspondência Oficial da Diretoria Geral dos Índios com a Presidência da Província 1860-1873, p. 29. Mss. APMT.

Em virtude d'ordem do commando deste Districto por esta colonia passarão em 27 do corrente indios da tribu guaycurús com o fim de sondarem-se nas proximidades dos rios Iguatemi e descobrir se existem paraguayos fabricando herva mate. Esta colonia neste mez já se acha menos asombrada, em consequência de ter-se levado o trincheiramento no flanco do leste a oeste, lado este em que estava mais exposto de receber uma invasão dos nossos visinhos, apesar de que ainda continua a faltar-lhe armamento e munição propria para assim poder repelis quaisquer tentativa. Em 6 do corrente recolheo-se a força que se achava rondando os campos do Iguatymi [...] Os indios Guaicurús deste ponto retirarão-se no dia 10 deste, conduzindo suas prisioneiras. Para o ponto de Nioac.⁵⁰

Os índios Guaikuru faziam sondagem nas proximidades do rio Iguatemi na tentativa de detectar a presença paraguaia, trabalhando com ervamate na fronteira brasileira. O documento deixa evidente que elementos Guaikuru incursionavam em busca de informações sobre a movimentação paraguaia no sentido se fixarem em solo fronteiriço.

Pelas rondas realizadas nos campos de Iguatemi, os Guaikuru recebiam pagamentos mensais, em dinheiro, conforme especificado em documentos resgatados junto ao Arquivo Público de Mato Grosso. Em documento oficial do Tenente Coronel e Comandante do Quartel do Corpo de Cavalaria em Nioac, José Antonio Dias da Silva, datado de 01 de julho de 1862, lê-se: “Precisa-se da quantia de trese mil setecentos e vinte reis para pagamento de fornecimentos abonados a doze Indios Guaycurus quando rodarão os campos de Iguatynim, como prova Documento junto”.⁵¹

Em outro documento de idêntico teor, datado de 01 de agosto de 1862, o mesmo Tenente Coronel e Comandante do Quartel do Corpo de

⁵⁰ Lata (1862). A. Maço - Antonio João. Assuntos Militares. Nº 3. APMT. Cuiabá – MT.

⁵¹ Lata (1862). A., APMT. Cuiabá – MT.

Cavalaria em Nioac, José Antonio Dias da Silva, solicita: “Precisa-se da quantia de sessenta mil, quinhentos settenta e dous reis para pagamento dos generos alimentícios com que forão fornecidos aos Indios Guaycurus quando rodarão os campos de Iguatynim, como consta dos Documentos annexos”.⁵²

Em Nioac, o comando do quartel solicitava aos Guaikuru que realizasse rondas nos campos de Iguatemi e, em contrapartida, efetuava os pagamentos. Isso demonstra a existência de temor mediante a possibilidade de uma invasão paraguaia na região do Baixo Paraguai.

Mas, o temor da presença e invasão paraguaia, ainda em 1862, começa a declinar em virtude de certa dependência criada pelo lado brasileiro em relação ao apoio Guaikuru no serviço de ronda de fronteira.

O conhecimento que os Guaikuru tinham da região tornava impossível realizar a manobra sem seu auxílio, tanto que, quando os índios se retiravam, as fronteiras ficavam desguarnecidas, fragilizadas, a mercê dos ataques paraguaios. Outro fator que pode ser somado a este é a vulnerabilidade da fronteira ocasionada pela falta de armamentos, problema sério nos momentos que antecederam o conflito.

É muito provável que, nos meses de julho e agosto de 1862, tenha se acentuado a presença dos Guaikuru no conflito com os paraguaios. Em resposta ao ofício reservado do presidente da Província, no dia 5 de julho, o comandante do quartel de comando do distrito militar de Miranda, em Nioac, diz:

Em cumprimento ao oficio reservado de V. Ex.^a de 3 de Julho ultimo, informo a V. Ex.^a que por minha concepção seguirão 12 indios Guaycurús para a colonia militar de Dourados a fim de sob as vistas do

⁵² Lata (1862). A.(572), APMT. Cuiabá – MT.

tenente comandante respectivo, circundarem as mattas vizinhas as mesma colonia e sua adjacencias, e observarem se nosso território fronteiro havião paraguayos, e quaes os seus movimentos. Nesta excursão forão elles encontrados dentro de nosso territorio por uã partida paraguaya de 20 homens, comandada por um tal capitão Casimiro [...] No entanto, quando regressarão os ditos Guaycurús, tiverão o desagradavel encontro com os da tribu Caiuá accerrima e antiga inimiga; baterão-se e os Guaycurús aprisionarão as duas mulheres, que trouxerão consigo, e as conduzirão à seus aldeamentos. De todo o referido dei logo parte ao commandante das armas em officio nº 36 de 20 de maio proximo passado. Aproveito esta occazião para ter a honra de participar á V. Ex.^a que no mês de julho ultimo, apresentarão-se me outros Indios Guaycurús em nº de 14, offerecendo-se para irem observar o nosso território como os primeiros. Entendi segunda vez aproveitar-se da boa vontade delles em coadjuvar-nos neste trabalho porque são peritos conhecedores do nosso territorio fronteiro, e tem a precisa disposição de embrenharem-se pellas mattas, as mais intransitaveis aos nossos soldados, sem que sejam percebidos. Aguardo o regresso delles para dar conta exata a V. Ex.^a do que ocorrer na sua excursão, e pelo desaguizado que houve entre aquelles da mesma nação e os Caiuás, recomendei agora a este, e mesmo ameacei-os para não praticarem, no caso de encontro, acto algum hostile [...]⁵³

Este texto do ofício, do comandante do quartel de comando do distrito militar de Miranda, confirma os acontecimentos relatados pelo tenente Antonio João Ribeiro, evidenciando que as presenças das nações indígenas — Guaikuru e Kaiuá —, cada uma relacionando-se com um dos países litigantes, respectivamente, Brasil e Paraguai, coincide com a rivalidade existente entre ambas. Essa rivalidade talvez seja o fator crucial no voluntarismo manifestado pelos Guaikuru, peritos no conhecimento da região e em adentrarem as matas, em participar e auxiliar os comandantes brasileiros na defesa da fronteira, uma questão que, sem dúvida, preocupava também os indígenas.

No cotidiano da fronteira, o clima de tensão produzia angústia e exigia que as autoridades imperiais também tomassem atitudes no sentido de impedir que os Guaikuru provocassem represálias por parte dos paraguaios. No

⁵³ Lata (1862). A. Maço - Encontro com Índios. APMT. Cuiabá – MT.

caso do aprisionamento dos índios, o tenente Antonio João, comandante da Colônia Militar dos Dourados, recebe ordem do comandante do corpo de cavalaria e do distrito militar para libertar oito prisioneiros Kaioá em poder do Guaikuru. De pronto, a ordem é cumprida, conforme consta em relatório datado de 31 de agosto de 1862⁵⁴, encontrado no Arquivo Público de Cuiabá.

A estratégia de libertar os índios aprisionados pelos Guaikuru fazia parte de um conjunto de ações implementadas pelas autoridades imperiais no sentido de diminuir a tensão e a angústia gerada pela eminência do confronto belicoso. A aproximação do conflito era denunciada também pela presença de índios refugiados de guerra. Frequentemente, nas imediações de Cuiabá, de destacamentos militares e de núcleos coloniais, apareciam grupos de índios, fugitivos da invasão de tropas paraguaias. Muitos índios Kaipó procuraram proteção e segurança nas colônias, visto que algumas aldeias da região fronteira com o Paraguai, constantemente, vinham sofrendo ataques das tropas paraguaias, cujas ações eram orientadas por espionagem.

Observe-se, porém, que o interesse dos Guaikuru, tanto nas sondagens quanto nos ataques aos paraguaios, era defender seus territórios, mantendo-se indiferentes as represálias sofridas. Documento Reservado do Palácio da Presidência de Mato Grosso em Cuiabá, datado de 03 de junho de 1862, alerta ao Comandante do Distrito Militar de Miranda:

[...] procure Ilmo. inteirar-se e me informar com o que chegar ao seu conhecimento acerca da correria de que trata o relatório junto do comandante da Colônia militar de Dourados, praticada pelos Índios Guaicurus – contra o Índios – Caiuás.

Por esta ocasião lhe recomendo muito que busque evitar essas incursões dos Guaicurús ao território Paraguayo, e lhes força sentir

⁵⁴ Lata (1862). A. Maço - Antonio João. Assuntos Militares. Nº 8. APMT. Cuiabá – MT.

com boas maneiras que não terão o nosso apoio e proteção se-lhes continuarem n'essas invasões, que podem comprometter-nos.⁵⁵

No documento, o Presidente recomenda ao comandante do Distrito de Miranda que utilize o recurso das boas maneiras para tentar fazer os Guaikuru parar com os ataques aos indígenas aliados dos paraguaios, sob pena de perderem o apoio e a proteção das autoridades brasileiras, que temiam se comprometer.

Os Guaikuru não realizavam ataques apenas aos aliados paraguaios em terra, mas também patrulhavam as margens dos rios, atacando. Em documento datado 10 de junho de 1862, do Quartel do Comando do Distrito Militar do Baixo Paraguai em Corumbá, para o Presidente da Província Herculano Ferreira Penna, isso fica evidenciado.

O Capitão Commandante do Forte de Coimbra participou-me em officio n. 10 de 19 do mez proximo passado, que tendo-lhe contado pelos passageiros do Vapôr Márquez d'Olinda, e seu respectivo Commandante, que os Índios Cadioéos havião atacado uma das guardas da Republica do Paraguay nas margens do Apa, resultando desse ataque terem morrido trez dos ditos Cadioéos, e que receando a repetição de semelhante acto, visto serem os mesmos Indios por extremo vingativos fisera seguir na mesma data uma escolta de cinco praças ao mando de um Capitão ao Nabileque = onde vivem os supramencionados Indios, afim de prohibir-lhes que continuem a assim proceder, e chamar os Caciques para reprehendel-os por tal procedimento.⁵⁶

Comandante e passageiros do vapor assistiram ao ataque dos Guaikuru, onde a morte dos guerreiros deixa clara a determinação desse povo em defender a região, não se submetendo aos apelos do comando militar, que tentava intimidá-lo chamando os caciques para negociar a paz.

⁵⁵ Lata (1862). A., APMT, Cuiabá – MT.

⁵⁶ Lata (1862). A., APMT, Cuiabá – MT.

Os Guaikuru incursionavam em território paraguaio, seja simplesmente para realizar sondagem ou atacar outros povos indígenas, com ou sem consentimento das autoridades. Os Guaikuru aparece com destaque em publicações importantes da época, conforme mostra documento do Comandante do Distrito Militar de Miranda em Nioac, ao Presidente da Província Herculano Ferreira Penna, datado de 7 de novembro de 1862

Depois de bem entrar no conhecimento do extracto da correspondencia escripta na Assumpção e publicada na “Reforma Pacifica” de Buenos Aires, e do officio do Director Geral dos Indios desta Provincia, datado de 21 de agosto, que V.Ex^a. se dignou remetter-me em officio reservado de 09 d’Outubro, também em vista do Art^o. publicado no Semanário de 21 de junho n. 428 que acompanhou outro officio de V.Ex^a. da mesma data, cumpre-me informar que além das duas partidas de Indios Guaicurus que consenti explorar o nosso território visinho, como participei a V.Ex^a. em officios n. 13, 22 e 24 de 5 de junho, 1 e 10 d’ Agosto proximos passados, e das partidas militares que mensalmente percorrião aos campos do Apa emanado de ordem da Presidencia da Provincia, nenhuma outra mais tem percorrido tais lugares, e nem mesmo essas partidas tem commettido aggressão e violências [...] ao capitão denominado Silverio Silva a quem se refere a mencionada correspondência “Reforma Pacifica” não existe entre os Índios Guaicurus tal nome [...] franqueza de dizer que tais occurrencias publicadas contem nimia falsidade, e nenhuma veracidade; assim afirmo por que, nehuma novidade ocorre neste Districto e Fronteira [...]”⁵⁷

O documento do comandante do Distrito Militar de Miranda ao Presidente Herculano Ferreira Penna esclarece que os Guaikuru, assim como os militares, exploravam o território vizinho com seu consentimento, sem contudo praticar agressão ou violência, e que não havia entre eles um tal capitão Silverio Silva, conforme noticiado pela imprensa. Veracidade nas publicações ou não, o fato é que os Guaikuru era notícia. Entre os indígenas que habitavam a região, era o povo mais temido, atuando não raro como uma fronteira viva, não permitindo o avanço dos invasores.

⁵⁷ Lata (1862). A., APMT, Cuiabá – MT.

Se do lado brasileiro, os Guaikuru chegam a ser notícia em publicações importantes da época, como evidencia o documento supracitado, no lado paraguaio também há destaques.

Segundo Mello (1961), em Mato Grosso, entre 1863-64, em missões de espionagem, a serviço ao Paraguai, se destacaram os agentes Tenente André Herreros, da marinha de guerra paraguaia e o oficial paraguaio, disfarçado de fazendeiro e identificado somente após a guerra, Izidoro Resquin, que propiciaram a Solano López o exato conhecimento das forças vivas da Província num momento bem próximo à deflagração da guerra. As instruções de 20/07/1864, enviadas ao Coronel Vicente Bárrios por Benigno López, em nome do ditador Francisco Solano López, a fim de orientá-lo na invasão do Mato Grosso revelam o perfeito conhecimento que as autoridades militares de Assunção tinham da situação mato-grossense e fornecem exata compreensão do que convinha aos efetivos, bem como à conduta das tropas paraguaias destinadas a invadir e ocupar o sul do Mato Grosso.

Em 27 de dezembro de 1864 inicia-se a Guerra do Paraguai. No época, era Presidente da Província de Mato Grosso o General Manoel Albino de Carvalho, nomeado por Carta Imperial de 12 de maio de 1863, que assumira o Governo em 21 de julho do mesmo ano. Embora exonerado da Presidência, o General Albino não transferiu o Governo ao Vice-Presidente, assumiu a responsabilidade da guerra e não mediu esforços para defender Cuiabá, no período inicial da invasão.

No final de dezembro de 1864, após aprisionamento do vapor brasileiro Marquês de Olinda, que conduzia para o Mato Grosso o novo Presidente da Província, Coronel Frederico Carneiro de Campos, sem prévia

declaração de guerra, os paraguaios invadem a província, segundo dois eixos de operações:

[...] a fluvial, pelo rio Paraguai, a mais fácil e espontânea, e a terrestre, por Concepción-Bela Vista-Miranda. A dupla operação obedecia ao comando-geral do coronel Vicente Bárrios, cunhado de López, que comandava também a expedição fluvial e marchava com esta. A tropa terrestre formava uma divisão de cavalaria, comandada pelo coronel Izidoro Resquin e se compunha de vários regimentos de cavalaria, um batalhão de infantaria (a cavalo) e uma bateria de 6 peças a cavalo (MELLO, 1961, p. 158).

Invadida a província pelas vias fluvial e terrestre, jamais poderia fazer frente ao inimigo e conter seu avanço, pois sob o comando do oficial Resquin estavam 3.500 homens (MELLO, 1961). Quanto o estado geral da província de Mato Grosso:

[...] não obstante as enérgicas reclamações do General Albino, era lastimoso. Para defesa de mais de 400 léguas, havia apenas uma guarnição de 875 homens. Desde 26 de agosto de 1864, não havia mais chegado um correio à província, nem um ofício do Governo, e somente a 13 de abril de 1865 teve a província notícias do Rio de Janeiro.

Sem dinheiro, sem gente, sem recursos, invadido pelo inimigo grande parte de seu território, tal era a posição (MENDONÇA, 1981, p. 43).

Em condições de idêntico abandono encontrava-se também, em agosto de 1864, o Forte de Coimbra, sob o comando do Capitão Benedito Jorge de Farias e contando com um efetivo irrisório de apenas 46 homens, que somente davam conta do serviço da guarda. Mesmo reforçada a guarnição da fronteira, com o movimento das tropas do Tenente-Coronel Hermenegildo de Albuquerque Portocarrero, então comandante do Corpo de Artilharia de Mato Grosso e do Distrito Militar do Baixo-Paraguai, em fins de dezembro, o Forte de Coimbra contava ao todo 115 homens (MELLO, 1961).

Nestas condições o Coronel Vicente Barrios, Comandante da Divisão de operações do Alto Paraguai, a bordo do vapor de guerra paraguaio Iguereí, encontra o Forte de Coimbra, agora sob o comando da artilharia Tenente-Coronel Portocarrero, necessitando ser “auxiliada por 10 índios cadiués da tribo do cacique Lixagota, 5 guardas da Alfândega de Corumbá, ali destacados para o serviço do fisco, 5 colonos de Albuquerque (guardas nacionais, sem instrução militar), 18 presos...” (MELLO, 1961, p. 163).

Não somente nos primeiros momentos, exercendo função de sondagem, reconhecimento e patrulhamento da região, os Guaikuru-Kadiwéu se envolveram na Guerra do Paraguai, mas também durante todo o conflito, defendendo o Forte de Coimbra, juntamente com outros anônimos da história como, guardas da Alfândega, colonos de Albuquerque, presos, outros povos indígenas, entre outros.

3.1.1 Recrutamento e envolvimento dos indígenas na guerra

Considerada por Salles (1997) como prenunciadora da I Guerra Mundial, a Guerra do Paraguai foi tratada pelo Estado Imperial como uma questão nacional, pois já:

[...] em meados do século XIX inúmeros episódios históricos atestam a grande importância que o Império concedia à abertura do trecho do rio controlado pela República do Paraguai. Nas negociações com essa república, segundo um daqueles dirigentes, o Brasil aceitava o adiamento da questão de limites, mas “não o da livre navegação”, a qual o Império trataria de obter “pela transação ou pela guerra” (CERVO, 1981, p. 97).

O principal motivo da guerra foi, sem dúvida, a conquista da hegemonia da região, pois o conflito era pensado como uma possibilidade que permitiria aos países beligerantes o controle de importante trecho do rio Paraguai. Com efeito, as diversas pendências entre os dois vizinhos, efetivamente, acabaram por serem resolvidas pela guerra, obtendo o Brasil o reconhecimento formal de sua soberania sobre o extremo sul da província de Mato Grosso, assim como tornando totalmente livre a navegação pelo rio Paraguai.

Enquanto uma questão nacional, a adesão social foi buscada imediatamente através do decreto que constituía os corpos de Voluntários da Pátria. O quanto à formação destes corpos ocorreu por adesão espontânea ou recrutamento forçado, não altera o caráter nacional e de massa que marcou este recrutamento.

Para fazer face às necessidades da guerra, a mobilização nacional requereu atingir um contingente estimado entre 150 a 200 mil pessoas e, como no Brasil não existia uma base de cidadania livre, que servisse de sustentação para o recrutamento militar, optou-se por outros segmentos, como negros e mestiços livres, escravos, colonos, presos, condenados por crime, e, principalmente, indígenas.

Em 1867, estima-se que a população brasileira fosse de 9.396.000 habitantes. Portanto, a mobilização do contingente acima sugerido representaria algo entre 1,6% e 2,1% do total da população. Um em cada cinquenta brasileiros teria sido mobilizado diretamente para o esforço de guerra. Se considerado uma estimativa “em torno da população masculina alistável, esta proporção cairia para um a cada grupo de vinte homens entre 15 a 39 anos de idade” (SALLES, 1997, p. 136).

Se no início do conflito, a perspectiva de sua curta duração, aliada a idéia de uma guerra da civilização moderna contra a “barbárie” paraguaia indígena guarani, que provavelmente seria derrotada, deu ensejo ao alistamento de muitos adeptos para participar no combate, com seu prolongamento, a situação agravou-se. Além das manifestações de protestos, em todas as províncias do país, tornou-se difícil recrutar novos soldados, inclusive com a resistência da Guarda Nacional, diante da escassez da população masculina alistável.

Com a continuidade do conflito, mesmo com a criação do decreto que incentivou os corpos de Voluntários da Pátria, em fase crucial da guerra, quando após seguidas derrotas os aliados partiam para batalhas ofensivas decisivas, os entusiasmos patrióticos minguaram e os alistamentos diminuíram (LUCENA FILHO, 2000).

Nesse momento, foi usado o método do recrutamento forçado, atingindo desordeiros, presos, colonos, condenados por crimes, a população pobre, habitantes das cidades do interior, das zonas rurais e, principalmente as sociedades indígenas, não somente aquelas próximas ao local do conflito, mas também distantes, como dos Estados de Alagoas e Pernambuco, na região Nordeste do país.

Segundo documentos da Diretoria dos Índios dos respectivos Estados, os índios Xukuru e os Fulni-ô (anteriormente conhecidos como Carnijós), de Pernambuco, e os Xukuru-Kariri e atuais Wassu, de Alagoas, foram vítimas do recrutamento forçado e tentaram por todos os meios resistir, mas acabaram cedendo, como muitas outras sociedades indígenas, em função da

necessidade de lutar pelo reconhecimento de seus direitos às suas terras (SILVA, 2005, p.2-7).

A ocupação pelos paraguaios da área situada entre os rios Apa e Blanco, no sul da província de Mato Grosso, por si só, contribui para explicar qual a função histórica do indígena na formação do Estado nacional brasileiro. Foram principalmente as nações indígenas dessa região que se envolveram no conflito com o objetivo de defender seus territórios. Por isso, o recrutamento e o engajamento desses povos nas tropas brasileiras ocorreu tanto de maneira voluntária quanto pela força.

Como já salientado, os indígenas brasileiros mantinham relações interétnicas conflituosas com os indígenas do lado da fronteira paraguaia, daí o voluntarismo. Também mantinham relações comerciais e de trabalho com os demais habitantes da região, tanto que o engajamento desses índios às tropas brasileiras fazia-se mediante presentes e promessas de concessão de terras. Daí, o interesse na terra e, novamente, o caráter espontâneo da adesão à guerra por parte dos indígenas, especialmente àqueles que habitavam a região.

Os Guaná e os Mbayá-Guaikuru se engajaram para servir ao lado dos brasileiros na guerra “pela própria necessidade de impedir que suas terras invadidas ficassem sob o domínio dos paraguaios” (VASCONCELOS, 1999, p. 87). Parece inquestionável que os Guaikuru se envolveram no conflito para defender seus territórios, contudo, não estavam preocupados com a questão do domínio paraguaio ou brasileiro, pois o interesse do povo era garantir a supremacia sob a região conquistada há séculos.

Referindo-se ao recrutamento de algumas nações indígenas para serem incorporados à tropa brasileira e combater contra os paraguaios, o Visconde de Taunay, militar participante do conflito, *Em Mato Grosso invadido*, faz o seguinte comentário:

[...] No aldeamento dos índios *Terenos* da Piranhinha encontrámos a melhor disposição na gente do capitão José Pedro: apresentáram-se 60 moços bons atiradores e próprios para servirem de excelente tropa em surpresas e emboscadas.

No aldeamento de Francisco Dias ha 40 homens robustos, em estado de pegarem em armas: acham-se armados, e só lhes falta cartuchame. Da gente *Quiniquináo*, acampada em diversos pontos, póde-se contar com 30 homens.

São ao todo 130 índios que estão no caso de servir de contingente á força. Falta-nos, contudo visitar, a oito ou dez leguas d'aqui, dois aldeamentos...(TAUNAY, 1929, p. 119-120).

Um contingente de cento e trinta índios são apontados entre os Terena e os Quiniquináo como fonte certa de recursos humanos para tomar parte no confronto armado, servindo do lado dos soldados brasileiros.

Em outra obra, *Campanha do Mato Grosso*, o Visconde de Taunay faz referência novamente aos Terena e Quiniquináo, incluindo também toda a tribo Guaikuru e os Laiana, observando que:

[...] Informações frescas colhidas do Sr. João da Costa Lima, que chegou das aldêas além do Aquidauna, dão-nos os meios de apresentar o total de índios que, além dos guaycurús, cujo capitão Nadô consta vir-se apresentar com toda a sua tribo, poderá coadjuvar a força:

Terenas 216

Quiniquináos 39

Laianos 20

275 homens

Estes índios mostram a melhor disposição, offerecendo-se com espontaneidade e servindo com toda a dedicação, como verificámos nos últimos reconhecimentos (TAUNAY, 1923, p. 205).

O informe de Taunay dá a entender que duzentos e setenta e cinco índios irão se somar a tribo Guaikuru. Observe-se ainda o caráter espontâneo do recrutamento, com a adesão dos Guaikuru, dos Terena, dos Quinquinao e dos Laiana. Embora o documento não faça referência ao número de Guaikuru que se apresentariam no local, pode-se supor que seriam mais, já que seria o capitão Nadô “com toda a sua tribo” e a nação Guaikuru era, por tradição, senhora da região e subjugando às demais nações, incorporava guerreiros de muitas nações, considerando todos Guaikuru, formando um corpo unido.

Mas, contrapondo-se ao voluntarismo detectado em algumas sociedades indígenas houve, em muitas outras, desprendimento de esforços para se manterem distantes da guerra, fugindo. Neste contexto, ao longo do conflito, o recrutamento forçado se tornou uma prática. Segundo um ofício da Diretoria Geral dos Índios, Braz, um velho índio Guaná, originário de Albuquerque, apresentou-se

[...] queixando-se de haverem alli recrutado seos dois filhos menores de nome Ricardo e Jose, e os conduzido ao acampamento de Aricá. Tendo o dito índio outro filho no Exército, e poderando-me que aquelles dous são os que o ajudão a manter-se na sua velhice, sou de rogar a V. Ex.a se digne providenciar de maneira que, a não haver outra circunstância que motivasse aquellas prisões, sejam dispensados ao dous filhos do queixoso, que pela sua avançada idade torna-se merecedor de alguma equidade.⁵⁸

O recrutamento forçado acontecia de maneira arbitrária, isto é, presos, os detentos eram obrigados a servir o exército, implicando na intervenção da Diretoria Geral dos Índios no sentido de tentar libertar o elemento já engajado na guerra, como no caso dos filhos do velho índio Guaná. Esse tipo de

⁵⁸ Registro de Ofícios e Correspondências da Diretoria Geral dos Índios (1866). Livro 191. APMT. Cuiabá – MT.

recrutamento chegou até mesmo a atingir indígenas de regiões distantes, como o caso dos Estados de Alagoas e Pernambuco já mencionado.

3.2 Os Mbayá-Guaikuru na Guerra do Paraguai

Na época da Guerra do Paraguai havia, “na vastidão dos campos entre o Apa e o Aquidauana, mais índios do que brancos. [...] Nada lhes barrava o caminho nas andanças e, conhecedores da região [...] (TAUNAY, 1929, p. 101). Também, a escassez de população masculina alistável, dificultava o recrutamento de soldados (SALLES, 1997). Assim sendo, várias etnias (Anexo A – Croqui das etnias) se envolveram no conflito e, entre elas, dos Guaikuru .

Diante da situação geral das finanças da Província de Mato Grosso, desprovida de meios para fazer frente à guerra, o conhecimento que os Guaikuru tinham da região fronteiriça, aliado à sua presença de longa data e sua tradição guerreira, foram fatores que fizeram do recurso àquela sociedade uma prioridade para que o Brasil se mantivesse na luta.

Desde o início do conflito, a aliança com os Guaikuru foi de extrema importância para o governo brasileiro, uma vez que, antes de engajarem-se como “soldados brasileiros”, revelaram-se leais informantes, já em 1862, dando conta da movimentação paraguaia na plantação da erva mate. Isto pode ser também confirmado em leitura de relatório, datado de 30 de agosto de 1865, que faz referência à invasão dos paraguaios à província de Mato Grosso, enfatizando que: “Pelo vapor – Jaurú – há notícias dadas por índios Guaicurus, de que os

campos de Miranda tinha sido talados, e a mesma vila e povoação de Nioc incendiadas”.⁵⁹

Outro documento que dá relevância ao envolvimento dos Guaikuru na guerra contra o Paraguai é do Ministério dos Negócios da Guerra, do Rio de Janeiro, datado de 8 de junho de 1867, encontrado no Arquivo Estadual de Cuiabá, onde se pode ler:

Fico inteirado, pelo seu Offício de 28 de março ultimo, de que Lapagote, um dos Capitães da tribu dos Canídeos que serve junto ás nossas forças em operações, em Miranda, mandado em exploração sobre a fronteira do Apa, conseguiu surpreender e bateu um dos pontos fortificados que os Paraguayos conservão sobre esse rio; cconvindo que se repitão taes explorações com o concurso dos índios conhecedores d’aquellas passagens.⁶⁰

Nesta parte do documento, a autoridade competente do referido Ministério toma ciência dos serviços prestados pelo capitão Lapagote, índio Kadiwéu, trabalhando para o Exército brasileiro, comandando a operação realizada na fronteira do Apa. Este documento mostra que o capitão indígena surpreende os paraguaios na região fronteira, além de sugerir que investidas poderiam se repetir, principalmente em virtude do conhecimento que esse povo tinha da localidade, sendo este de grande utilidade para o Brasil naquele momento.

O envolvimento dos Guaikuru-Kadiwéu na Guerra do Paraguai não se confirma apenas através de fontes dos Arquivos Público e Estadual de Mato Grosso, mas tem sido destacada por vários autores. Entretanto, o Visconde de Taunay foi quem melhor revelou em seus escritos como se efetivou a aliança

⁵⁹ Arquivo Público de Cuiabá. Microfilme: Relatório dos Presidentes (1865-1875).

⁶⁰ Lata (1867). A., APMT, Cuiabá – MT.

entre os índios e os demais povoadores da região de Miranda, acossados pelos paraguaios.

Entre os indígenas que se envolveram na Guerra do Paraguai, que lutaram ao lado dos brasileiros, denominados portugueses, houve os que foram apenas solidários - Guaná, Kinikináu e Laiana - os que somente observaram - os Terena - e os que hostilizaram tanto os brasileiros quanto os paraguaios - os Kadiwéu. Contudo, no conflito, nenhum desses povos se aliou aos paraguaios, denominados espanhóis. “Os Terena e os Guaikuru incorporaram-se à tropa e lutaram de igual para igual com os soldados brasileiros” (Taunay, 1929, p. 102).

De todos os povos indígenas que se envolveram no conflito, a própria imprensa paraguaia, no *El semanario de avisos y canocimientos utiles*, destaca os Mbayá-Guaikuru, relatando ações dos invasores dessa forma:

El enemigo con cuatro batallones de infanteria, un regimiento de caballeria, cuatro piezas de cañon, y muchos indios Mbayás, sus aliados, todo en numero como se ha dicho de más de tres mil hombres, invadieron nuestro territorio, y pasaron el Apa en el paso de Bellavista el 28 de abril. [...] Camisão avanzó hasta el arroyo primero siete leguas del Apa [...] (apud TAUNAY, 1975).

Segundo o noticiário do semanário paraguaio, um batalhão com mais de três mil homens, incluindo vários Mbayá, aliados dos soldados brasileiros, invadem o território inimigo (Anexo B – Croqui da invansão). Apesar da indeterminação quanto ao número de Mbayá-Guaikuru, o destaque é para o envolvimento desses guerreiros no episódio descrito. Esse registro da imprensa paraguaia da presença de Guaikuru-Kadiwéu na Guerra do Paraguai, num momento crucial do confronto, vem comprovar o envolvimento direto desse povo no acontecimento.

Se a imprensa de um país, que está sendo derrotado numa guerra, informa à população sobre os acontecimentos, relatando a posição dos Guaikuru, habitantes da região conflituosa, ao lado dos brasileiros, essa informação não pode ser falsa e deixa evidente a posição ocupada por esse povo no decorrer de todo o conflito.

A contribuição dos Guaikuru é destacada também pelo exercício do papel fundamental que desempenharam para a sobrevivência da população, “se espalhando até nas roças de mandioca e cana, trazendo de lá, sem demora, cargas sob as quais vergavam, mas sem retardar o passo” (TAUNAY, 1997, p. 94). Além disso, também executavam tarefas como, por exemplo, abrir covas para enterrar os mortos.

O envolvimento dos Guaikuru-Kadiwéu no episódio da guerra do Brasil contra o Paraguai não se restringiu somente às missões de sondagem e patrulhamento da região, mas também no envolvimento efetivo durante o desenvolvimento de todo o conflito, auxiliando os soldados brasileiros em muitas atividades e contribuindo de maneira significativa para um desfecho satisfatório ao Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se evidenciou no decorrer deste estudo, o envolvimento de nações indígenas na Guerra do Paraguai, apesar de ser reconhecido por muitos autores na historiografia brasileira, ainda necessita de muita pesquisa para dar o devido valor a esses personagens como autores de sua própria história.

No caso desta pesquisa, que buscou demonstrar e analisar como e porque os Guaikuru-Kadiwéu se envolveram na guerra contra o Paraguai, pode-se observar que esse povo esteve presente no episódio, dando sua contribuição efetiva. A análise das fontes estudadas evidenciou seu desempenho, inicialmente, nas funções de sondagem e patrulhamento na fronteira onde aconteceu o conflito, depois, no confronto armado, que chegou a ser noticiado em semanário da imprensa do país inimigo, onde muitos elementos Guaikuru compõem o batalhão ao lado dos soldados brasileiros. Assim, muito contribuíram esses indígenas com a tropa brasileira, porque, conhecedores da região e dominando o uso de cavalos e canoas, estavam aptos para a tarefa.

Ressalte-se que o preparo do povo Guaikuru-Kadiwéu decorreu das relações interétnicas estabelecidas no decorrer dos séculos, que resultaram na incorporação de novos elementos culturais, assim como em mudanças comportamentais, lhes proporcionando facilidade para implementar estratégias de sobrevivência e defesa, principalmente de seus territórios, razão fundamental pela qual se envolveram na guerra.

Observe-se que os Guaikuru-Kadiwéu, não somente se envolveram na guerra, mas deixaram-se envolver devido ao caráter espontâneo do recrutamento, conforme relata Taunay que, também aponta a colaboração dessa nação no sentido de prover a coluna de alimentos, assim como abrindo covas para enterrar os mortos no conflito e aumentando o número de cavalos, roubando-os dos paraguaios.

Mas, o Visconde de Taunay, militar atuante no confronto e, portanto, a fonte mais segura do conflito ocorrido contra o Paraguai, em suas obras evidencia o recrutamento dos Guaikuru, mas não lhes dá o devido destaque como “soldados”. Ao contrário, principalmente na *Retirada da Laguna*, esse povo aparece apenas como “auxiliares”, executando tarefas menores que, provavelmente, os “verdadeiros soldados” não queriam executar. Entretanto, documento do Ministério dos Negócios da Guerra, de 8 de junho de 1867, encontrado no Arquivo Estadual de Cuiabá enfatiza a ação do capitão Guaikuru, Lapagote, surpreendendo paraguaios na região fronteira, fato que também demonstra o envolvimento efetivo de outros integrantes da nação Guaikuru nos combates, afinal, um capitão não age sozinho. Segundo Mello (1961), no final do ano de 1864, o Forte de Coimbra era guarnecido também por índios Kadiwéu, capitaneados por Lapagote.

Note-se a importância do envolvimento dos Guaikuru quando, ao desempenhar as funções de sondagem e patrulhamento da região, foram usados pelos brancos como fronteiras vivas, executando uma tarefa fundamental, já que jamais indivíduos que desconhecem o território poderiam realizar. Fazendo parte do batalhão que invadiu o Paraguai, também deram sua contribuição efetiva para que o Brasil levasse a guerra contra o Paraguai a bom termo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. B. M. de. **A presença indígena na guerra com o Paraguai (1864-1870)**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2006.

ALMEIDA, R. H. **O diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII**. Brasília: Universidade de Brasília/UnB, 1987.

ARAÚJO, O.M.C.M. O discurso de constituição da fronteira de Mato Grosso. In: **Fronteira: memória e linguagem**. Campinas: Pontes, 2001.

AZARA, F. de. **Viajes por la América Meridional**. Madrid: Espasa-calpe, 1969.

BALANDIER, G. A noção de situação colonial. **Cadernos de campo**. São Paulo: USP, 1993.

BALDUS, H. **Ensaio de etnologia brasileira**. São Paulo: Nacional, 1937.

BARROS, E. P. Política indigenista, política indígena e suas relações com a política expansionista no II Império em Mato Grosso. **Revista de Antropologia**. São Paulo: USP, 1989.

BASTOS, U. R. A. **Expansão territorial do Brasil colônia no vale do Paraguai (1767-1801)**. São Paulo: Nova Série, 1979.

BEAUREPAIRE-ROHAN, H. de. **Anais de Mato Grosso**. Cuiabá:IHGMT, 2002 (Publicações avulsas, 20).

BOGGIANI, G. **Os Caduveo**. São Paulo: Martins, 1945.

CABEZA DE VACA, A. N. **Naufraios y comentarios**. Madrid: Anaya y Oronoz, 1992.

CANOVA, L. **Os doces bárbaros: imagens dos índios Pareci no contexto da conquista portuguesa em Mato Grosso (1719-1757)**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2002.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.** São Paulo: Campos, 1997.

CARMACK, R. M. Etnohistoria y teoria antropológica. **Cuadernos del seminário de integración social guatemalteca.** Guatemala, n. 26, 1979.

CARVALHO, E. de A. **As alternativas dos vencidos: índios Terena no Estado de São Paulo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CARVALHO, F. A. L. de. **Viajantes, mareantes e fronteiriços: relações interculturais no movimento das monções – século XVIII.** 2006. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

CARVALHO, S. M. S. Chaco: encruzilhada de povos e “melting pot” cultural – suas relações com a bacia do Paraná e o Sul mato-grossense. In: **História dos índios do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CASTELNAU, F. de. **Expedição às regiões centrais da América do Sul.** São Paulo: Brasilianna, v. 266/266^a, 1949.

CERVO, A. L. **O parlamento brasileiro e as relações exteriores: 1826-1889.** Brasília: Ed. UnB, 1981.

CHIAVENATO, J. J. **Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai.** São Paulo: Moderna, 1998.

COLINI, G. A. Notícia histórica e etnográfica sobre os Guaicuru e os Mbayá. In: BOGGIANI, G. **Os Caduveo.** São Paulo: Martins, 1945.

CORRÊA FILHO, V. **História de Mato Grosso.** Várzea Grande: Fundação Júlio Campos, 1994 (Coleção Memórias Históricas).

CORRESPONDÊNCIA OFICIAL. In: **Lata (1862).** A. Maço: Encontro com Índios. APMT. Cuiabá – MT.

COSTA, M. de F. Entre Xarai, Guaikurú e Payaguá: ritos de vida no Pantanal. In: **Senhores dos rios.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

_____. **História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII.** São Paulo: Kosmos, 1999.

_____. **Los Guaikurú y la Guerra de la Triple Alianza.**
Disponível em: <http://nuevomundo.reves.org/document1667.html>

COSTA, M. de F.; DIENER, P. **Cuiabá: rio, porto, cidade.** Cuiabá: SMCultura, 2000.

CUNHA, M.C. da. **Os direitos do índio, ensaios e documentos.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **Índios do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, FAPESP, 1992.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico.** São Paulo: Atlas, 2000, p. 160-185.

DIAS, M. O. L. da S. Fronteira. In: **Revista de História.** Florianópolis, n. 6, 1998, p. 98.

DIENER, P. Iconografia das margens. A “rota pitoresca” dos sertões do centro-oeste. In: **Os senhores dos rios.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, p. 93-120.

DOCUMENTO DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS DA GUERRA. In: **Lata (1867a).** APMT, Cuiabá – MT.

DOCUMENTOS MICROFILMADOS (1865-1875). Cuiabá: UFMT/NDIHR.

DOCUMENTO OFICIAL. In: **Livro 191: Registro da Correspondência Oficial da Diretoria Geral dos Índios com a Presidência da Província (1860-1873),** APMT, Cuiabá – MT.

DOMINGUEZ, M. **Revista del Instituto Paraguayo.** Assunção, 1904. Número Especial.

DORATIOTO, F. **A Guerra do Paraguai: 2ª visão.** São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. **O conflito com o Paraguai: A grande guerra do Brasil.** São Paulo: Ática, 1996.

FERNANDES, F. **Investigação etnológica no Brasil e outros ensaios.** Petrópolis: Vozes, 1960.

FERNANDES, J. **Índio**: esse nosso desconhecido. Cuiabá: UFMT, 1993.

FERREIRA, A. R. **Viagem Filosófica pelas capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá: memórias – antropologia**. Rio de Janeiro: conselho Federal de Cultura, 1974.

FERREIRA, J. A. **Notícia sobre os índios de Mato Grosso**. Cuiabá: IHGMT, 2001 (Publicações avulsas, 33).

FIGUEIREDO, A. **Enforcados**: o índio em Sergipe. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FRAGOSO, A. T. **A paz com o Paraguai depois da Guerra da Tríplice Aliança**. s/e, s/d.

_____. **História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai**. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957. v. 2.

GAGLIARDI, J. M. **O indígena e a República**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1989.

GALETTI, L. da S. G. **Nos confins da civilização**: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso. 2000. Dissertação de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GUIMARÃES, E. Terra de Vera Cruz, Brasil. In: **Cultura Vozes**, 4 julho/agosto, 1992.

GUIMARÃES, A. V. **Seiscentas léguas a pé** (A campanha do Apa). Campo Grande: Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, 1989.

GUZMÁN, R. D. de. **La Argentina**. Madri: História 16, 1986.

HERBERTS, A. L. História dos Mbayá-Guaicurú panorama geral. In: **Fronteiras** - Rev. História, Campo Grande: UFMS, v. 2, n. 4, p. 39-76, jul./dez. 1998.

IRALA, D. M. Relacion de Domingo Martinez de Irala acerca de los descubrimientos que iba haciendo cuando fué navegando Paraguay arriba por orden del gobernador Cabeza de Vaca, desde el 18 de diciembre de 1542. In: **Anales de la Biblioteca**, 1912; Tomo VIII.

JUNQUEIRA, C. **Antropologia indígena**: uma introdução, história dos povos indígenas no Brasil. São Paulo: EDUC, 1991.

LAPLATINE, F. **Aprender antropologia**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LEOTTI, O. **Corpos violentados: os índios e a Guerra do Paraguai (1860-1870)**. In: **Fronteira: memória e linguagem**. Campinas: Pontes, 2001.

LEVERGER, A. **Vias de comunicação de Mato Grosso**. Cuiabá: IHGMT, 2005 (Publicações avulsas, 66).

LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Livro 167, Registro de Ofícios do Palácio do Governo de Mato Grosso 1857-1863.

Livro 181, Registro da Correspondência Oficial da Presidência de Mato Grosso 1859-1862.

Livro 191, Registro da Correspondência Oficial da Diretoria Geral dos Índios com a Presidência da Província de Mato Grosso 1860-1873.

Livro 200, Registro da Correspondência Oficial da Presidência de Mato Grosso 1862-1864.

LOPES, M. M. A catequese dos índios em Mato Grosso e as relações com o exército brasileiro no século XIX. In: **XXIII Encontro Nacional dos Professores Universitários de História** – ANPUH, Londrina, 2005.

LUCENA FILHO, M. **Pernambuco e a Guerra do Paraguai**: o recrutamento e os limites da ordem. 2000. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

MARTINS, J. de S. O tempo da fronteira. In: **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARQUES, A. V. Um exército invisível: a participação de indígenas na guerra contra o Paraguai. In: **Revista Urutágua** 10. ago/set/out/nov. 2006.

MEIRELES, D.M. **Guardiães da fronteira**: rio Guaporé, século XVIII. Petrópolis: Vozes, 1989.

MELATTI, J. C. Chaco. In: **Índios da América do Sul**. Disponível em: <orbita.starmedia.com/~i.n.d.i.o.s/ias/ias20-27/26ma0pa.htm>. Acesso em: 08 jun. 2006.

_____. **Índios do Brasil**. Brasília: Brasília, 1970.

MELLO, R. S. de. **História do forte de Coimbra**. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1959-1968.

MENDONÇA, Rubens de. **História de Mato Grosso**. Cuiabá: Fundação cultural de Mato Grosso, 1981.

MONTEIRO, J. M. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

MOONEN, F. **Pindorama conquistada: repensando a questão indígena no Brasil**. João Pessoa: Alternativa, 1983.

MOREIRA NETO, C. de. **A política indigenista durante o século XIX**. Rio Claro, 1971. Tese de Doutorado em Antropologia, FFCL.

MOTA, L. T. **A guerra dos kaingang: a história épica dos índios kaingang no Paraná**. Maringá: EDUEM, 1994.

_____. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e as propostas de integração das comunidades indígenas no estado nacional. **Diálogos: Revista do Departamento de História da UEM**. Maringá, v. 2, n. 2, p. 149-175, 1998.

_____. Os índios Xetá na província paranaense (1853-1889). In: **Pós-História**, Assis-SP, v. 6, p. 175-189, 1998.

_____. **O aço, a cruz e a terra: índios e brancos no Paraná provincial (1853-1889)**. Tese de doutorado. Assis: UNESP, 1998.

MÜLLER, M. S. **Normas e padrões para teses, dissertações e monografias**. 4. ed. Atual. Londrina: UEL, 2001.

MURAT, L. **Brava gente brasileira**. Rio de Janeiro: Europa filmes, DVD, 2000.

MUSSOLINI, G. **Ensaio de antropologia indígena e caiçara**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

NIMUENDAJU, C.U. **Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú**. Edição fac-similar editado em colaboração com o Ministério da educação. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

OFÍCIO DA DIRETORIA GERAL DOS ÍNDIOS. In: **Livro 191**: Registro de Ofícios e Correspondências da Diretoria Geral dos Índios (1866), APMT, Cuiabá – MT.

OFÍCIO. In: **Lata (1860)**. E. Documentos avulsos. Maço - Joaquim Antonio Mendes -Assunto Militar. nº 3. APMT. Cuiabá – MT.

OLIVEIRA, J. E. de. **Os argonautas Guató**: aportes para o conhecimento dos assentamentos e da subsistência dos grupos que se estabeleceram nas áreas inundáveis do Pantanal Matogrossense. 1995. Dissertação de Mestrado. PUC, Porto Alegre.

_____. A história indígena em Mato Grosso do Sul: dilemas e perspectivas. In: **Territórios e Fronteiras**. v. 2, n. 2, jul/dez, Cuiabá, MT: EDUFMT, 2001:

OLIVEIRA, R. C. **Do índio ao bugre**: o processo de assimilação dos Terêna. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

_____. **A sociologia do Brasil indígena**. Rio de Janeiro:Tempo Brasileiro, 1978.

OLIVEIRA FILHO, J. P. **O nosso governo**: Os Ticuna e o regime tutelar. MCT/CNPq/Marco Zero, São Paulo, 1998.

OTAVIO, R. **Os selvagens americanos perante o direito**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.

PECHINCHA, M.T. S. **Histórias de admirar**: mito, rito e história Kadiwéu. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. 1994. Universidade de Brasília, Brasília.

PESAVENTO, S. J. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Contexto, v. 15, n. 29, 1995.

POMER, L. **Os conflitos do Prata**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____. **Paraguai: nossa guerra contra esse soldado**. São Paulo: Global, 1985.

PONCE, V. M. **Impacto hidrológico e ambiental da hidrovia Paraná-Paraguai no Pantanal matogrossense: um estudo de referência**. San Diego: San Diego State University Press, ago. 1995.

Povos indígenas no Brasil (2001). In: **Enciclopédia**. Disponível em: <www.socioambiental.org>. Acesso 12 jun. 2005.

PRADO, F. R. **História dos índios cavalleiros ou da nação Guaycuru**. (RIHGB) Tomo I, Rio de Janeiro, 1839.

QUEIROZ, P. R. C. Mato Grosso e o Prata: contatos e conflitos. In: **Coletâneas do nosso tempo**. Rondonópolis: Campus Universitário de Rondonópolis, 2000/2001.

REESINK, E. B. A felicidade do povo brasileiro: notas sobre a visão do mundo construído no discurso oficial a respeito de etnicidade e nações indígenas no Brasil e os embates de disputa simbólica. In: **Revista Virtual de Humanidades**. v. 5, n. 11, jul./set. 2004.

RELATÓRIO OFICIAL. In: **Arquivo Público de Cuiabá**. Microfilme: Relatório dos Presidentes (1865-1875), APMT, Cuiabá – MT.

RELATÓRIO OFICIAL. In: **Lata (1860)**. E. Documentos avulsos. Maço - Antonio João. Assuntos Militares. n. 3. APMT. Cuiabá – MT.

RELATÓRIO OFICIAL. In: **Lata (1862)**. A. Maço - Antonio João. Assuntos Militares. n. 3. APMT. Cuiabá – MT.

RELATÓRIO OFICIAL. In: **Lata (1862)**. A. Maço - Antonio João. Assuntos Militares. n. 8. APMT. Cuiabá – MT.

RELATÓRIO OFICIAL. In: **Livro 191: Registro da Correspondência Oficial da Diretoria Geral dos Índios com a Presidência da Província (1860-1873)**. Maço - Antonio João, APMT, Cuiabá – MT.

RIBEIRO, B.G. A questão indígena e a política indigenista. In: **O índio na história do Brasil**. São Paulo: Global, 1983.

RIBEIRO, D. **Kadiwéu**: ensaios etnológicos sobre o saber, o azar e a beleza. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. **Os índios e a civilização**. Petrópolis: Vozes, 1977.

RIBEIRO, J. H. **A vingança do índio cavaleiro**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

RIVASSEAU, E. **A vida dos índios Guaycyrús**: quinze dias nas suas aldeias. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1936.

RODRIGUES, A. D. I. **Línguas brasileiras**: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola, 1986.

RODRIGUES, I. C. **A temática indígena nos livros didáticos de história do Brasil do Ensino Fundamental - 5ª a 8ª séries**. 2001. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

SALES, R. **Guerra do Paraguai**: escravidão e cidadania na formação do exército. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. Memórias de guerra: Guerra do Paraguai e narrativa nacional. In: **História**. São Paulo: Unesp, 1997.

SANCHEZ LABRADOR, J. **El Paraguai catolico**. Buenos Aires: Imprenta de Coni y Hermanos, 1910. v. 1-2; 1917. v. 3.

SANTOS, G. B. “Amansar os portugueses”: os índios Guaicuru nas representações portuguesas coloniais. In: MACHADO, M. F. R. (Org.). **Mato Grosso**: ensaios de Antropologia Histórica. Cuiabá: EdUFMT, 2002.

SCHADEN, E. **A mitologia heróica de tribos indígenas do Brasil**: ensaio etno-sociológico. Rio de Janeiro: MEC, 1959.

_____. **Leituras de etnologia brasileira**. São Paulo: Nacional, 1976.

SERRA, R. F. de A. Parecer sobre o aldeamento dos índios Uaicurús e Guanás, com a descrição de seus usos, religião, estabilidade e costumes. In: **Revista Trimensal do Instituto de História e Geografia**, n. 26, Tomo VII, Rio de Janeiro, 1845.

_____. **Reflexões sobre a capitania de Mato Grosso.** Cuiabá:IHGMT, 2002 (Publicações avulsas, 57).

_____. Continuação do Parecer sobre o aldeamento dos índios Uaicurús e Guanás, com a descrição de seus usos, religião, estabilidade e costumes. In: **Revista Trimensal do Instituto de História e Geografia**, n. 26, Tomo XIII, Rio de Janeiro, 1850.

SILVA, E. **Índios no Nordeste: história e memória da Guerra do Paraguai**, 2005. Disponível em: edson@cap.ufpe.br – Acesso em 22/10/2006.

SILVA, G. J. da. **A construção física, social e simbólica da reserva indígena Kadiwéu (1899-1984): memória, identidade e história.** Dissertação de Mestrado em História Universidade Federal do Mato-Grosso, Dourados, 2004.

_____. **Guerra e aliança na história dos Kadiwéu: a Guerra do Paraguai (1864-1870) rememorada pelos índios.** Londrina: UEL/ANPUH, 2005.

SILVA, J. V. O antemural de todo o interior do Brasil: a fronteira possível. In: **Territórios e Fronteiras**, v. 3, n. 2, jul./dez. 2002.

SIQUEIRA, E. M. *et al.* O processo histórico de Mato Grosso. Cuiabá: UFMT, 1990.

_____. **História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais.** Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SIQUEIRA JR., J. G. **Arte e técnicas Kadiwéu.** São Paulo: SMC, 1992.

SQUINELO, A. P.; REYNALDO, N. I. Região platina: guerra, comércio e navegação entre os séculos XIX e XX. In: **Coletâneas do nosso tempo.** Universidade Estadual do Mato Grosso (Campus de Rondonópolis): Ed. Universitária, n. 4-5, 2000/2001, p. 11-30.

SUSNIK, B. **Los aborígenes del Paraguay.** Etnohistoria de los chaqueños 1650-1910. Asuncion: Museo Etnográfico “Andres Barbero”, 1981.

_____. **El indio colonial del Paraguay.** El chaqueño: Guaycurúes y Chanés - Arawak. T. II - 1. Asunción: Museo Etnográfico Andre Barbero, 1983.

_____. **Etnografia Paraguaya.** 8. ed. Asunción: Museo Etnográfico Andre Barbero, 1983.

TAUNAY, A. E. **A retirada da Laguna.** Rio de Janeiro: Tecnoprint (Edições de Ouro), 1952 (Coleção Amidicis Gomes Tocantins).

_____. **A retirada da Laguna:** episódio da guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. **Campanha de Mato Grosso:** cenas de viagem. 2. ed. São Paulo: Irmãos Marrano, 1923.

_____. **Céus e terras do Brasil:** cenas e tipos. 6. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1924 (Coleção Amidicis Gomes Tocantins).

_____. **Entre nossos índios:** chanés, terenas, kinikinaus, guanás, laianas, guatós, guaycurus, caingangs. São Paulo: Melhoramentos, 1931.

_____. **História das bandeiras paulistas.** São Paulo: Melhoramentos, 1975.

_____. **Em Mato Grosso invadido.(1866-1867).** São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1929.

_____. **Memórias.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.

VALLE, C. N. A questão da língua entre os Pataxó. In: **Universidade e Sociedade**, 2000, p. 51-56.

VARGAS, V. L. F. **Os índios Terena e a Guerra contra o Paraguai (1864-1870)**, 2005. Disponível em: veraterena@terra.com.br -Acesso em 22/10/2006.

VASCONCELOS, C. A. **A questão indígena na província de Mato Grosso:** conflito, trama e continuidade. Campo Grande, MS: UFMS, 1999.

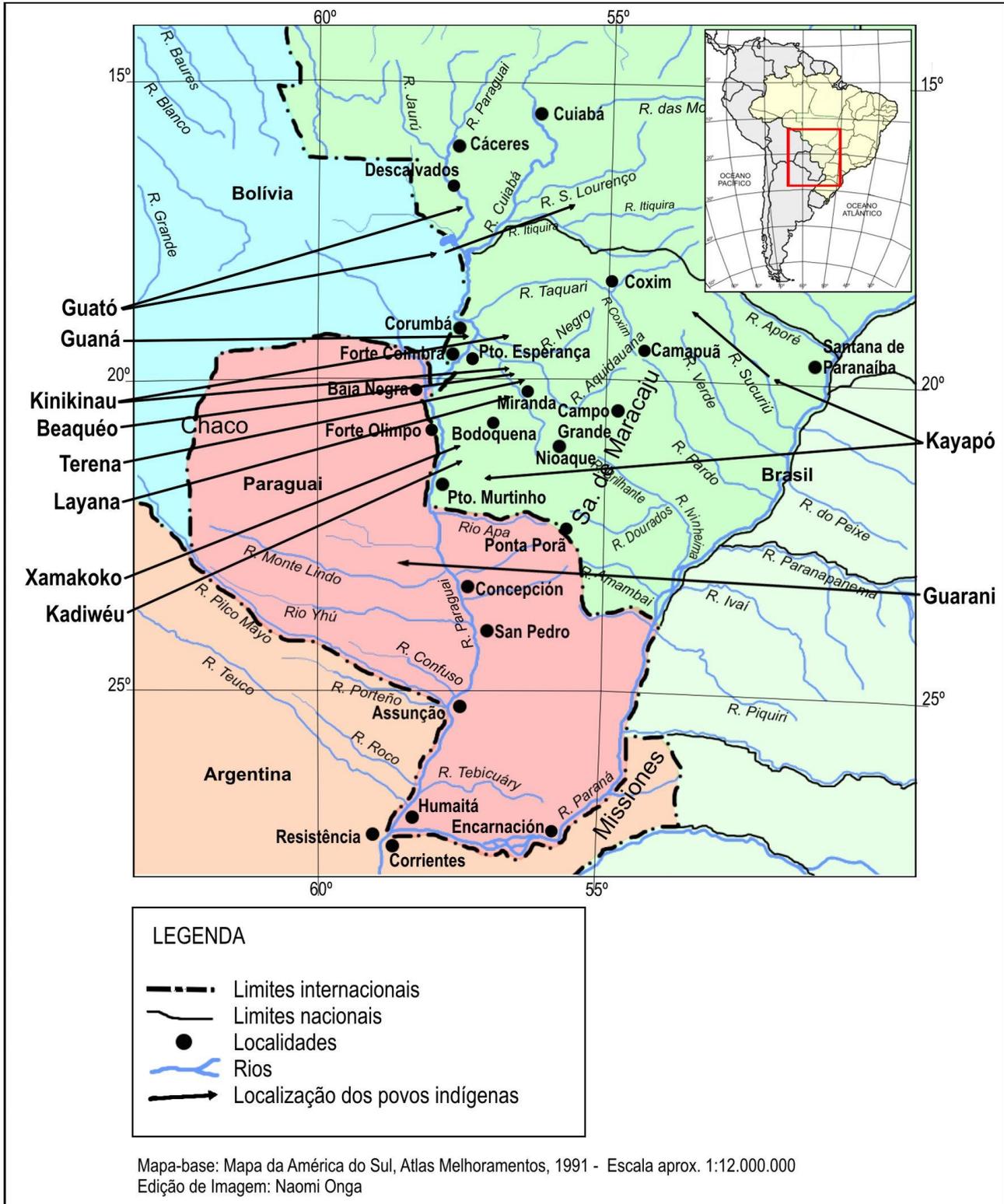
VIDAL, L. B. **Morte e vida de uma sociedade indígena brasileira.** São Paulo: HUCITEC, 1977.

WRIGHT, R. M. (Org.) **Transformando os deuses:** os últimos sentidos da conversão entre os povos indígenas no Brasil. Campinas: Unicamp, 1999.

ANEXOS

ANEXO A

Croqui - ÍNDIOS DE MATO GROSSO PRESENTES NA GUERRA COM O PARAGUAI (1864-1870)



ANEXO B

Croqui - PROVÍNCIA DE MATO GROSSO E A REPÚBLICA DO PARAGUAI (1864-1870)

